PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
MESTRADO EM HISTÓRIA

ROGÉRIO ANTÔNIO ALVES

**MATRIZ DE SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS: IDEAL DE PROGRESSO E
MODERNIZAÇÃO EM UBERLÂNDIA
(1888-1941)**

GOIÂNIA
2018

ROGÉRIO ANTÔNIO ALVES

**MATRIZ DE SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS: IDEAL DE
PROGRESSO E MODERNIZAÇÃO EM UBERLÂNDIA
(1888-1941)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, área de concentração "Poder e Representações".

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Sugizaki.

GOIÂNIA
2018

A474m Alves, Rogerio Antonio

Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus[recurso eletrônico]: ideal de progresso e modernização em Uberlândia (1888-1941)/ Rogério Antonio Alves.-- 2018. 147 f.; il.

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2018

Inclui referências

1. Igreja Católica - Igreja Católica Apostólica Romana - Igreja Cristã Católica. 2. Igreja - Santa Terezinha - Uberlândia (MG). I.Sugizaki, Eduardo. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU:272(043)

**MATRIZ DE SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS: IDEAL DE PROGRESSO
E MODERNIZAÇÃO EM UBERLÂNDIA (1888-1941)**

Dissertação aprovada em 23 de março de 2018, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Sugizaki
PUC Goiás / Presidente

Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento
PUC Goiás / Examinadora Interna

Prof. Dr. Marcos Antonio de Menezes
UFG / Examinador Externo

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás / Suplente

Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto
UFG / Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o reconhecimento que a presença, a força, o amor se faz presentes em nossa vida. Quero agradecer, inicialmente, à força motora nomeada de muitas formas, o Transcendente, que nos faz transcender na busca do melhor de nós e das demais alteridades.

Para não incorrer no risco de esquecer de muitos que foram importantes, agradeço todos que, nesses últimos anos, estiveram ao meu lado ajudando na construção e na realização desse trabalho.

Ao meu orientador, Eduardo Sugizaki, que sempre me acolheu com dedicação, liberdade e sua crítica apurada. Muito obrigado.

Agradeço a banca examinadora, na figura da excelente Professora Dra. Renata Nascimento, que sempre esteve presente na minha passagem pelo Programa de Pós-graduação em História da PUC/Goiás. Agradeço a leitura e afetividade do Professor Dr. Marcos Antonio de Menezes, pessoa que contribuiu criticamente para que essa dissertação se estruturasse para a presente defesa.

Ao amigo Aguinaldo, o primeiro incentivador dessa empreitada, que desde a elaboração do projeto fez-se presente.

À Maria Clara Tomaz Machado, *mãe, mater, matéria divina*, formadora de uma geração de historiadores que tive o privilégio de ser seu aluno e contar com sua atenção e seu carinho. Ela sempre esteve disponível para ajudar com suas críticas acertadas, não nos deixando perder pelo caminho. Agradeço não somente pela nossa história de amizade, mas, também, por uma vida inteira dedicada à pesquisa e formação de historiadores, e, assim, deixar para as futuras gerações a riqueza de suas reflexões sobre a história de nossa cidade. Muito obrigado.

Ao meu sobrinho Luiz Ricardo Prado cuja ajuda foi memorável, pois sua presença constante foi fundamental neste trabalho. Durante estes dois anos, eu pude beber de sua sabedoria e contar com seu auxílio em tudo. Verdadeiro mestre, paciente, dedicado, humilde. O filho que Deus me deu. Tudo o que eu agradecer será pouco. Obrigado pelo amor e dedicação dado a mim e a toda família.

Ao Robson, amigo daqueles que em uma encruzilhada encontramos e continuamos caminhando conosco, ao proporcionar a nós novas perspectivas e olhares para a vida. Este trabalho não seria concluído se não houvesse a sua ajuda, uma vez que sua leitura crítica foi de grande importância. Amigo para toda vida!

Ao Antônio Ricardo agradeço toda parceria, seja na leitura seja na generosidade de dispor a sua dissertação que me auxiliou na leitura da problemática do presente trabalho.

Aos meus pais, que me ensinaram os primeiros passos da vida dizendo que devemos acima de tudo enfrentar os obstáculos e voar mais alto. Meu pai que guardo no escaninho do coração, e minha mãe com sua cabeça aberta ao novo. Obrigado por sempre estarem comigo, suas lições ressoam no meu existir.

Aos meus irmãos e sobrinhos, força de continuidade na explosão da vida. Não desapareceremos, mas estaremos vivos no ser daqueles que carregam o nosso sangue.

Ao Padre Oslei de Souza que desde o início do meu ministério sempre esteve comigo. Em minhas idas para Goiânia aos domingos, nunca deixou que eu fosse só. Mesmo cansado depois de uma jornada de trabalho, ainda tinha forças para me acompanhar e seguir até Goiânia de madrugada para que eu não fizesse o percurso sozinho. Agradeço sua generosidade, amizade e carinho. Verdadeiro irmão de presbitério.

Aos amigos Padres Geraldo, Wlademyr, Hudson, Flávio e Eduardo. Obrigado por torcerem por mim. Embora a distância neste tempo de pesquisa, vocês sempre estiveram comigo, meus amigos e meus irmãos.

Agradeço ao Osmar, meu mestre e pai. Seu olhar crítico e afetuoso sempre me impulsionou a desejar um mundo melhor e justo para todos. Referência forte na minha vida, um incentivador na busca da sabedoria, de alma acolhedora, verdadeira e disponível a quem precisar. Estendo esses sinceros agradecimentos à Deise Maria, sua esposa.

Ao Sr. Bispo D. Paulo Francisco Machado, agradeço por acolher meu pedido de cursar o mestrado em história. Agradeço não somente por isso, mas, igualmente, por proporcionar os recursos e os incentivos para que nossa diocese possa ter mais ferramentas de trabalho. Muito obrigado D. Paulo.

À ADVENIAT por custear meus estudos como Igreja irmã, e assim, vivenciar o mandato do mestre na partilha dos dons. Nesse intento, essa instituição dedica-se pelo mundo afora a ajudar muitos para que o trabalho consciente e crítico sejam de qualidade na vivência do Evangelho. Muito obrigado.

Aos paroquianos e funcionários da Paróquia Divino Espírito Santo do Cerrado. Primeiramente, agradeço aos irmãos paroquianos pela paciência com minhas ausências para me dedicar à pesquisa e escrita desse trabalho. Aos diáconos e candidato ao diaconato Gerônimo, José Alves e Edmar, aos conselheiros, Arnaldo, Vicente, Faiga e Carlos que muito me ajudaram na administração, ao suprirem minha ausência. À nossa secretária Graça, que tudo organizou para que eu pudesse me dedicar aos estudos. À Rosinha, que cuida da casa paroquial com ternura, ao manter o ambiente agradável. A todos vocês, muito obrigado.

Aos amigos Tiago, Ranieli, Heitor, Carine e Adriel que estiveram comigo o tempo todo: muito de vocês há neste trabalho. Agradeço, principalmente, por me animarem nas horas de angústias e de cansaço. A presença de vocês em minha vida faz toda a diferença, respiro da minha alma.

RESUMO

Desvendar a trama histórica tecida acerca do local e regional leva-nos ao encontro de minúcias que nos fazem compreender um leque de questões relacionadas a um campo ainda mais amplo. Ao debruçarmo-nos sobre a história da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, observamos uma amplitude de objetos, fatos e questões. É a partir desta realidade, que nos propusemos aqui a compreender o percurso feito pela Igreja Católica Apostólica Romana, e dentro desta, sua atuação no meio político, social e econômico sob a égide da modernização. Nessa perspectiva, objetiva-se compreender o processo de derrubada da antiga Matriz Nossa Senhora do Carmo e a construção da nova Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face, que ocorre entre os anos de 1930 a 1941, sob o signo do novo (progresso). A partir da edificação Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face, procura-se visualizar o contexto maior da história nos entremeios entre o macro e o micro, que impõe à instituição Igreja Católica nova postura no meio social. A conjuntura da modernidade (rolo compressor), no início do século XX, traz para sociedade novas vivências que irão fazer com que a Igreja, em um primeiro momento, as veja como estranhas, mas que com tempo assetam-se com nova visão nas práticas de fé desta Instituição. Nossas discussões perpassam pela perspectiva teórica-metodológica situada no campo da história cultural, nas discussões acerca da história e cidade propostas por Leonardo Benevolo e José Evaldo de Mello Doin. A documentação utilizada no presente trabalho, jornais, atas e livros de tombo foi encontrada em sua maioria no arquivo público municipal de Uberlândia e nos acervos da Diocese de Uberlândia. A partir das discussões feitas, percebe-se que o ideal de progresso que permeia a sociedade Uberlandense no período proposto, faz com que a Igreja Católica acompanhe o mesmo, ao colaborar com o apagamento e esquecimento de sua própria história a fim de modernizar-se. Constata-se, ainda, que a Igreja Católica estabeleceu uma relação dialógica com a instância política no intuito de demarcar seu espaço no centro da cidade de Uberlândia.

Palavra-Chave: Igreja católica – Matriz de Santa Terezinha – Uberlândia

ABSTRACT

Unveiling the historical plot woven about the local and regional leads us to find of the minutiae that makes us understand a range of issues related to an even broader field. When we look at the history of the city of Uberlândia, in the state of Minas Gerais, we observe a range of objects, facts and issues. It's from this reality that we proposed here to understand the course taken by the Roman Catholic Church, and within it, its action in the political, social and economic environment under the aegis of modernization. From this perspective, the purpose is to understand the process of overthrowing the old main church of Our Lady of Mount Carmel and the construction of the new main church of Saint Thérèse of Child Jesus and the Holy Face, that happens between the years of 1930 and 1941 under the sign of the new (progress). From the building of the Saint Thérèse of the Child Jesus and the Holy Face, the point is to visualize the greater context of history between the macro and the micro, which imposes on the Catholic Church institution a new posture in the social environment. At the beginning of the twentieth century, the conjuncture of modernity (steamroller) brings to society new experiences that will make the Church, at first sight, to see them as strange, but with the passage of time they settle themselves like a new vision in the practice of this Institution. Our discussions go through the theoretical-methodological perspective in the field of cultural history, in the discussions about the history and city proposed by Leonardo Benevolo and José Evaldo de Mello Doin. The documentation used in this work, newspapers, minutes and books of *tombo* was found mostly in the public archive of Uberlândia and in the collections of the Diocese of Uberlândia. From the discussions made, it's perceived that the ideal of progress that permeates the Uberlandian society in the proposed period, makes the Catholic Church to follow the same, collaborating with the erasure and forgetting of its own history, intending to modernize itself. It's also verified that the Catholic Church established a dialogical relation with the political instance in order to demarcate its space in the center of the city of Uberlândia.

Key-words: Catholic Church, main church of Saint Thérèse, Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	21
“SÃO PEDRO DO UBERABINHA E OS DILEMAS DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE PRAGMÁTICA”: PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA	21
CAPÍTULO II	59
“FÉ E POLÍTICA”: RELAÇÕES ENTRE IGREJA E ESTADO NO ORDENAMENTO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA	59
COMPREENSÃO DA DINÂMICA ENTRE IGREJA E SOCIEDADE	59
AÇÕES CLERICAIS NA CIDADE.....	74
A HIERARQUIA DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA: INGERÊNCIAS NA VIDA SOCIAL E EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM UBERABINHA	79
CAPÍTULO III	102
UMA NOVA MATRIZ PARA A CIDADE DE UBERLÂNDIA.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	141
BIBLIOGRAFIA:	141
FONTES	144

INTRODUÇÃO

A vida cotidiana e o dinamismo das cidades chamam-nos a atenção, pois para entendermos esses elementos necessitamos olhar as minúcias do movimento histórico e social e, assim, apreendermos a objetividade do que é construído pelo homem nos espaços sociais urbanos e podermos compreender parte da dimensão histórica de uma cidade. O espaço urbano é preenchido em histórias que se inter cruzam; junção de um ideário compartilhado, o qual pode parecer em um primeiro momento assimilado por todos. Porém, ao olharmos o campo das especificidades da sociedade urbana, percebemos em sua organização a busca por apresentar-se como um corpo uníssono, conformado a objetivos comuns enquanto, na realidade, são muitas as vozes conjugadas, mas também dissonantes e, por vezes, silenciadas pelo discurso hegemônico compartilhado.

A imagem que se percebe nas ruas da cidade, tanto na arquitetura quanto na urbanidade, conta-nos a história daquelas vozes entremeadas no discurso que constrói a história.

Neste trabalho buscamos retirar dessas vozes e imagens a história de uma sociedade urbana que traz nas suas relações cotidianas, a partir da construção de um novo templo religioso, a nova Matriz para Uberlândia no Estado de Minas Gerais. A Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face, 1941, é o objeto desta pesquisa, pois entendemos sua construção, o encontro dos discursos sociais de diversas vozes que possibilitaram a percepção do processo de progresso instalado e consolidado em Uberlândia.

Uberlândia é uma cidade situada no Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, com 616.676 habitantes, aproximadamente¹. Com características visíveis da ordem e do progresso, traduzidas em suas ruas e arquitetura, a cidade é entreposto comercial, por causa de sua localização geográfica capaz de conectar o centro-oeste e ao sudeste do país, o que seguramente conduziu esta cidade ao circuito do mercado nacional, e, assim, garantiu a acumulação de riquezas e capital.

Para entendermos o forte apelo modernizador da cidade de Uberlândia, a partir das intenções de inseri-la no progresso, desde a primeira metade do século XX, buscaremos situar e compreender a conjuntura política-histórica nacional a partir

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

da intervenção estatal e privada que propiciou o desejado “progresso” para esta urbe.

O contexto no qual se insere a dinâmica de nossa pesquisa não está fora da realidade nacional, assim apontaremos realidades da conjuntura nacional que influenciou o processo de erguimento da edificação Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus. No decorrer de nossos capítulos, veremos perspectivas que elucidam a construção histórica de Uberlândia em consonância com a dinâmica social vivida pela nação brasileira refletida nos diversos atores que compõem a sociedade uberlandense.

A intervenção estatal, a partir dos anos de 1930, ocorre na lógica de aproveitar da máquina do Estado, da qual as classes política e econômica se utilizam trazendo para si a realização de um “progresso”, para o qual nem sempre contribuíram em sua totalidade.

As primeiras três décadas do século XX são marcadas pela ótica do Estado Novo concebida a partir de nova percepção da cultura política que apresenta a visão expansionista e modernizadora para o interior do país. Essa nova perspectiva traz consigo elementos disciplinizadores na organização das forças sociais. Com isso, pleiteava-se certa unidade nacional².

Nesse intento, as características que ditam as mudanças dos fluxos sociais, nos fins do século XIX e até meados do século XX, adquirem relevante importância na caracterização do que vai ser a Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus do Menino Jesus e da Sagrada Face. A experiência que atrela mudança ao progresso infere diretamente na alteração da paisagem urbana:

[...] o fluxo intenso de mudanças, atingindo todos os níveis da experiência social, que se concentrou de fins do XIX até cerca de metade do XX. Estimulados sobre tudo por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos. De fato, nunca em nenhum período anterior tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos,

²Cf: LION, Antonio Ricardo Calori de. **Equipamentos cinescênicos: usos e simbolizações de espaços culturais nas capitais centro-oeste no Estado Novo**. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016. p. 16.

suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos.³

O que vimos elucidado por Sevcenko, acima, reflete tanto em um contexto macro quanto micro impondo transformações nas realidades, mudanças geradas pela segunda revolução industrial, na economia que se pretendia globalizar sob a égide científica tecnológica com novos processos na cadeia produtiva a partir das potencialidades energéticas descobertas nos séculos XIX e XX.

A expansão e exigência econômica globalizada ocasiona oportunidades de negócios e de crescimento dos capitais e são essas chances que fazem com que o Brasil coloque-se na dinâmica modernizadora e, assim, equiparar-se ao desenvolvimento das nações industrializadas. No caso de Uberlândia, essas oportunidades apresentam-se por sua condição de entroncamento comercial. O processo de globalização capitalista do século XIX e XX traça novo modo nas relações sociais, culturais e econômicas do país e dessa cidade.

O Estado brasileiro abraça a dinâmica comercial globalizada, bem como as novas vivências geradas pela mesma. A estrada de ferro, a energia elétrica, o telefone, o automóvel, ocasionaram novas possibilidades e abriram espaço para a industrialização do país. Esse avanço tecnológico influenciará a dinâmica do Estado e trará rupturas com o que era contrário à modernização, ou seja, a República trouxe ao Brasil profunda aceleração do comércio com os países estrangeiros, o que por sua vez reconfigura, amplamente, as formas de sociabilidades nas cidades. Porém, ainda assim, as contradições entre o arcaico e o moderno não desapareceram da cultura brasileira.

Assim, afim de que se concretizasse o progresso o discurso técnico é proferido. Sucumbiu-se a sociedade à superação de um tempo ultrapassado pela visão de uma mudança que prometia crescimento individual e coletivo, por meio de um discurso triunfalista e eufórico. No entanto, a modernização pleiteada pelo Estado tornou-se uma exigência, em muitos aspectos, sem paralelo como que se fez no país. O que acarretou, a partir disso, as elites políticas e econômicas buscarem exemplos em terras estrangeiras e basearem-se na reforma urbanística de Paris feita pelo barão de Haussmann, pois isto se trata da modernização do espaço

³ SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, astucias da ordem e ilusões do progresso. In: _____; NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 7-8.

urbano, vide o caso da Reforma Pereira Passos, no Rio de Janeiro. Houve assim, em toda parte do Brasil, inclusive em cidades interioranas, a procura por modernização, ao agregar a esse processo o reforço da imprensa que contribuiu para a iniciativa mudança dos costumes do Brasil rural e “atrasado” com forte propaganda discursiva sobre o progresso.

Nesse bojo de transformações com novos discursos, imagens e sociabilidades, encontramos múltiplos vestígios em documentos e monumentos pelas cidades do interior, são esses vestígios e signos que nos ajudam a caracterizar o processo de transformação social nos séculos XIX e XX, no caso de Uberlândia os edifícios religiosos tomaram iniciativas de modernização arquitetônica.

A modernização progressista é caracterizada como síntese ao definir o novo tempo que se apresenta como inevitável na pulverização do discurso abraçado pelas elites política e econômica, em especial, na cidade de Uberlândia. Essa ideia traz em si o desejo de implementar e manter o poder oligárquico que se reveste com novas roupas, pois, embora as estruturas arcaicas intencionem a prevalência do poder ambicionam, também, as mudanças a todo custo ocorridas pelo progresso. Configura-se, dessa feita, a modernização conservadora, nas palavras de Evaldo Doin, contradições do capitalismo bucaneiro:

A ideia de modernização conservadora como a costumeira e infeliz manutenção do poder das elites se deu por meio da manipulação do desenvolvimento urbano e do desejo de experimentar os ‘novos acessórios modernos’ (urbanização, telefone e cinema, entre outros). Com relação ao ‘capitalismo bucaneiro’, trata-se do casamento entre a capacidade de endividamento do Estado e a agilidade revelada pelos empreendedores de uma elite sem peias, nem mordanças morais... e cujo processo histórico marcou a acumulação de riquezas no Brasil. Por fim, a ideia do homem cordial atentar para a modalidades de convívio social que tanto marcaram o homem brasileiro, consistido em relação de sociabilidades baseadas no domínio do privado e do íntimo e no desrespeito aos códigos de impessoalidade que regem as organizações burocráticas (como o Estado) bem como, a posição e função exercidas pelo indivíduo.⁴

A viabilização do processo contraditório de modernização e progressão perpassa pelo o que as elites movimentaram para perpetuarem-se no poder em arranjos disciplinarizadores do espaço urbano a partir de aspectos recorrentes em

⁴ DOIN, José Everaldo de Mello. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemumc. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 91-122, jan./jun. 2007. p. 93.

sua organização tanto do capital, como do espaço citadino que deve se apresentar com beleza, ordenamento, por conseguinte isola problemas que se distendem desse desejo. Há a busca constante de negar a vivência rural, pois acreditava-se que os costumes arcaicos “estragavam” a paisagem da cidade e impedia a progressão do capital industrial.

Como um histórico de acumulação capitalista nas mãos de um pequeno grupo [...] Como projeto de transformação material de costumes e da paisagem urbana; e como processo sociais que impulsionaram ou obstaculizaram os investimentos urbanos das elites, bem como as estratégias de vivência dos populares. [...] Várias eram as marcas de inspiração na utopia da *Belle Époque*, destacando-se, porém, o apreço pelos novos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Com maior ou menor investimento, não foi por acaso que a partir da implantação cafeeira se fizeram presentes por boa parte do Brasil caipira as concepções do imperial prefeito de Napoleão, o barão Georges Eugène Haussmann. A *haussmanização* deve ser entendida como fenômeno urbano baseado nas reformas da capital francesa no século XIX, por conseguinte, envolvendo uma série intervenções cirúrgicas fruto de uma cidade doente, cuja solução do traçado arcaico, o tratamento disciplinador dado aos edifícios e jardins públicos e a adoção de uma série de medidas higiênicas.⁵

A junção dos elementos salientados acima fez com que se concretizasse o projeto de progresso predisposto no dinamismo da *Belle Époque* caipira em que as elites enfatizam tal época como o “melhor tempo” na perspectiva de desfrutar as novidades tecnológicas, urbanísticas ao inspirar-se na sociedade francesa como modelo de civilidade, requinte e elegância, mas ainda sim mantêm aspectos arcaicos, especialmente no campo político como o clientelismo, coronelismo, paternalismo.

O progresso apontado em nossa pesquisa é a força que impele, a partir da reelaboração do espaço social, uma marcha para o futuro, e, assim, reconstrói a nova paisagem urbana. Ou seja, a sociedade uberlandense passa a ser [re]projetada em sua estrutura urbana, ainda que essa renovação ocorra apenas de maneira estética e comercial e, então compõe uma reorganização dos espaços sociais e culturais, como praças, instituições estatais e religiosas.

Em se tratando de Uberlândia, o progresso é, também, entendido como um apagamento de sua memória; pois tal progresso gerou rupturas com o passado, e o

⁵ Ibidem, passim.

novo suplantou o antigo. Na realidade, o que se percebe é que essa dinâmica ocorrida em Uberlândia é conservadora, já que aparece apenas nas suas imagens arquitetônicas, praças, ruas, ao cumprir o objetivo cênico mencionado. Desse modo, o progresso em Uberlândia rompe com o antigo arquitetônico e urbanístico, mas não com a postura ética e moral das classes dominantes. Portanto, faz-se necessário conscientizar-se de que a expressão “modernização conservadora” não perde a conectividade com os elementos históricos, mas tenta estabelecer uma experiência histórica artificializada a partir de práticas sociais diferentes ao instituir e produzir novos espaços para superação das necessidades individuais e coletivas.

Todavia, o passado seja, por vezes, negado, há uma reconfiguração das novas práticas dando-lhes nova roupagem, e isto se caracteriza como o rolo compressor que é a modernidade⁶.

A nova Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face, apresenta-se com uma nova roupagem, pois o monumento resguarda significado ao conservar a historicidade, ritualidade, as memórias e práticas sob inusitada aparência.

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.⁷

A partir da necessidade de busca e projeção frente às novas perspectivas, é oportuno afirmar que o preenchimento de um tempo vazio à interpretação do conceito de progresso é percebido por meio de novos símbolos, como ainda é fortificador de novos laços sociais dando significações ou ressignificações ao inventado. Em Uberlândia, muitas são as ruínas onde verificamos o apagamento de sua história como a Velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo, que foi substituída pela Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face (essa instaurada sob o signo do novo). Walter Benjamin aponta o progresso como a força

⁶Cf: LION, op. cit., p. 24.

⁷ HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9.

motora que impulsiona a história para o futuro, ou seja, marcha que avança deixando para trás ruínas⁸.

Ainda na busca de entender o progresso urbano na cidade de Uberlândia, utilizamos em nosso trabalho os conceitos de modernidade, modernização e modernismo muito presentes na configuração do progresso dessa urbe.

Assim, esses conceitos são proferidos por políticos e pela própria população ao assentarem o moderno em seu cotidiano, ou seja, pela linguagem das alterações. O conceito de modernidade apresenta-se nas conexões presentes entre os indivíduos da sociedade. A modernização configura-se no campo em que os conflitos, disputas e lutas dispuseram a composição do que seja a sociedade (comércio, mercado, instituições, etc.). Por sua vez, o modernismo seria a ideia que abrange a arte e as demais experiências que ocorrem no meio social.⁹

Esses conceitos estão presentes no processo e no contexto de intervenção urbana ao compor as transformações das cidades modernizadas no rompante do vir a ser da sociedade moderna.

Portanto, nosso trabalho ancora-se nas perspectivas acima elucidadas ao observar, em nossa análise, os elementos que traçaram as conjunturas do macro e micro presentes no processo de modernização do município de Uberlândia, a partir das vinculações entre Igreja e sociedade.

Utilizaremos como fonte jornais, bibliografia sobre o tema e os documentos oficiais (livros de tombo da diocese e atas da câmara de vereadores), com o devido cuidado ao analisar as informações, e, assim, prestar atenção ao lugar social dos que produziram “registros” e emitiram seus juízos sobre os acontecimentos que constituíram a história desse município.

O cuidado com as fontes perpassa pela certeza de que as mesmas não se esgotam em possibilidades de análise, retiramos dessas a perspectiva aberta de interpretação. As citações foram transcritas como no original, respeitando a grafia da época de elaboração do documento. As imagens que inserimos são para ilustrar os lugares e apresentar melhor compressão da dinâmica do “progresso” instaurado em Uberlândia.

⁸Cf: BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: _____. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura – vol. I. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 229; LION, op. cit., p. 19.

⁹ Ibidem, p. 20.

Assim, os jornais apresentam-se como vestígios da relação entre mídia e a construção do fato, ao inferir, divulgar e difundir as estratégias dos agentes envolvidos na experiência política e cultural, ou seja, não se fazem como objetos neutros. Essa percepção dos períodos coincide com a construção de interpretações que se entremeiam na penetração dos fatos e acontecimentos, como aponta Carlos Alberto Vesentini, sobre as interpretações da chamada “Revolução de 1930” em suportes de imprensa, como os jornais:

Eles podem ser bem mais, muito mais, que folhas mortas, de um tempo igualmente morto, à espera do meu labor, por exemplo. Eles são dotados de ação. Quero dizer que muito dessas páginas, amadas por nós e prediletas na seleção de um período específico, não são nada neutros. Penso nos jornais, nos discursos, nos relatórios: eles expressam prática política, luta política sendo, naquele momento de consubstanciação dessa mesma prática, práxis de sujeitos atuantes.¹⁰

Assim, as relações entre o documento e suas posições de estatuto primeiramente são deslocadas pelo historiador, à medida que esclarece qual a sua natureza-função e interesse em diálogo com a problemática sobre ela estabelecida¹¹; muda-se assim a sua condição originária.

Este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o cenário bibliográfico em que se exhibirá a Igreja ao falarmos da relação entre religião Católica Apostólica Romana e a cidade de Uberlândia, e, por consequência, demonstramos, a partir da historiografia uberlandense, as perspectivas da construção do discurso de progresso e modernização. Esse discurso ideário é o elo que sustenta a aproximação entre a Igreja e a elite político-econômica local.

Esse capítulo proporciona-nos conhecer a construção do ideário de cidade moderna, que se constitui em fatos condizentes e incongruentes encontrados no discurso do progresso. Buscamos, a partir de documentos, memorialistas e estudiosos da cidade de Uberlândia, entender a construção e materialização do ideal de progresso, nas diversas áreas do conhecimento. Para tal feito, procuramos neste primeiro capítulo fazer um balanço bibliográfico de perspectivas discursivas sobre essa urbe. Assim, há trabalhos que consideram a segregação como um afastamento

¹⁰ VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: Hucitec: História Social USP, 1997. p. 93.

¹¹Cf.: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

da classe pobre e marginalizada das “luzes do progresso”, ao empurrá-los para a periferia dessa cidade. Com esse intuito, vê-se que a elite econômica apoderasse da máquina estatal para pôr em prática a especulação imobiliária.

Contextualizar a cidade faz-se necessário para a compreensão de como a Igreja Católica amolda-se a esta realidade em seu próprio discurso, bem como na elaboração do discurso dialógico com as instâncias político-econômica da cidade de Uberlândia.

No segundo capítulo, situamo-nos no contexto de ocupação do Sertão da Farinha Podre – Mesorregião do Triângulo Mineiro – onde está localizada a cidade de Uberlândia. Visualizamos, assim, a participação da Igreja no nascimento desta cidade, pois os primeiros habitantes eram “embalados” a partir das práticas religiosas Católica. Nesse capítulo, encontra-se o movimentar político-religioso-administrativo dos primeiros anos de ocupação dessa região. Salientamos o regime de padroado sob o qual se constitui a vila, arraial, freguesia e cidade de São Pedro do Uberabinha/Uberlândia.

Também, trabalhamos nesse capítulo figuras eclesiásticas no intuito de apresentar como se deu a relação entre a Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado, tanto no período Imperial como do Republicano ocorridos no Brasil, bem como no município de São Pedro do Uberabinha/Uberlândia.

As figuras eclesiásticas são vistas, neste capítulo a partir de seus rastros deixados em documentos, assim, estas personagens corroboram para a compreensão da Igreja em sua relação dialógica com a sociedade uberlandense. Tais figuras não são apresentadas sob o ponto de vista de constituir história eclesiástica, mas, sim, para observarmos as minúcias de suas condutas, a participação no ideário de “progresso” e modernização na sociedade de Uberlândia. A partir dessas figuras, percebemos interesses, jogos e aproximações na construção do ideário de poder, progresso e modernização deste município. Diante disso, constatamos a presença da Igreja, por meio de documentos próprios, como ainda por intermédio das pessoas que falaram e deixaram registros para serem lidos e interpretados.

Fator relevante que se insere na reflexão do terceiro capítulo será a observação feita por nós no intuito de perceber as ideias progressistas no seio da Igreja Católica. Embora a Igreja acolha elementos modernos, estes não surgem no meio eclesiástico desta cidade, pois poder-se-ia pensar que isto é próprio de

Uberlândia. Porém, não o é. O corpo eclesial é amplo e a unidade da Igreja fez com que se propagassem em seu interior ideias modernas. Vivia a Igreja, no início do século XIX, momento de reelaboração de si, por isso ela se coloca em criar novas perspectivas de sua imagem no meio social, e estas concretizadas décadas mais tarde. Assim, concluímos que a Igreja coloca-se no cenário de modernização desta cidade, com ideias inovadoras provindas de seu interior na complexa teia de “unidade” apregoada por ela mesma, a partir do Movimento Litúrgico. Em Uberlândia, essa instituição precisa demarcar seu lugar e aproveitar as oportunidades oferecidas. Isso acontece porque em seu interior estas ideias são propagadas, trabalhadas e acolhidas por seus representantes.

Este capítulo traz a Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face erguida e consolidada, em Uberlândia, como referência moderna e que dita, também, controle disciplinarizador dessa cidade, a partir de sua torre com um relógio visto dos quatro lados da cidade, ao marcar a hora do trabalho e da oração. Essa era a edificação mais alta da cidade quando inaugurada em 1941.

O erguimento da Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face deu-se com o “apagamento” da própria história da cidade, ao derrubar a velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo localizada no bairro Fundinho e construir a nova Matriz no centro da cidade.

Portanto, este capítulo apresenta a perspectiva de como a Igreja Católica, possuidora de seus interesses em demarcar lugar estratégico no novo perímetro urbano (centro novo) desta cidade, entra no projeto de progresso e modernização, e, assim, alia-se ao que as elites político-econômica pretendiam apresentar como a imagem moderna de Uberlândia.

CAPÍTULO I

“SÃO PEDRO DO UBERABINHA E OS DILEMAS DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE PRAGMÁTICA”: UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

[...] hoje em dia grande parte da população perdeu o direito originário de sentir-se em sua própria casa em qualquer parte da cidade. Esse direito é suplantado por uma combinação de interesses, que expulsa continuamente os habitantes dos bairros já consolidados e alimenta artificialmente a procura de novas construções fora e dentro da zona urbanizada, fomentando a renda absoluta (que deriva da expansão) e a renda diferencial (oriunda da transformação das áreas já construídas).¹²

O meio urbano é conhecido por sua estruturação, do fazer e refazer os seus espaços. Tais ações contam histórias entrelaçadas pelas relações construídas e representadas na cidade e a compõem em dinamicidade frenética. Nesse sentido, pode se considerar a formação de Uberlândia, como uma cidade pragmática, pois, emerge de demandas que são exteriores a sua própria espacialidade.

O referido pragmatismo ocorreu historicamente a partir da localização estratégica da cidade, como espaço capital para as políticas desenvolvimentistas e ações de modernização conservadora que propiciou as elites, especialmente comerciais, um intercruzamento de seus interesses com as políticas estatais. Ou seja, trata-se de um espaço que pertence a rota do “progresso” visada desde entradas e bandeiras.

Dessa feita, os agentes que construíram a cidade projetam nela suas ideias, desejos, planos, criando uma “simbiose” a partir do imaginário a sua volta. Dessa forma, configura-se a cidade forjada em relações que se tencionam no delinear do espaço urbano.

Esta organização é vista na emergência do encadeamento de um sistema de ação histórica, em que se encontram discursos dissimuladores que estruturam o planejamento e gestão do espaço urbano. Sendo assim, os agentes políticos e sistemas de regulação urbana buscaram força na coesão social para constituir a invenção da cidade “moderna”.

¹² BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 1984.p. 73.

O itinerário que compõe a cidade é moldado em paradigmas culturais instituídos a partir de relações sociais de poderes em disputa, que legitimam tais modelos no discurso participativo da coletividade. Alain Touraine apresenta a norma cultural de ação histórica na organização da sociedade da seguinte forma:

[...] a historicidade de uma sociedade — e de uma cidade — depende do fato de as várias classes e frações, constituídas em atores sociais, compartilharem de um mesmo modelo cultural. Ao mesmo tempo, é através do modelo cultural que se reconhece, de um lado, os atores em sua pluralidade, diversidade e conflito e, de outro, os interesses comuns, ainda que as classes economicamente dominantes imponham os seus interesses e a sua visão de mundo. O que nos parece relevante é que a historicidade de uma sociedade depende da sua unificação, o que é possível somente através da existência de um modelo cultural unificador, cujo controle é o objeto de disputa entre os atores sociais. A ação coletiva depende, portanto, de dinâmicas sociais simultaneamente unificadoras e conflituosas, de aceitação, e de disputas legítimas em torno das orientações e valores segundo os quais as sociedades devem organizar-se e funcionar como sistema de produção, repartição e consumo.¹³

A cidade é obra do humano, construção coletiva não individual, que se organiza a partir do intersocial, é materialidade configurada no espaço e tempo, por isso, tangível de ser estudada em suas temporalidades. A cidade é pensada por meio do seu presente que, em muitos momentos, busca no mito de sua origem, nas narrativas e escritas de sua história e assim ancoram-se no passado, sustentada no presente, e com expectativa de um futuro.

À luz da discussão de Pesavento, percebe-se que a cidade é “[...] sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos”.¹⁴

O espaço urbano apresenta-se não só no que vemos no presente, mas também os vestígios, as marcas, pegadas de seu passado que entremeiam a realidade urbana. Para entendermos por quais caminhos, escolhas, entrelaces, a cidade fora erguida, necessitamos observar o discurso construído a cerca dela, que é movido por interesses múltiplos, inclusive em perspectivas historiográficas, que alteram sentidos da construção de um dado passado.

¹³ TOURAINE, A., 1974 apud RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira? In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 89-90.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007. p. 14.

Nesse sentido, o exercício de leitura da cidade Uberlândia, erigida pelas elites em discurso moderno e progressista, conta com a adesão de força representativa da sociedade, dada em instituições que compõem seu cenário urbano.

Verifica-se, na construção da cidade, que a dominação das elites, uberlandenses é traduzida em ideais que geram materialidade, e assim aderidas ou rechaçadas por diversos segmentos sociais. Não podemos incorrer no risco de pensarmos que o “progresso” de Uberlândia acontece apenas como um projeto imediatista, mas, sim, como um ideal projetado à longo prazo. O que vemos é a junção de interesses materiais que geram o discurso proferido e materializando a partir dos vários segmentos sociais, tais como o setor imobiliário industrial, agrícola e comercial que, por conseguinte, imbricam-se na política institucionalizada. Assim, tramas entrecruzam-se nos interesses desses grupos supracitados, na busca de representação social nos múltiplos espaços da cidade que, em momentos estratégicos, unem-se e em outros se digladiam.

Esse discurso é reproduzido para as gerações futuras a partir dos interesses conflitantes com roupagens diferenciadas que são, no entanto, encobertas pela ideologia ao fazer parecer que são ideias válidas universalmente, como nos aponta Marx e Engels:

Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época. A classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. Mas os enlaces das idéias com a classe dominante se obscurecem. As idéias dominantes parecem ter validade para toda a sociedade, isto é, também para as classes submetidas e dominadas. Forja-se a ilusão histórica de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe, mas de idéias abstratas como as de honra e lealdade (na sociedade aristocrática) e as de liberdade e igualdade (na sociedade burguesa).¹⁵

Portanto, a ideia do “progresso” discursivo não é apropriada apenas por políticos e cidadãos proeminentes, mas também tende a aglutinar as classes subalternizadas, pois é preciso que o corpo social interaja com a dinâmica de proferir o auspício da ordem, modernização e progresso em torno do imaginário ideológico que está sendo construído a fim de ser legitimado. Isso aparece na historiografia de Uberlândia a partir de diversos autores aos quais recorreremos para

¹⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 32.

pensar as questões. Observa-se que a ideia de progresso é recorrente em alguns destes trabalhos cuja perspectiva historiográfica indica que o discurso de progresso impregnou nas falas e sociabilidades que formam o espaço urbano.¹⁶

Tais autores, aos quais recorreremos, empenharam-se na busca de ler o movimento histórico da cidade em sua especificidade, estes compõem o mosaico de leitura da mesma e o nosso trabalho, também, procura fazer parte deste processo de compreensão da cidade como manifestação dialógica.

Nesse ponto, aproximamo-nos do que os autores supracitados observaram sobre o que se projetou e interpretou-se como a cidade de Uberlândia. Para delinear os contornos entre os embates de ideias, a representação e materialização das mesmas na formatação da cidade necessita-se notar o caminho feito por seus habitantes e dirigentes no intuito de entender o progresso que, como discurso é encadeado desde a fundação da cidade de Uberlândia pelas elites uberlandenses, como nos aponta João Marcos Alem:

Enfim, dentre uma multiplicidade de discursos efetivamente existentes, há um discurso histórico e cultural nativo, elaborado pelas elites, que pretende fixar as categorias históricas locais, ao mesmo tempo em que absorve e tenta integrar os outros diferentes sujeitos que vão se constituindo na cidade.¹⁷

¹⁶ Os trabalhos aos quais me refiro são: MACHADO, Maria Clara Thomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizado (Uberlândia 1965-1980)**. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990; DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes-Uberlândia (1900-1950)**. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001; CORREA, Iara Toscano. Histórias de Uberlândia. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante (Orgs.). **Caminhos das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900 / 1980**. Uberlândia: EDUFU, 2007; BRITO, Diogo de S.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. (Orgs.). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: Edufu, 2008; ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. **Revista História & Perspectivas**, v. 2, n. 04, 1991; BOSI, Antônio de Pádua. **Reforma urbana e luta de classes: Uberabinha/MG (1888 a 1922)**. São Paulo: Xamã, 2004; GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e Desenvolvimento Econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da cidade jardim ao Portal do cerrado – Imagens e representações no Triângulo Mineiro**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995; ANDRADE, Livia Marina de; FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. **Horizonte Científico**, v. 2, n. 2, p. 1-29, dez. 2008; PACHECO, Rafael Araújo. **A influência das elites e das políticas Públicas na configuração do espaço urbano: uma crítica a partir do setor leste de Uberlândia (MG)**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

¹⁷ ALEM, op. cit., p. 80.

A cidade de Uberlândia é vista sob a perspectiva do empreendedorismo e modernização em suas práticas e discursos que se concretizam nas incongruências entre o vivido e o projetado, como afirma Iara Toscano Correia:

Uberlândia apresenta-se através do discurso oficial como uma cidade ordeira e pacífica com uma população laboriosa, onde todos trabalham para atingir o ideal de modernidade e progresso tão almejados desde a sua fundação. Mas, esta imagem alicerçada em práticas políticas de disciplinarização do espaço urbano permite perceber também as contradições sociais vivenciadas. Muitos são os vãos que ligam esse discurso.¹⁸

Dessa maneira, o projeto urbano da cidade, nas primeiras décadas do século XX, centraliza o “aspecto moderno” na região central da cidade, entretanto, negligencia os outros espaços geográficos urbanos. Assim sendo, observa-se a cidade de Uberlândia - MG, na construção de seu imaginário social e, por conseguinte, em lutas representacionais que o discurso de progresso, por vezes, suprime, especialmente ao considerarmos as práticas e políticas de disciplinarização do espaço urbano. Exemplo dessa premissa é a ronda efetuada pelo Padre Pio Barbosa Dantas, no início do século XX, em que realizava tal ato para o apaziguamento e a manutenção da ordem. Sobre esta figura e sua intervenção na história de Uberabinha/Uberlândia, discorreremos no capítulo III.

Uberlândia é marcada por seus traços modernos constituída nas premissas da *ordem*, progresso e modernização que são propalados nos discursos de seus habitantes, na estruturação e no gradual processo de planejamento urbano, feito a partir de necessidades não, meramente, locais, mas, sim ao atender demandas estatais acerca do nacional.

Portanto, buscamos fazer a leitura não propriamente da cidade, mas sim, dos discursos em seus múltiplos vieses e dos projetos que idealizaram este espaço como moderno. A respeito disso, o trabalho de Maria Clara Tomaz Machado aponta aspectos relevantes à leitura da cidade de Uberlândia, ao traçar um caminho para a interpretação desta *urbe* que se estrutura em uma construção fragmentada:

[...] reconstruir, através do discurso das classes dirigentes, os projetos políticos que possibilitaram não só o desenvolvimento material de Uberlândia como também aqueles projetos que

¹⁸ CORREIA, Iara Toscano, op. cit., p. 113.

permitiram a disciplinarização do seu espaço urbano. Entender, nesse discurso, o significado da qualificação “ordem e progresso”, que alimenta e resume a história desta cidade.¹⁹

O discurso pode parecer unívoco, coeso, ou seja, ao mesmo tempo em que vemos exibido nos jornais e documentos o urbano moderno, os mesmos expõem outros fatos e vieses, e contrapõem-se a realidade vivida no cotidiano da população, como a mencionada ronda do Padre Pio Barbosa Dantas que apresenta a necessidade de ordem frente à dissidência, às autoridades estabelecidas. A atuação do referido padre “ordeiro” demonstra que nem sempre as normatividades estabelecidas eram precisamente seguidas. Vê-se contraponto de leitura da “cidade maravilha”, pacífica e ordeira, em um cotidiano com situações emblemáticas e de aparente calma que evoca contradições e resistências.

O discurso da cidade do progresso não surge do nada, do acaso, é construído e, continuamente, forjado desde o surgimento do aglomerado rústico que se torna mais tarde a grande Uberlândia.

É importante ressaltar que a construção da imagem do progresso desenrolar-se em um plano discursivo com encadeamentos de situações que proporcionam a construção desta “cidade moderna”.

A imagem da cidade é apresentada como um espaço de relações em crescente transformação, não obstante, utilizando das palavras de Raymond Williams, podemos ver que “[...] a cidade associa-se a ideia de centro de realizações, luz, [...] a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição”²⁰. Esses são aspectos relevantes que se inscrevem na perspectiva de enxergar esse urbano em Uberlândia, visualizado nas minúcias de um todo, embora expresso em partes.

Nesse contexto, Uberlândia surge da ocupação do sertão do Brasil²¹, onde entrantes na busca de minério precioso abrem picadas, ao passar por esta região

¹⁹ MACHADO, Maria Clara Thomaz, 1990, op. cit., p. 16.

²⁰ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. Companhia das Letras. São Paulo, 1989, p.11.

²¹Cf: AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995, passim: “O sertão é uma categoria recorrente no pensamento brasileiro presente em definição desde o século XVI nos relatos de cronistas. Termo definidor da nação brasileira de entendimento por pensamento social, inicialmente na condição de colônia portuguesa, após o século XIX como nação. Paralelamente, o sertão é encontrado na arte, pinturas, teatro, cinema, literatura, música. ‘Sertão’ ou ‘certão’ seria ruptela de ‘desertão’, ou ainda provindo do latim clássico *sertanum* (traçado, entrelaçado, embrulhado). (Deserto, aquele que sai da fileira e da ordem), *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o deserto). O termo foi largamente utilizado

rumo ao Centro Oeste, no século XIX. Seus primeiros habitantes são fazendeiros e sitiantes migrantes das Minas Gerais e outras regiões do país que ocuparam o Sertão da Farinha Podre, hoje a Mesorregião do Triângulo Mineiro.

A cidade de Uberlândia é vista como região próspera que se tornou relevante. Relevância esta construída como fruto da busca de seus representantes, que utilizam dos projetos do Estado beneficiando-se e, assim, coloca a cidade no patamar de polo econômico do Triângulo Mineiro e do país.

Nessa perspectiva, o sertão é “[...] ambiente que não pode ser visto como um palco inerte, que apenas cria o cenário para a trama do homem [...] ele é parte ativa dessa trama”, em que as primeiras famílias estabeleceram-se, ao ocupar o espaço e desbravar a terra, bem como se deparam com as necessidades de movimentarem-se em ralação as demandas e interesses pessoais, no jogo político e econômico de sua época.²²

A emancipação do município de São Pedro do Uberabinha, hoje Uberlândia, ocorreu no dia 31 de agosto de 1888, pela lei nº 3. 643, sem foro, e, então, formaram a nova freguesia. Foram anexados os distritos de São Pedro do Uberabinha e Santa Maria, formando o novo município, sendo que esses distritos foram desmembrados, um de Monte Alegre e o outro de Uberaba, assim se compôs, a nova comarca. São Pedro do Uberabinha é o último município criado no século XIX.²³

As transformações que sucederam após a emancipação desse município mostram como a convergência de interesses internos e externos formularam e reforçaram os traços de uma cidade teleológica, pragmática que pelo ideário de progresso projetou-se para o futuro – calcado no espectro do moderno a fim de suprimir alguns dos aspectos de sertão carregados por essa espacialidade. Assim, projeta-se no cenário em discurso e prática que consolidam a materialidade do moderno, do neon, nas praças e urbanidades, tornando-se esta cidade a “princesinha do cerrado”, em simultaneidade com práticas e imagens do arcaico, sob

até o final do século XVIII pela coroa portuguesa e pelas autoridades lusas nas colônias. Sertão torna-se uma categoria cunhada pelos colonizadores portugueses ao longo da colonização, espaços visto, desconhecidos, longínquos e pouco habitados. No Brasil colonial sertão tanto designa espaços amplos, longínquos, desconhecidos, desabitado ou pouco habitados. Desde o início da colônia acentua-se ‘litoral’ e ‘sertão’, categorias opostas. Para o colonizador ‘sertão’ continuou o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade.”

²²LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triangulo Mineiro (1750-1861)**. 347 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p. 27.

²³ Ibidem, p. 59.

a égide de três categorias: cordialidade, capitalismo bucaneiro e modernização conservadora.²⁴

O ordenamento desta região não acontece de forma natural, é preciso que haja junção de inúmeros acontecimentos, interesses, manipulações, planejamentos, para que a cidade de Uberlândia galgasse o status de próspera economia dentre as demais cidades que compõem o Triângulo Mineiro e, especialmente, lidar com olhar pragmático e exterior ao do local. O grande apelo progressista, feito pelos dirigentes desta cidade, recorrentemente pautado pelo plano da “ordem e progresso”, provém da visão republicana e positivista que se reforça, também, no projeto das elites uberlandenses.

O final do século XIX e, principalmente, a segunda década do século XX trazem para São Pedro do Uberabinha nova perspectiva, como apontamos acima. A postura organizacional é elaborada para promover o espaço urbano e fazer dele referência. Ressalta-se que essa visão de modernização do espaço urbano, está presente em todo cenário brasileiro que quer expandir-se.

O diferencial da República é a modernização do urbano na busca de caracterizar a identidade brasileira, e, assim contrapor-se às práticas do Império. A política brasileira pretende deixar para trás um Brasil atrasado e rural. Para isso, é

²⁴ Sob a necessidade de reação aos “estímulos luminosos” do material moderno importado da Europa e EUA, a elite brasileira se amalgamou com as possibilidades de ação estatal, inclusive no desejo de passagem do regime monárquico para o republicano. Essa astúcia, vista por Nicolau Sevcenko (1998), é articulada nesses três aspectos como explica Evaldo Doin, acerca dos anseios da *Belle Époque* caipira que se caracterizou na inserção da elite cafeeira paulista na internacionalização do capital brasileiro com olhos na expansão de seu domínio de produção e integração de outras regiões, vide o caso dos trilhos que passavam pelo triângulo mineiro por meio da Companhia Férrea Mogiana Paulista, que observava a referida região de maneira pragmática na rota do progresso. Dessa maneira trata-se de conjunção de interesses. Doin aponta essas iniciativas a partir de conceitos, como capitalismo bucaneiro, cordialidade e modernização conservadora: “Doravante, dada a importância que ocupam em nosso estudo, conceitos como ‘modernização conservadora’, ‘capitalismo bucaneiro’ e ‘cordialidade’ devem ser expostos mais detidamente. A idéia de modernização conservadora vincula-se ao modo como a costumeira e infeliz manutenção do poder das elites se deu por meio da manipulação do desenvolvimento urbano e do desejo de experimentar os ‘novos acessórios modernos’ (urbanização, telefone e cinema, entre outros). Com relação ao ‘capitalismo bucaneiro’, trata-se do ‘casamento entre a capacidade de endividamento do Estado e a agilidade revelada pelos empreendedores de uma elite sem peias, nem mordças morais...’ e cujo processo histórico marcou a acumulação de riquezas no Brasil. Por fim, a idéia do ‘homem cordial’ implica atentar para as modalidades de convívio social que tanto marcaram o homem brasileiro, consistindo em relações de sociabilidade baseadas no domínio do privado e do íntimo e no desrespeito aos códigos de impessoalidade que regem as organizações burocráticas (como o Estado), bem como a posição e ou função exercidas pelo indivíduo” [sic]. Cf.: DOIN, et. al., op. cit., p. 93; SEVCENKO, 1998, op. cit., p. 07-27; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A modernização conservadora e o combate à utopia comunista no centro-oeste brasileiro. In: _____. **Revolução e utopia**: embates de um professor comunista em Aquidauana durante a ditadura militar (1964-1985). 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

necessário que as elites tracem nova forma de produção e, por consequência, dominação. Dessa forma, o discurso ideológico de ordem e progresso vincula em si a síntese do ideário de construção, modernização, produção de riqueza e formatação do homem para o trabalho industrial, bem como uma sociedade civilizada, aos moldes do capitalismo. Uberlândia, mesmo que pese suas especificidades, seguiu essas tendências em acordo com as condições e possibilidades de acompanhamento deste ritmo importado.

Contudo, essa urbanização não é tão acessível aos municípios pequenos situados no interior do país. No caso de São Pedro do Uberabinha, as primeiras duas décadas do século XX se tornaram um período de adaptação em que as autoridades e elites vão se amoldar ao novo regime republicano e ao seu funcionamento. A articulação do corpo administrativo visualizará este espaço urbano com suas necessidades, bem como entender as novas relações propostas pelo Estado. Diríamos que esse é um momento propedêutico, ou seja, momento preliminar que introduz a cidade na dinamicidade das relações administrativas da República e nova economia do Estado.

Os primeiros habitantes criam o “estrado” do progredir nesta terra, que se reconfigura no discurso do progresso e modernização, embora esses personagens fossem do “primitivo urbano”, sempre evocados para mostrar a força do trabalho e determinação, tornando-se emblemas do mito cidadão uberlandense. Estes primeiros habitantes formam o imaginário desbravador e laborioso dos habitantes dessa terra, que fazem da “Boca de Sertão”²⁵ um lugar grandioso e próspero.

Sandra Mara Dantas, em sua pesquisa sobre a cidade de Uberlândia, apresenta reflexão importante ao falar do imaginário construído em torno da imagem da cidade do progresso. A busca do mito de origem é ponto preponderante para a consolidação da ideia de “progresso” projetada sobre a cidade. Entender o imaginário da cidade aproxima-nos do real vivido pelos atores que compõem a sociedade uberlandense.

O discurso elaborado convence, agrega e ordena a sociedade num objetivo, aparentemente, comum a todos, o desejo de progredir na vida, no discurso que enreda os habitantes do lugar e, por conseguinte, formata o imaginário social:

²⁵Cf.:SOARES, Beatriz Ribeiro, op. cit.

O imaginário não está fora do real, não é autônomo, é um elemento constituinte e constituidor do real, que se constitui a partir das experiências e das motivações dos sujeitos, dotando-os de identidade e hierarquizando a sociedade. Sendo uma das respostas aos conflitos e lutas de representações, isto é, uma das forças reguladoras da vida coletiva e das relações nela estabelecidas, elabora seus meios de difusão, forma seus “guardiões” e garante legitimidade ao poder. [...] O controle do imaginário assegura a orientação das aspirações e a consecução dos objetivos, visto o imaginário operar com projeções futuras. [...] O discurso político foi elaborado com o máximo esmero a fim de garantir o domínio do grupo social dominante, ao mesmo tempo que evoca as idéias de sublime, de modo que os espíritos foram tomados por um estado de torpor que lhes esmorecia o raciocínio, confirmando as representações construídas.²⁶

O aspecto do reforço imaginário também se faz presente ao analisarmos como fonte a obra “Município de Uberlândia: história, administrativa, finanças, economia”, do memorialista Cônego Pedro Pezzuti (1922). Esta obra é utilizada como estudo por muitos pesquisadores que falam de São Pedro do Uberabinha, primeiro nome de Uberlândia. Vemos, nessa obra, uma narrativa positiva e concatenada em linearidade, que saúda a cidade, que desde seus fundadores ergue-se com a força propulsora de ser grande. As terras atrativas do sertão convidam a quem tiver ânimo e “[...] forças de *penetrá-las* e delas *assenhorea-las*”.²⁷

Vemos que o discurso do lugar grandioso precisou ser reforçado em narrativas que buscaram, na sua origem, os guardiões legitimadores do ordeiro lugar do progresso, isso no bojo do processo de gestação dessas ideias e práticas. Destacamos a obra do cônego Pedro Pezzuti como referência, contudo, ela fora produzida a partir de um grupo social, que representava e governava a cidade no momento da sua elaboração. Isso é constatado no texto da abertura do livro.²⁸

Antônio de Pádua Bosi, sobre a obra de Pezzuti, afirma: “Ao contrário, à cidade celebrada por Pezzuti, opunha-se outra cidade, não celebrada, feita de viveres contraventores”²⁹. Em sua pesquisa, Bosi assinala o itinerário sobre a

²⁶ DANTAS, Sandra Mara, op. cit., p. 20-57.

²⁷ PEZZUTI, Pedro. Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia. Uberabinha: Kosmos, 1922. p. 7.

²⁸ Sobre esse aspecto, cabe salientar que a obra *Município de Uberabinha* foi encomendada a fim de participar da Exposição Nacional do Centenário da Independência, como uma obra ilustrada que fizesse uma avaliação dos diversos aspectos que formavam o município de então, ademais foi projetada como um paliativo que pudesse apontar para os melhoramentos da cidade, isso está posto no parecer de José Nonato Ribeiro e Carlos de Oliveira Marquez que abre a referida obra que, não arbitrariamente, foi organizada pelo Cônego Pedro Pezzuti. Cf.: Ibidem, p. 4.

²⁹ BOSI, Antônio de Pádua, op. cit., p. 110.

política da cidade que é feita a partir de arranjos nos núcleos familiares, bem como grupos de interesses econômicos. Nesse aspecto, podemos ver o “coronelismo”³⁰ muito presente na prática administrativa no interior dos grupos que comandam este município.

Essa prática perdurará até os dias atuais com pequenas pausas, em que grupos ligados à política de esquerda sobem ao poder, mas logo perdem a administração do município, que passa para as mãos das elites econômicas. Isso se caracteriza, especialmente, por confrontos de interesses.

Acolhemos, em nosso trabalho, parte do pesquisado e analisado por Antônio de Pádua Bosi a respeito do movimento histórico dessa cidade. Compreendê-la não é tarefa fácil, exige que busquemos, em sua historiografia, auxílio para a apreensão de sua história. Essa história é oferecida em recortes e objetos, tendo como cenário a sociedade uberlandense a partir das pesquisas de historiadores da cidade como Bosi.

Sendo assim, a grandiosidade do município não é vista, nos primeiros anos, com relevância em sua urbanização, embora se faça com um sentimento latente.

Na pesquisa de Bosi, encontramos a luta de classes como balizador estrutural da cidade de São Pedro do Uberabinha. Em seu parecer sobre a obra de Pezzuti, o autor afirma que: “A intenção implícita no livro era a de consolidar um modo de viver exemplar, naturalizado e inscrito numa tradição que fosse vista apenas como sobrevivência do passado, portanto legítima”.³¹ Dessa feita, o referido autor desconsidera o lugar de Pezzuti nas mediações sociais, inclusive na observância da Igreja e nas chancelas do progresso. Por outro lado, Pezzuti foi representativo na história uberlandense, como vigário. Destarte, outros elementos serão apresentados no decorrer deste capítulo nos quais veremos a contribuição de Bosi como pesquisador na composição de nosso trabalho.

³⁰ “Essa visão do coronelismo distingue-o da noção de mandonismo. Este talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.” Cf.: CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997, não paginado.

³¹BOSI, Antônio de Pádua, op. cit., p. 65.

Nesse sentido, acrescentamos, ainda, outro ponto, ou seja, o trabalho de análise do discurso, que se torna importante. Assim sendo, buscamos, no caminho percorrido pela historiadora Maria Clara Tomaz Machado, aporte em sua pesquisa, a autora busca salientar a forma disciplinadora implementada pelas elites econômicas e políticas da cidade de Uberlândia, no intuito de estabelecer projetos de controle em um jogo de poderes estratégicos nos ditames do capitalismo. Machado, ainda, apresenta-nos, em seu trabalho, análise refinada da racionalização do progresso no traçar histórico dessa cidade ao utilizar o discurso tanto da elite como dos trabalhadores, pobres, marginalizados e, ainda, da instituição como a ICASU presente na constituição histórica do município. Esse modo de análise, como outras formas de entendimento das relações sociais, possibilita-nos descrever o meio que se dá a conhecer em suas incongruências, porém, é preciso compreender as mediações e contradições dos processos, bem como a diferenciação do nosso recorte e o da pesquisadora supracitada. Embora o recorte temporal de seu trabalho seja posterior ao nosso, observamos que a constituição da “ordem e progresso” no município de Uberlândia dá-se em procedimento como o construir de um mosaico que visto a distância configura a imagem desta urbe. Salientamos que elementos comuns de nosso trabalho e do trabalho de Machado inter cruzam-se na ótica de analisar a cidade nas múltiplas estratégias de poder e dos mecanismos que constituem o discurso das classes dirigentes de Uberlândia.

No discurso presente na obra de Pezzuti, tramita o pensamento de que a cidade não pode falar de si mesma - outros falam por ela e dela. Podemos, então, enxergá-la pelas intervenções materializadas em seu corpo, as quais são descritas pelo narrador da história do lugar, como por exemplo, a formação da freguesia que orientou a emancipação da cidade, uma das etapas para tal realização. Por isso, faz-se necessário o devido cuidado em analisar a história sem desconectar a pluralidade do discurso de progresso, ao buscar, na amplitude da expressão social, visibilizar, principalmente os que não têm voz ativa, e que nem sempre aparecem no primeiro plano do discurso. Esses, de alguma forma, apresentam-se em contrariedade na elaboração da cidade, mesmo porque, são tais cidadãos e cidadãs que, com seu labor, fazem do vilarejo uma cidade grandiosa.

Outrossim, a partir das narrativas em discursos, vemos o lugar tomado pelos generalistas (termo utilizado para os que vinham da Província de Minas Gerais, entre XVIII e XIX), que tornam a região na forma de ordenamento e ocupação; o lugar é

nomeado, delimitado, dividido em proximidades, formando fazendas, agrupamento, vilarejo, cidade.

É importante notar que região é um conceito inventado pelo homem, na medida em que denota o lugar de uso e sociabilidades. A compreensão do conceito “região” faz-se necessária devido a buscarmos, no fragmento social do Brasil, esta cidade que se localiza na próspera Mesorregião do Triângulo Mineiro, onde outras cidades despontam-se. Contudo, a cidade de Uberlândia prosperará como polo de desenvolvimento, chamando atenção e sobressaindo às demais cidades da região em população e acumulação de riqueza por parte da elite econômica e política, como apresentaremos a seguir.

O discurso das elites é imiscuído nas muitas realidades sociais do urbano relacional de Uberlândia, e é visto em assimilação por seus habitantes. Elucidamos que, mesmo acolhendo o discurso e projeto do “progresso”, a população ainda produz polos de resistência em sua fala de oposição e tensão. Vê-se este discurso consolidado em práticas do cotidiano, como na ocasião da greve da Associação dos chauffeurs, Mechanicos e Classes Conexas, na Companhia de Autoviação municipal – transportadora e cobradora de pedágios, em outubro de 1936.³²

Mesmo havendo desenvolvimento a partir da Companhia Mineira de Auto Viação, não eram raras as manifestações de contrariedade à tal Companhia. “É interessante ressaltar que a maior parte das greves ocorridas em Uberlândia nesta época foi organizada pelos *chauffers* e dirigida contra essa Companhia”.³³

Verificamos que, em um primeiro momento, aquilo que se tem como cidade projetada para o “progresso” não faz parte do cotidiano desta *urbe*. O projeto da ordem e progresso ainda estava engatinhando, sendo formulado. Portanto, constatamos que as próprias necessidades primárias, como saneamento básico, eram precárias à população desta cidade. As ruas não tinham calçamento, nem rede de esgoto, nem ao menos encanamento que levasse água potável e esgoto até a população, como afirma Antônio de Pádua Bosi, sobre a utilização da água no perímetro urbano:

³² Cf.: PEREIRA, Gustavo Zuquetto. **Entre práticas e controle**: o círculo operário e os trabalhadores de Uberlândia (1942-1960). 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. p. 69.

³³MACHADO, Maria Clara Thomaz, 1990, op. cit., p. 43.

As posturas de 1903 definiram responsabilidades diferenciadas sobre a água potável e as águas servidas. A distribuição da primeira seria feita pela Câmara. Quanto ao descarte das segundas, o mérito era particular. [...] “Aformoseamento e asseio das casas, rua e praças”. Por essa formulação, a questão das águas servidas parece não ter sido completamente interpretada como uma questão de higiene pública. [...] Quanto à água potável, havia a previsão de construção de chafarizes e bicas disponíveis ao público. Portanto, para a maioria da população, a água ainda deveria ser transportada daqueles lugares para suas casas. Para os mais ricos podia-se contar com o recurso da água completamente encanada, por meio de penas d’ água, ao valor de 20\$000 (vinte réis) anuais. Este não era exatamente um procedimento simples e barato. [...] Com estas exigências restringia-se o acesso direto à água encanada. Além disso, mesmo aqueles que conseguiam fazer frente às despesas não escapavam à falta de água nas secas, já que não havia ainda um sistema de bombeamento de água para caixas d’ água que garantisse sua circulação forte pelos canos até as penas d’ água. [...] A própria noção de água potável não era muito clara. Entre os trabalhadores, era comum, desde a prática de despejar águas servidas nos regos em que corriam água “potável” até a lavagem de roupa nas bicas e chafarizes.³⁴

Como dito, as duas primeiras décadas do século XX foram cruciais na busca de programar e viabilizar, em São Pedro do Uberabinha, os elementos de urbanidade, e os aspectos a serem superados a fim de materializar os ideários de progresso. As receitas do município eram parcas, assim, os investimentos deveriam ser calculados da melhor forma possível para sanar as demandas da população. Dadas às devidas proporções, vê-se que a Câmara dos vereadores buscou convergir ações que organizassem o saneamento e a distribuição de água para a população. Porém, a água encanada, que é esperada pela população, não chega e isto se torna um problema não solucionado. Pode-se observar que, antes mesmo da chegada da água aos habitantes, eles se frustram com um sistema de distribuição que é falho no abastecimento, principalmente no período da seca, em que as torneiras secavam como afirma um jornal da época:

A nossa população foi colhida de uma surpresa esta semana – a falta d’água. Não tenho sido avisado, o povo desta cidade, sempre premo a desculpar esses incidentes, mostrou-se bastante irritado com o acontecimento. Era de ver-se dezenas de pessoas, empunhando vasilhas improvisadas, desceram para as bandas do Cajubáafim de colherem ali, da antiga e providencial mina da preta Eugenia, o precioso líquido. Esse espetáculo não comum trouxe um certo escândalo à população que, em sua maioria, não se conforma

³⁴ BOSI, Antônio de Pádua, op. cit., p. 150-151.

com as surpresas dessa ordem. Ao que se soube esse desastre foi motivado por mais um concerto na linha adductora. Seria providencial que a nossa administração encarace o nosso problema da agua com ele merece e, por que se trata de servidão publica muito delicada, com o patriotismo e a dedicação que requer esse caso que já vae irritando e os nervos da paciente população desta cidade. É o que esperamos dos rasgos da atual administração que, não obstante os seus esforços, parece-nos sobre a nossa água não tem rumado acertadamente o seu barco, sendo de esperar que a licção de hoje a sobrevive-se para amanhã e para que possamos aqui assinalar-lhe, com phrases entusiásticas mais esse serviço prestado ao nosso povo.³⁵ [sic]

A problemática do saneamento básico, como prioridade nesta cidade, levou anos até atingir um patamar aceitável ou que, minimamente, os moradores tivessem acesso. Essa discussão, bem como a sua consolidação, fica nos meandros da sociedade que, com o decorrer dos anos, tomou consciência de que o saneamento básico é direito, e assiste ao poder público organizar-se para que esses direitos sejam oferecidos à população.

Bosi, ainda aponta em sua pesquisa que o problema da água em Uberabinha era tão alarmante que os jornais, tanto de situação quanto os de oposição, denunciavam exigindo das autoridades a solução do problema de abastecimento:

O esforço de organizar um serviço de captação e distribuição de água em Uberabinha foi, em larga medida, orientado para a constituição das finanças municipais. Para a classe dominante, ele foi encarado como um “melhoramento”, que necessariamente deveria integrar a imagem da cidade em construção. Fossem de oposição ou de situação, os jornais do período externavam esta demanda como algo imprescindível “na conquista de elementos necessários à vida dos povos civilizados, de maneira a tornar-se dentro em pouco, um centro de commercio e actividade industrial, aproveitado os dotes com que a natureza lhe foi prodiga” Tal “melhoramento” era visto ainda com um requisito para que Uberabinha alcançasse “lugar saliente entre as suas co-irmãs do triangulo”.³⁶ [sic]

O discurso incongruente é notório, pois o imaginário da cidade deveria ser povoado com ideias que reforçassem a potencialidade da “oligarquia” e, ainda, fizesse dos moradores partícipes de uma sociedade que é organizada para a grandiosidade, ao considerar a “higienização” da cidade como uma etapa que viabilizasse empreendimentos externos.

³⁵ **A TRIBUNA**, Uberabinha, 22 set. 1925, Anno VIII, n. 305. não paginado.

³⁶ BOSI, Antônio de Pádua, op. cit., p. 159.

Ademais, tentou-se desvincular os feitos e crescimento desta cidade Uberabinha, em que o diminutivo não constitui o seu verdadeiro ser, uma vez que a referida cidade trazia em seu nome a sombra de Uberaba, a qual foi vinculada até o processo de emancipação. Esse vínculo, no decorrer da história, tornou-se um dos motes para a mudança de nome do que viria se convencionar como Uberlândia, apresentado no artigo abaixo do Jornal *A Tribuna*:

Uberabinha desmente o seu diminutivo... E afirma uma grandeza própria.” Uberabinha, que, naturalmente, retira o nome da sua proximidade com Uberaba, a “Princesa do Triangulo”, desmente ao visitante a expectativa que ele leva no espirito, quando vae de Uberaba para lá. Pelo diminutivo de seu nome, Uberabinha pode ate parecer uma miniatura de Uberaba, com um decalque da grande cidade triangulina. Entretanto, não o é. Uberabinha não tem submissão alguma, nem real nem aparente, à feição geográfica e material de Uberaba. Seu aspecto tem linhas absolutamente originaes, seu traçado é próprio, seus costumes são particulares, sua vida política e social independente. O aspecto urbano de Uberabinha é modernizado e de linhas regulares. A vida mental de Uberabinha é intensa. A cidade dispõe da melhor instalação d’agua do Triangullo e de uma rede de esgotos em que foram aproveitadas as mais recentes descobertas da engenharia sanitária. Esses recursos, aliados à sua iluminação, particular e publica, impecável, seus confortáveis hotéis, seu cinema, bar e mais pontos de reunião, à sua intensa circulação de automóveis, e, coroando tudo isso, à índole afável e franca de sua gente, fazem de Uberabinha, sem favor algum, um centro de atrações para o forasteiro de bom gosto, entre os quaes peço modestamente licença para me incluir.³⁷ [sic]

A cidade tem que corresponder em urbanidade, por isso, a necessidade de um projeto em que todos se coloquem a caminho do novo tempo. Em um primeiro momento, vemos que a ideia do progresso surge para o convencimento. Políticos e elite econômica de Uberlândia mobilizaram-se em estratégias de organização do espaço do trabalho, com o conceito moralizante que o trabalho dignifica o homem dando-lhe cidadania, como afirma Machado:

[...] É a partir desse conceito político que se justifica a construção de todo um ideário moralizante que dignifica o trabalho. O homem só pode constatar sua honestidade e valor através do trabalho – único caminho capaz de garantir-lhe a cidadania. A imagem elaborada pelo discurso oficial tem, como pressuposto básico da história de Uberlândia, a ordem e o progresso construído ao logo do tempo pelo “trabalho de sua gente”, deixando veladas todas as formas de exploração e as contradições sociais inerentes a qualquer sociedade

³⁷ **A TRIBUNA**, Uberabinha, 20 dez.1925, Anno VIII, n. 315.não paginado.

burguesa. Assim, o progresso aparece forjado sob a imagem de uma sociedade ordeira laboriosa e passiva – moralizada, de ponta a ponta, pelo ideário burguês. Esse trabalho coletivo se define no vago conceito de povo que, laboriosamente constrói seu tempo histórico.³⁸

Os artifícios do projeto de progresso ancoram-se em elementos que justificam seu papel de construtor, ao fazer com que a população precise viver, em todas as dimensões da vida, ou seja, sob o reforço da ordem, humildade, submissão, abnegação. Para isso, as elites utilizam-se de outros discursos na busca de justificar a invocação da passividade servil. Machado, em sua análise, ainda aponta como o ideário ordeiro é disseminado na apropriação do discurso da religião pelas elites ao explicar, assim, que o trabalho nem sempre é justo, mas de exploração nesta cidade. Esse discurso é implementado na trama que entrecruza o tecido social de Uberlândia:

A bíblia, não resta dúvida, é, ainda no século XX, fonte de inspiração da sociedade do trabalho. Esse discurso, produzido em Uberlândia, chamou-nos a atenção pela habilidade com que se apropria das palavras bíblicas, no intuito de referendar a exploração. A palavra de Deus serve tanto para justificar as desigualdades como para encobrir os conflitos sociais. Trabalhar, nesse sentido, passa a ser uma obrigação religiosa, um preceito pregado por Cristo, que deve ser seguido pelo homem que foi feito à sua imagem e semelhança, assegurando, dessa forma, o seu lugar no paraíso. Servir é uma missão a ser cumprida. Servir sugere submissão, subserviência, humildade no desempenho do ser homem na terra. Servir significa na ordem expressa pelo capital, aceitar o papel para o qual foi predestinado.³⁹

Fator preponderante para que se consolidasse o projeto de progresso em Uberlândia é a viabilização do trabalho, isso requer das elites esforço em organizar o lugar como ideal a fim de acolher e assentar a nova economia e investimentos vindos de fora, bem como os produzidos aqui.

Verificamos, a partir daí, a amplitude do projeto de progresso, e como ele deve clivar, nas múltiplas expressões da sociedade civil, a organização do espaço para concretização do pensamento de cidade grande. Esse programa concretiza-se na ordem, ou seja, no ordenamento dos atores sociais que o materializará como mão de obra, por isso este projeto é visto em um constante discurso ideológico proferido e encucado na sociedade. Exemplifica-se isto nos códigos de postura que

³⁸ MACHADO, Maria Clara Thomaz, 1990, op. cit., p. 37- 38.

³⁹ Ibidem, p. 40.

caracterizam conduta civilizada aos moradores desta cidade, que carece ser ordeira, com trabalhadores empenhados em progredir e fazer o progresso acontecer no lugar, a partir da lei 1903-1912 que procede no processo de higienização dos espaços públicos, como o confronto dos capoeiras.⁴⁰

A ociosidade desordenada não é uma premissa produtiva e é necessário rechaçá-la pela lei que garanta a ordem. A partir da discussão proposta por Machado, pode-se observar no código de postura do Brasil daquele momento, leis penais acerca das contravenções que são dispostas para disciplinarizar o espaço urbano, tornando-o ordeiro e civilizado:

Os dois primeiros códigos de postura (o de 1903 e 1912) regulamentaram o *coditiano(sic)* da sociedade uberlandense até 1950. Neles, o que é definido em lei como de competência da polícia dos costumes aparece sob a forma de disciplinarização do social, objetivando a ordem pública, ou seja, a ordem burguesa. A batalha moral contra os costumes e a cultura popular se evidencia nas leis que reprimiam o jogo, a mendicância, a prostituição, o roubo, definido por sua vez, o que era lícito e ilícito, e quais deveriam ser os novos padrões de decoro urbano. Captar do código de postura o dia a dia da cidade é captar o controle da vida e dos hábitos das pessoas que, sob regras, travestem-se de cidadãos.⁴¹

De que adiantaria ter uma sociedade organizada, acolhedora, trabalhadora e ordeira se não houvesse onde trabalhar, possibilidade de progredir pelo trabalho? Se isto não se concretizasse na promessa discursiva ideológica, instaurada pelas elites de Uberlândia, seria questionada. Para isso, no mínimo, as elites teriam que aproveitar ações estatais para que executassem seus interesses, em materialidade perceptível aos olhos da sociedade do trabalho, a cidade das oportunidades vista como rota do progresso.

De fato, este é um quesito preponderante para visualizarmos esta cidade moderna em que os políticos e as elites trabalham para fortificar a imagem da *urbe*, tanto no interno quanto no externo, em arranjos para proporcionar recursos, empreendimentos, empresas, instituições, a partir do movimento político e influência dos proeminentes da cidade. Esse projeto não é feito em curto prazo, mas

⁴⁰ Cf.: MACEDO, Ana Paula Rezende. **As poesias da Dança da Zebra**: Capoeira Angola e religiosidade. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

⁴¹ MACHADO, Maria Clara Thomaz, 1990, op. cit., p. 48-49.

engendrado a médio e longo prazo, de acordo com as necessidades e oportunidades que aparecem para a cidade, ou para as elites aqui estabelecidas.

Fato que demonstra o forte apelo progressista aproveitado pelas elites que buscam colocar em evidência a cidade é a troca de seu nome. As elites da cidade não conseguem vislumbrar uma cidade grandiosa que trouxesse em seu nome o diminutivo. Assim, procuram demarcar este lugar rebatizando-o com um nome que o projetasse e demonstrasse sua grandiosidade, como aponta Pacheco:

A própria mudança do nome da cidade em 1929, através de um plebiscito, baseava-se em um idealismo progressista. Uberabinha, principal rio da cidade, era também um diminutivo de Uberaba, principal cidade da região. Para a elite, ter o nome da cidade como um diminutivo de outra era atraso, de passado características que sempre foram avessas ao ideal de progresso, tão valorizados na cidade. Assim sendo, entre os nomes como Maravilha, foi escolhido o nome de Uberlândia, sinônimo de terra fértil, (do latim *uberi*) ou terra superior do alemão *uber*).⁴²

O movimento das elites na busca de forjar a “cidade grande” é constante e ininterrupto sob a égide de ações estatais ou interesses advindos de outras localidades do país, em um pacto feito pelos dominantes – modernização conservadora. Como se observa, nos parágrafos anteriores, houve um alinhamento e esforço histórico, inclusive na historiografia sobre a referida cidade, de enaltecer as elites como promotoras do progresso. Contudo, cabe salientar que a localização estratégica de Uberlândia oportunizou a confluência de interesses entre o local, regional e nacional em políticas expansionistas do Estado brasileiro, como a iniciativa da Marcha para o Oeste e política desenvolvimentista, com a retomada do aspecto desbravador agora com vistas à integração nacional.⁴³

No decorrer dos anos, projetos grandiosos são buscados e realizados para providenciar estradas, construção do distrito industrial e a vinda para Uberlândia do 36º Batalhão de Infantaria Motorizada. Essas ações, como outras, ditaram a composição da cidade, construindo a silhueta da moderna Uberlândia feita em “cimento armado com *shoppings* e arquitetura diferenciada”. O fator econômico torna-se uma variante importante, pois a partir dele há a movimentação e

⁴²PACHECO, Rafael Araújo, op. cit., p. 33.

⁴³Cf.: RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste**: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

dinamização das relações sociais na consolidação da cidade do “progresso” pelo pacto da modernização conservadora e pragmática.

A chegada dos trilhos pela Companhia Férrea Mogiana, em 1895, na cidade de Uberabinha, ocorre paralelamente à sua emancipação e marca esta cidade, o que gera impacto positivo na economia local, bem como nas regiões marginais ou periféricas, tendo como ponto de referência os trilhos. A estrada de ferro constituiu a possibilidade de intercâmbio comercial, ao ligar a região, ou seja, os centros metropolitanos aos consumidores e produtores, por sua vez, os produtores e consumidores do interior comercializam com os grandes centros de produção, como afirma Eduardo Nunes Guimarães:

[...] com a expansão ferroviária em território nacional e regional, o Triângulo foi palco de uma reestruturação de sua geografia econômica. O advento da ferrovia, naquele momento o meio de transporte mais moderno e dinâmico, promoveu uma reorientação dos fluxos econômicos e migratórios, estabelecendo as bases de uma nova estrutura produtiva, definitivamente voltada para o mercado.⁴⁴

Embora os trilhos da Ferrovia Mogiana estejam presentes desde 1896 nessas terras, ao criar dinamicidade e locomoção mais rápida, outros fatores, ainda, hão de acontecer para que Uberabinha destaque-se no cenário econômico da região.

Observa-se que a Companhia Mogiana impulsiona o trânsito de mercadorias nas estradas vicinais de Uberabinha. Havia um grande fluxo de carros-de-boi por esta região que traziam e levavam produtos para comercialização nos municípios vizinhos, bem como era transportado para cá o excedente produzido na região para embarque e comercialização nas grandes cidades.

Uberabinha, nesse período, abarcava com uma grande frota de carros movida à tração animal, “[...] o florescimento do entreposto tornou Uberabinha uma das estações de maior receita da Companhia Mogiana. [...] De 1900 em diante, a cidade, ainda, muito acanhada continuava a se embelezar, atraindo visitantes de toda parte, o que dava alento ao comércio”.⁴⁵

⁴⁴GUIMARÃES, Eduardo Nunes, op. cit., p. 60.

⁴⁵ PEREIRA, Oscar Virgílio. **Das sesmarias ao polo urbano**: Formação e transformação de uma cidade. Uberlândia: Gráfica Composer Editora, 2010. p. 366-367.

Podemos verificar que a cidade enuncia-se e organiza-se para acolher os visitantes, com a perspectiva de lugar estratégico para investimento; a cidade pragmática.

Outro fator que muito impulsionou e influenciou o crescimento da cidade de Uberabinha foi a construção da ponte sobre o Rio Paranaíba. Esta construção influenciou em muito o crescimento de Uberabinha como aponta Guimarães:

A história do engate virtuoso da futura Uberlândia começa quando esta foi contemplada, indiretamente, pelo Governo Federal, com a construção, em 1909, da Ponte, na divisa de Minas Gerais com Goiás, nas imediações da atual município de Itumbiara (GO). Esta ponte, erguida com recursos públicos, sobre um dos principais obstáculos naturais, o grande leito fluvial do Rio Paranaíba, foi responsável por colocar em estreito contato de comércio o Triângulo Mineiro com todo o sudoeste de Goiás. [...] Assim, se não fosse este benefício governamental que a permitiu exercer a decisiva função de terminal rodoferroviário, mesmo com os trilhos já tendo avançado no sentido de Araguari e depois para Goiandira e Anápolis, esta dificilmente ocuparia um posição logística tão diferenciada.⁴⁶

Uberabinha tornou-se o ponto de chegada dos materiais, para a construção da Ponte Afonso Pena, e isso contribuiu para seu avanço, principalmente no transporte destes materiais em carros-de-boi. Assim, a paisagem da pretensa cidade moderna é caracterizada pela convivência entre o arcaico e o novo. O fortalecimento desta cidade, como entreposto, expressa-se nesta contribuição dada pelos carreiros.

Em 1912, o projeto econômico de Uberabinha amplia-se com a criação da Companhia Mineira de Auto Viação Intermunicipal, ao interligar as regiões do Triângulo e Centro-Oeste. Esta empresa era privada e trouxe desenvolvimento para Uberabinha, ou seja, Uberabinha passa a interligar a região, com a partida e chegada de grande quantidade de produtos para abastecimento de cidades e regiões. Fernando Alexandre Villela de Andrade sediou nesta cidade a dita Companhia que alavancou o seu comércio.

Com esta nova empreitada, vê-se que a malha rodoviária da região é impulsionada, o que encurtou as distâncias. Constata-se, ainda, que as novas estradas eram administradas pela Companhia de Auto Viação, que cobrava pedágio para o trânsito. Pezzuti, a respeito deste empreendimento, pondera ao

⁴⁶ GUIMARÃES, Eduardo Nunes, op. cit., p. 80.

apontar o quanto Uberabinha torna-se importante para a região, e, assim, enfatiza seu avanço como entreposto entre as cidades:

Sendo Uberabinha um núcleo de concentração de estradas que de diversas e longínquas paragens ela convergem, tornando-a, por isso mesmo, um ponto de intercambio ou, melhor diríamos, um interposto de variadíssimas transações, é claro que o seu commercio deva ser activo, e voltuoso o seu movimento. [...] Servida pela Estra de Ferro Mogyana, que a põe em fácil communição com os portos de mar e maior centroscommerciaes do paiz, por um lado, que a liga com todas as demais cidades do Triangulo e de Goyaz, num raio de cerca de 3.000 Kilometros de estradas entre principaes e secundarias, tronou-se esta praça um importante centro de viação. Infere-se dahi que é uma zona immensa a que, pela força das circumstancias, vem a ser trutaria de Uberabinha e que em Uberabinha deve procurar o desafogo do seu movimento comercial. Taes são os municípios de Abbadia, Monte Alegre, Prata e Ituyutaba, no Triangulo Mineiro, com todos os seus distritos e fazendas. De Goyaz demandam Uberabinha as praças e municípios de Santa Rita do Parahyba, Burity Alegre, Morrinhos, Rio Verde, Bonito, Mineiros, Jatahy, Santa Rita, do Araguaya, Rio das Graças, em Mato Grosso e parte dos municípios de Caldas Novas, Pouso Alto, Palmeiras, São José do Turvo e Cachoeira. Afóra estas praças Uberabinha commercia ainda com algumas cidades do Norte Goiano e do Oeste Mineiro.⁴⁷

Este evento faz nos compreender a próspera cidade de Uberabinha, que passa a ser ponto de partida e importante entroncamento para a rota do comércio, como demonstra Guimarães:

A efetivação, contudo, da dominação de Uberabinha sobre grande parte da região, seria consolidada a partir de 1913 com a construção, por uma empresa privada, a Companhia Mineira de Auto Viação Intermunicipal, de uma ligação por estrada de rodagem, desta cidade à referida ponte, incorporando á sua área de influência econômica todo o sudoeste goiano e norte triangulino. Só assim se despontaria a economia do município de Uberabinha, consolidando-se como principal entreposto comercial regional sob a conjunção do tripé ferrovia-rodovia-Ponte Afonso Pena. Este empreendimento privado de construção rodoviária pode ser considerado arrojado a partir de uma visão histórica do processo. Mas sua relevância só ganha importância decisiva quando associada à constituição das outras duas etapas do tripé, e além do mais, no âmbito de condições topográficas favoráveis. Na verdade, desde a abertura ao público do fluxo pela ponte (1909) e, portanto alguns anos antes da efetivação da rodovia (1913), como já apontava Pezzutti (1922), o primitivo carro de boi já delineava a futura logística regional: sul e sudoeste goiano-Ponte Afonso Pena-estação ferroviária de Uberabinha.⁴⁸

⁴⁷ PEZZUTI, Pedro, op. cit., p. 51.

⁴⁸ GUIMARÃES, Eduardo Nunes, op. cit., p. 80-81.

No movimento de transformação urbanística, a cidade de Uberabinha é planejada nas primeiras décadas do século XX, e a elite política contrata o engenheiro James John Mellor para elaboração de um plano cadastral que se desdobrará no plano de urbanização da cidade, como um processo de “hausmannização”⁴⁹ no interior do Brasil.

Nesse intento, ao procuramos maiores informações sobre o engenheiro Mellor e projeto da “cidade nova”, encontramos no trabalho de Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes o caminho para que visualizemos a consolidação das alterações feitas no perímetro urbano de Uberlândia:

No estudo da documentação arrolada, há referência constantes á existência de um engenheiro de nome Mellor que seria responsável pela confecção das primeiras plantas urbanísticas da cidade. [...] Em seus trabalhos, o Senhor Tito Teixeira refere-se a um engenheiro da Mogiana de nome James John Mellor que teria executado a planta da cidade nova.⁵⁰

Ainda a partir do que é apontado no trabalho de Lopes sobre os encaminhamentos e estruturação da “cidade nova” não se tem informações a respeito do engenheiro Mellor apenas que este era ligado a Companhia Férrea Mogiana. Sobre o projeto da “cidade nova” Lopes afirma:

Não é possível precisar a data em que estas mudanças foram materializadas, visto que todas as evidências nos indicam que pode não ter havido um plano oficial, escrito e documentado. As decisões foram tomadas, devido à força do prestígio político e/ou econômico das elites que construíram um espaço urbano, no qual as conveniências foram tramadas urdindo desenhos geométricos e ordenados.⁵¹

A cidade como nos é apresentada, hoje, é reflexo do conjunto de ações que foram implementadas no decorrer de sua história. As mudanças em seu traçado apresentam-se paulatinamente, e, assim, em projeção constante na transformação do cenário urbano. A Mogiana que no início da história da cidade apresentava-se

⁴⁹Sobre a reforma do Barão Haussmann, em Paris, como modelo importado a ser seguido conferir: MENEZES, Marcos Antonio de. A dessacralização da vida e da arte no século XIX. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 39, n. 2, p. 221-253, 2003. p. 224.

⁵⁰LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberlândia**: história por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 50-51

⁵¹ Ibidem, p. 52.

como alavanca para o progresso, é, agora, motivo de entrave, pois enfeia a cidade. Seus trilhos impedem o progresso e não contribuem para que a cidade seja vista como idealizada pelas elites. O projeto da visionária “cidade nova” gera esquecimentos e apagamentos. Esse movimento apresenta nova reconfiguração do espaço urbano, alargando as ruas e criando o centro. Isto, é claro, não acontece de forma rápida, mas em um movimento paulatino que vai transformando o rosto da cidade e de seus habitantes.

Esta imagem de progresso é vista em muitos desdobramentos e de forma plural nas áreas do saber. No aspecto que aqui empregaremos, modernidade seria o caminho para chegar à modernização. A modernização é uma constância que transforma a cidade a partir da sociabilidade do lugar em urbanidade, beleza, limpeza e organização do fluxo social. Essa modernização acontece na sistematização deste espaço geográfico-político e econômico⁵².

Nessa perspectiva, vemos que, a partir dos projetos de modernização e organização do espaço urbano, vão aparecendo benefícios para alguns que se oportunizam da expansão geográfica da cidade em detrimento de outras. Esse novo eixo de planejamento se desdobrar-se-á em forte especulação imobiliária.

Elementos que demonstram parte desse projeto concretizado veem-se a partir da segunda década do século XX em Uberabinha, quando a cidade vai-se modificando em seu traçado original. De ruas tortuosas, trilhas, rego-d’água, passam a viabilizar praças projetadas com canteiros e ornamentos, energia elétrica, ruas planejadas, elementos que fazem parte das discussões e empreendimentos políticos. A classe política, juntamente com a elite econômica dominante, apontam um novo caminho de civilidade, originário da visão capitalista, o que transforma as relações e a sociabilidade das pessoas do lugar.

Essa nova ideia, trabalhada e divulgada amplamente, é vista em expressões, ditas no cotidiano da população, que mostram o desejo de abandonar as práticas rurais, ao apresentar uma nova conduta de cidadão. Dessa forma, o que era descrito como atrasado é rechaçado com um discurso de contrariedade na fala cotidiana dos moradores da cidade: isto é coisa do passado, velho, pardieiro, não comporta em uma cidade civilizada.

⁵² Cf.: FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Recepção e definição da arquitetura moderna brasileira**: uma abordagem historiográfica. 222 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Assim, a imagem desta cidade vai se transformando. A fim de esboçar melhor esta ideia, vemos que os lotes ocupados no centro da cidade eram grandes, e neles se cultivavam hortaliças, pomares, criavam-se pequenos animais domésticos. Isso passa ser “coisa de roceiro”, hábito a ser mudado. Para isso, entra em cena o código de postura que ditará a conduta de um cidadão civilizado, e este deve seguir a lei e não criar animais dentro do perímetro urbano, pois esses animais não fazem parte de uma cidade urbanizada, por “estragarem” a imagem desta.

A nova ideia presente, no imaginário e na prática da população uberlandense, era projetar casas com jardins e beleza estética; fachadas que chamassem a atenção e resguardassem a privacidade familiar. O contato com a rua nas edificações doméstica dava-se por elaborados alpendres. Todavia, o contraditório fazia-se presente sendo que o esgoto em muitos lugares era a céu aberto ou as fossas feitas no quintal, e por consequência, comprometia-se a saúde por não haver saneamento básico.

Com o novo ideário civilizador, vai-se mudando a vivência do cotidiano. É estimulado o gosto estético em ruptura com o passado e as novas projeções econômicas do presente, apresentam uma renovação social, uma vez que, as praxes diárias alteram-se com ações que configuram esse comportamento. Até mesmo a higiene pessoal muda com a construção de banheiros, com latrina e revestimento de cerâmica, as casas passam a ser mais sofisticadas arquitetonicamente. Essas ações eram, primeiramente, dispostas para aqueles que detinham recursos e concretizadas no centro citadino, ou onde as elites habitavam. No caso dos bairros formados pela classe pobre e trabalhadora, a realidade era diferente.

A cidade é organizada de forma que o ideário de modernidade contrapõe-se em ruptura com a velha forma de vida, e, assim o espaço-cidade adapta-se à nova Uberabinha, isto é, à dinâmica socioeconômica capitalista. Essa transformação é vista principalmente na configuração do centro com o surgimento de casas comerciais, o que dinamiza o comércio da cidade e muda-o de lugar, segundo Beatriz Ribeiro Soares:

A partir da instalação dessa nova estrutura urbana, os empresários locais passam a investir em imóveis comerciais nas avenidas Afonso

Pena e Floriano Peixoto; e na construção de belas e luxuosas residências, nas avenidas Cipriano Del Fávero e João Pinheiro.⁵³

Sendo assim, as contradições inerentes ao projeto de urbanização são vistas no discurso da imprensa de Uberlândia na forma de contrariedades, expressadas em artigos que delatam e procuram no poder público soluções dos problemas. Divisa-se a imagem da cidade a partir do discurso contraditório materializado em muitos momentos de sua história como elucidada Soares:

Essas características, muitas vezes, podem não ser similares à imagem da cidade, quase sempre, ocorre exatamente o contrário: o que se tem é a projeção de uma imagem de cidade, que não retrata ela própria, mas sim o que ela deveria ser.⁵⁴

O investimento em urbanização é aplicado no centro da cidade e bairros ocupados pelas elites. Assim, tais espaços começam a ser higienizados, o que força a população pobre e trabalhadora a estabelecerem-se em bairros periféricos sem infraestrutura adequada.

A cidade depara-se com a industrialização nos anos de 1920, em que emerge nova demanda a partir do inchaço urbano, que nas próximas décadas será monopólio de terra urbana nas mãos das elites. Surgem investimentos por parte dos que detêm grande acúmulo de terrenos, sendo que este processo ocorrerá de forma arquitetada por grupos econômicos. Como já dito, no futuro de Uberlândia o grupo econômico imobiliário atrelará seus interesses à política administrativa do município para se beneficiar.

Esta nova visão é elaborada na dinamicidade capitalista que vê na ocupação do solo vantagens econômica. Dessa forma, o solo será utilizado como controle hegemônico do poder político e econômico sobre a população trabalhadora. Isso é distinguido em um dado momento da história do município, quando a população pobre e trabalhadora é “empurrada” para o subúrbio da cidade. Esta forma de expansão imobiliária é observada na pesquisa de Bosi, quando o mesmo diz:

Foi esta experiência histórica que conferiu sentido ao que conhecemos hoje por especulação imobiliária. No contexto de industrialização, foi que o solo urbano “adquiriu” definitivamente valor de troca, tornando-se não só uma mercadoria, mas um item

⁵³ SOARES, Beatriz Ribeiro, op. cit., p. 107.

⁵⁴ Ibidem, p. 42.

fundamental na reprodução da força de trabalho. Na esteira desta industrialização é que o Estado, na segunda metade do século XIX, passa a intervir no espaço urbano com obras e serviços públicos que valorizaram o solo, acelerando a conversão do espaço urbano num grande negócio. O significado originário da especulação imobiliária, no entanto, talvez mais cru e explícito no século XIX, revela-se como mecanismo de confirmação da dominação social burguesa.⁵⁵

Assim, as transformações na paisagem urbana de Uberabinha vão alterando-se, e as exigências para a circulação em suas ruas e ocupação do solo consolidam-se pelo discurso e intervenção estatal que conforma este espaço aos interesses das elites. É vislumbrada nova cidade onde a circulação de carroças, carro-de-bois torna-se coibida como salienta o jornal *A Tribuna*:

Vem-se fazendo, de algum tempo a esta parte, uma grande campanha contra o carro de bois. A principio, prohibia-se a sua entrada nas cidades por que parecia elle um vehiculo feio, uma prova de atrazo. Outras municipalidades, talvez por terem em suas camarasmunicipaes vereadores excessivamente nervosos e rabujentos, se limitavam a prohibir copiosamente o eixo e os mancaes. Tocam depois o carro e, após algumas dezenas de voltas do eixo, começa novamente a cantiga. É preciso lubrificar mais para não incorrer em multa. Tudo isso era justo e bastava antigamente para mostrar o rigor e as ideias progressistas das municipalidades. Depois appareceu o automóvel. A principioelle só circulava nas ruas bem cuidadas do perímetro das cidades. Elle então so transportava os ricos, os homens de posição, as damas da aristocracia. Democratizou-se depois e hoje não é para elle vexame prestar-se a todos os serviços, ao transporte de qualquer pessoa, das mais nauseabundas ou pesadas cargas. Dizem que, até para fazer rodeio ao gado, tem sido empregado o Ford, no Triangulo. Teve de deixar as cidades e se internar pelos campos. Isto tudo equivale a, como vulgarmente se diz, passar de cavalo a burro. [...] As duas grandes desvantagens do carro de bois são a solidariedade das duas rodas e a pequena largura dos aros. A primeira é difícil de se corrigir, sem encarecer bastante o curso do vehiculo. Ella, com tudo, só se torna notável nas curvas de muito pequeno raio. O segundo defeito é de mais fácil reparação. Torna-se necessário proporcionar uma maior largura na base das rodas, para que ellas não cortem o terreno.⁵⁶

No início do século XXo comércio varejista fica em destaque. No centro as casas mais simples por “enfeiares” a cidade são derrubadas, pois a imagem da desta *urbe* moderna carece prevalecer.

⁵⁵ BOSI, Antônio de Pádua, op. cit., 2004, p. 30.

⁵⁶ O CARRO de bois. *A Tribuna*, Uberabinha, 22 fev. 1920, Anno I, n. 24. não paginado.

A nova ordem impõe um olhar intimista com requintada elegância e conforto aos moradores pertencentes à elite econômica. Pela imprensa local, confirmamos como essa ideia capitalista e excludente fortifica-se como ideário no meio social desta cidade, como afirma Juca Campos:

Agora que tantas casas estão em projecto e tantas outras em construção, é natural e justo que se pergunte porque razão todas ellas irão ser colocadas á face da rua. E não ficaria mais graciosa a cidade si se construíssem, nas ruas sem commercio, habitações confortáveis, elegantes, de grandes abas de telhado saliente, assobradadas rodeadas de jardins e pomares livres do rumor e da poeira tão incômodos da rua? De certo uma boa casa de família não deve facear com a rua, para poder oferecer todas as vantagens que della se possa tirar. É desagradável ouvir o que falam na rua e ainda mais incommodo o evitar que da rua ouçam o que se conversa em casa. [...] Também a família em um recinto agradável, levará uma vida voluntária e espontaneamente recolhida, mais propicia para a formação dos sentimentos affectivos, que ahi irão consolidar mais e mais. Vive-se melhor, entre as plantas, longe do rumor das ruas. [...] E o desfrutar dessas residências não cabe somente a quem nellas habita: também os pobres, ao passar por ellas, se desprenderiam, embora passageiramente, das agruras da realidade e construiriam também os seus poéticos castelos e também aquelles que, levados por uma anciedade indefinida, pretendem encontrar conforto dora do peito humano e que por isso vagueiam continuamente pelas ruas teriam a seu estado psychico notavelmente melhorado.⁵⁷

Em outra matéria do mesmo jornal, no ano seguinte, podemos ver que havia reclamação de como era difícil e dispendioso fazer com que esta estrutura urbanística consolidasse, pois os materiais de construção eram caros e vinham de fora. Portanto, verificamos que a proposta de habitações modernas, arejadas, “poéticos castelos”, apenas poderiam despertar os sonhos dos pobres, sendo difícil realizarem-se na vida da população desguarnecida de recursos segundo o Jornal *A Tribuna*:

Pelos preços que andam os materiais de construção, nesta cidade, é impossível não cessas as edificações. Para não falar em madeiras, que desde há muito tem vindo de longe, Ribeirão Preto e outros lugares, e que custam caríssimo, quem se anima a fazer uma casa com tijolos custando cento e tantos mil reis o milheiro e a cal a seis mil e tanto o sacco? Não param aqui as dificuldades. Ellas são innúmeras. A falta de operários e sua incostancia nos trabalhos, as obrigações a que empreiteiro e proprietário da obra estão sujeitos, a escassez de tudo, há de forçosamente, por um paradeiro ao

⁵⁷ CAMPOS, Juca. **A Tribuna**, Uberabinha, 28 set. 1919, Anno I, n. 4. não paginado.

progresso de nossa cidade. É necessário que se ponha em pratica medicas enérgicas afim, senão de eliminar, pelo menos suavizar a influencia de todas estas coisas que tanto nos prejudicam.⁵⁸

Na teia histórica desta “inópia” cidade, pressupomos que havia número bastante suprimido de casas durante a década de 1920. Para sanar essa carência, as empresas instaladas no município empreendem-se na construção de casas populares e, em 1930, constroem o bairro Vila Operária.

Já, em 1936, apareceu a primeira empresa imobiliária uberlandense, a qual vende, aproximadamente, mil habitações, o que vai reforçar a formação do subúrbio no município.

Desde os anos de 1920, a imigração gerou grande especulação imobiliária, déficit que impactou a habitação e, por conseguinte, provocou alta nos aluguéis, e, assim, dificultou a vida das classes mais pobres e trabalhadoras, como afirma o jornal *A Tribuna*:

É indiscutível o progresso de Uberabinha. Há uma verdadeira febre na nossa vida de cidade comercial e agrícola. Tudo se movimenta: o comercio expande-se, a industria desenvolve-se, os negócios avultam. A cidade cresce vertiginosamente e apesar dos innumeros prédios que se constroem todos os annos, não há casa para alugar. São inúmeras as famílias que para aqui pretendem de transferir e não encontram casas. Ainda bem um constructor não projectou um prédio, chovem os pedidos de preferênciã. E tudo caro. Alugueis e materiaes de construção por preços nunca vistos, o que denuncia claramente o nosso inconstestável progresso.⁵⁹

A segregação urbana é intensificada, o que bem define o espaço da elite e dos pobres, e, assim, intensifica-se a estratificação e desigualdade na cidade. No encaminhamento da ampliação urbana, os novos bairros que surgem significam, claramente, uma economia excludente que será vista de muitas formas. Os novos bairros criados são formados por negros e brancos da classe menos abastada. A infraestrutura é de baixa qualidade, que por sua vez não proporciona vida digna a esses moradores.

No quesito infraestrutura, observa-se que a cidade tem que ampliar sua forma de organização, o que é requerido pelos empreendedores, que devem oferecer

⁵⁸ **A TRIBUNA**, Uberabinha, 26 jan. 1920, Anno I, n. 20. Coluna “Varias”.

⁵⁹ **Idem**, Uberabinha, 9 maio 1920, Anno I, n. 35. Coluna “Varias”.

serviços de qualidade, mas precisam investir somas altas para estruturação de seus negócios. Como vemos salientado no artigo abaixo do Jornal *A Tribuna*:

Todas as vezes que se pretende melhorar um prédio, mesmo quando em logares onde não existem água e esgotos, é com o maior sacrifício que o senhor proprietário procura dotá-lo de instalações higiênicas. Aqui mesmo temos vários exemplos do que afirmamos. O proprietário do Grande Hotel gastou mais de dois contos para dotar este estabelecimento de esgotos. [...] O mais boçal dos nossos habitantes pode considerar que um prédio dotado de instalação higiênica completa como se pode praticar nesta cidade é muito mais valorizado e muito mais habitável que é o essencial.⁶⁰

A separação de classe é marcada e acentuada no centro da cidade com a lendária separação entre negros e brancos pobres; e brancos ricos. Como afirmam Livia Marina Andrade e Maria de Lourdes P. Fonseca:

No *footing* já era evidente a existência de uma hierarquização de classes e do preconceito racial que se disseminava fortemente na cidade. O lado esquerdo da Avenida Afonso Pena (no sentido Praça Tubal Vilela – Praça Sérgio Pacheco) onde se situavam os cinemas e os serviços mais requintados era utilizado apenas pelos brancos ricos. Do outro lado da calçada, era o espaço destinado aos negros e brancos pobres, sendo que estes últimos algumas vezes atreviam a atravessar para o outro lado, mas logo se sentiam oprimidos.⁶¹

Esses fatores mudam a dinamicidade do espaço urbano, a zona boêmia é transferida do centro para local periférico. E o centro, com suas ruas e praças, ponto de diversão da cidade, em um dado momento, muda, ao migrar o lazer para lugares privados, sendo que as praças e ruas centrais são deixadas para o tráfego urbano.

Ainda, no desenrolar da história de Uberlândia, vemos outras tantas reclamações em diferentes momentos de sua história, quando é apontada a necessidade de encaminhamentos e melhorias para a cidade. Essas reclamações além de serem recorrentes nos periódicos locais da cidade, ao exporem as mazelas, também forçavam os políticos a tomarem postura como o pedido de derrubada do antigo Fórum, edificação esta que, aos olhos da mídia não era digna desta cidade, bem como melhoria do acesso viário como aponta o Jornal *A Tribuna*:

⁶⁰ OS NOSSOS esgotos. *A Tribuna*, Uberlândia, 6 jul. 1922, Anno III, n. 151.

⁶¹ ANDRADE; FONSECA, op. cit., 2008.

Está há dias, nesta cidade, um engenheiro que o governo do Estado mandou a Uberabinha para ver o miserabilíssimo ponto a que chegou a nossa ponte e examinar o terreno que a câmara municipal designou para a construção do nosso encantado *Fórum*. Segundo estamos informados, esse engenheiro já enviou as suas impressões sobre a ponte e sobre o terreno. O remédio para a ponte foi indicado: a construção de outra, metálica, de cimento armado, capaz de oppor resistência ao enorme movimento que por ella transita e terá de transitar. Fora desta medida, será querer concertar todos os annos, gastando rios de dinheiro, uma obra condenada. O que o sr. Dr. Arthur Bernardes, que se tem tornado solícito em responder os telegramas que lhe são dirigidos neste sentido, deve resolver de vez esse problema, dotando Uberabinha com uma ponte solida e definitiva. Quanto ao *Forum*, nada temos a acrescentar [...]. Fallar sobre esse assumpto mais irrita-nos e por isso nós esperamos tambem que o governo nos tire desta vergonhosa situação de estarmos, há cerca de nove annos, na dependência de nossos vizinhos, por julgamento dos que aqui tiveram a infelicidade de commetter delictos. Ou, então, o governo que nos tire a comarca, rotulo com que baptizamos a nossa organização judiciaria e nos reduza a um simples juizado de paz da roça. O *Forum* velho e ante-diluviano, horroroso mostrengo que enfeia as nossas ruas e que não pode continuar mais de pé.⁶²

Visualizamos ainda, o discurso das elites uberlandenses, sobre esta cidade ocupada pelas indústrias que compõem a visão progressista. Como já elucidado, a presença das indústrias promovem o progresso, mas, ao mesmo tempo, a dimensão de ocupação do espaço urbano é afetada pelo crescimento, ao configurar nova dinamicidade às relações sociais, formando e formam divisões. Voltamos, aqui, a observar o plano discursivo sobre o crescimento da cidade de Uberabinha, onde o apoio pela mídia impressa é constante, como veremos segundo Juca Campus:

Entre as cidades mineiras que mais se teem distinguido por uma evolução progressiva segura está certamente Uberabinha num dos primeiros lugares. [...] A maneira harmoniosa de progredir que parecemos ou em todos estes factos, também se mostra na nova e promissora industria do algodão, aqui iniciada pelos esforços do Sr. José Monteiro da Silva, o qual não só montou a sua industria, como também promoveu o plantio do algodão. Iniciada a dois annos apenas a propaganda, já vemos a colheita augmentar notavelmente coroadando de bellos resultados os esforços desse industrial e, ao mesmo tempo, activando a vida urbana, virá essa nova industria actualmente embryonaria, alliviar os sacrificios pecuniários feitos pela população para occorrer as despesas com os uteis melhoramentos que ornam a cidade.⁶³

⁶² **A TRIBUNA**, Uberabinha, 23 nov. 1919, Anno 1, n. II.

⁶³ **CAMPUS**, Juca. **A Tribuna**. Uberabinha, 6 nov. 1922, Anno IV, n. 164.

Constatamos que as narrativas sobre a cidade de Uberlândia apresentam a trajetória de uma *urbe* construída por forças, que são pautadas no interesse e na viabilização de uma ideologia discursiva teleológica.

Assim, antes de debruçarmo-nos em nosso objeto de estudo “Igreja Católica Apostólica Romana”, presente no espaço urbano de Uberlândia, primeiramente traçamos ou apresentamos o cenário por onde se exhibe esta instituição, pois suas histórias se entrelaçam em íntima relação com a cidade. Isso torna importante a verificação desta relação na construção do discurso de “ordem e progresso” instaurado pelas elites uberlandenses ao valerem-se do fluxo desenvolvimentista do Estado brasileiro.

O contexto brasileiro do período de 1930 é gerido pelas ideias do governo de Getúlio Vargas. Esse novo governo intitulando República Nova 1937, traz consigo um olhar expansionista na ótica do “progresso” tendo em vista a nacionalização da cultura, economia e outras ações via Estado. Essa visão deve chegou ao interior do Brasil levando a integração do mesmo. Outro fator que compõe esse cenário foi o início de um olhar que se aproxima a preocupação atual em proteção do patrimônio-histórico, ou seja, pela constituição das políticas patrimoniais. Em artigo, Lia Calabre aponta sobre os primeiros passos na direção da concretização dessa política no Brasil:

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foram implementadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil. Nesse período, foi tomada uma série de medidas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural. O exemplo mais clássico dessa ação está na área de preservação do patrimônio material quando em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Desde a década de 1920, os intelectuais modernistas vinham realizando uma forte campanha em favor da preservação das cidades históricas, em especial daquelas pertencentes ao ciclo do ouro em Minas Gerais. Outras iniciativas federais do período são a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e do Instituto Nacional do Livro (INL). Em julho de 1938 foi criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura, composto por sete membros. No volume sobre a Cultura Brasileira, publicado junto com o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, o governo registrava a intenção de criar um órgão de pesquisa estatística específico para as áreas de educação e cultura.⁶⁴

⁶⁴ CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ENECULT, 2007.

O fato acima mencionado torna-se importante porque a partir dele adquirimos a noção de como tais ações são vistas em desdobramento na proteção do que será considerado patrimônio. Diante disso, constatamos o início da preocupação com o patrimônio no território brasileiro, embora se perceba que apenas uma parcela do patrimônio brasileiro será privilegiada com a guarda do Estado naquele momento.

Em Uberlândia, a partir do que vimos sobre a derrubada de sua velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo, não se encontravam os elementos de proteção considerados plausíveis ao pensamento de preservação daquela época, pois a arquitetura dessa igreja embora fosse tradicional, não tinha ornamento suficiente para ser considerado patrimônio naquele momento da história. Somente as igrejas guarnecidas do “barroco mineiro”⁶⁵ e seus desdobramentos ornamentais teriam um olhar de reconhecimento por parte dos organismos de proteção do patrimônio Estatal. Essa atuação sobre o patrimônio no Estado de Minas Gerais restringir-se-á principalmente ao que é chamado de lugar do ciclo do ouro, (Ouro Preto e Mariana) onde se locam grande número de igrejas barrocas e rococós do período Colonial.

O Estado brasileiro dava os primeiros passos na direção do reconhecimento de seu patrimônio. Entretanto, a abrangência de proteção patrimonial limitar-se-á a lugares específicos, assim em igrejas menos expressivas segundo a ótica das autoridades daquela época, nada se fez para a proteção e preservação desses bens patrimoniais. Nem ao menos se reconheceu o valor afetivo-histórico legado a essas edificações religiosas. Por isso, nas décadas de 1930-1965 várias igrejas foram derrubadas em todo território brasileiro como a lista supracitada e a ela acrescentamos a Matriz de Nossa Senhora do Carmo da cidade de Uberlândia.

Como afirmamos, anteriormente, o contexto do processo de edificação da Matriz de Santa Terezinha e derrubada da antiga Matriz de Nossa Senhora do Carmo é múltiplo, por haver íntima ligação com o que acontecia no jovem país republicano, ou seja, o grande desejo de firmar-se como nação moderna. Assim, o contexto e a movimentação dentro e fora do país apresentavam novas ideias que modificarão o pensamento dessa nação que quer garantiria seu ingresso na dinâmica da modernidade. Estão em jogo as condições impostas como o comércio, a produção industrial; elementos fundamentais para que outras nações

⁶⁵Cf: FRADE, Gabriel. **Arquitetura Sacra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2007. p. 65-72.

relacionassem e comercializassem com o Brasil. Esses elementos exigem muitas mudanças, uma delas é o espaço social em que se exhibe nova configuração arquitetônica e urbanística.

A Igreja não fica a parte desta ebulição de ideias, mesmo porque estava inserida no contexto social, necessitava constantemente de adequar-se ao que a sociedade apresentava-lhe como novo. Os novos meios tecnológicos serão ferramentas indispensáveis para que a Igreja dialogasse com o mundo moderno. Sendo assim, ela busca se adaptar à essa realidade.

O século XX é marcado pela industrialização o que mudou a visão das relações sociais, o reflexo desta industrialização fez com que todas as áreas da vida fossem forçadas a adotarem a dinâmica do mundo moderno e capitalista. Assim, a Igreja, no século XX, se vê obrigada a rever sua ação na sociedade. Ela percebe que a sua mensagem não é transmitida com a clareza necessária, daí, busca aproximar-se do povo, ao mudar sua forma de comunicar. Tal conduta é entendida, amplamente, em ações expressas na liturgia, pastoral, arquitetura, estrutura administrativa, etc.

O ponto inicial dessa mudança ocorre com o Movimento litúrgico (ML), sendo que este adquiriu grande ressonância na Igreja Católica Apostólica Romana da Europa, iniciado no pontificado de Pio X, 1904-1914. O Movimento Litúrgico conquistou maior amplitude a partir da Encíclica “*Mediator Dei*” promulgada pelo Papa Pio XII 1947. Sobre o Movimento Litúrgico afirma José Ferreira:

Ficou a dever-se este movimento ao dinamismo espiritual de D. Lambert Beauduin(1873-1960), antigo capelão de mineiros, agora beneditino do recente mosteiro de Mont-César (1899), em Lovaina. O objetivo deste movimento era trazer o povo cristão à participação activa no mistério e na celebração da liturgia.⁶⁶[sic]

Com base no que foi dito acima, vemos que a visão da Igreja paulatinamente mudou, assim as ideias modernistas surgiram em ações que constituíram nova forma de expressar-se em meio à sociedade. O ambiente ditava nova configuração, como ainda a industrialização exigia aproximação e entendimento da recente visão de mundo na modernidade.

⁶⁶ FERREIRA, José. A Liturgia antes do Concílio Vaticano II. **Boletim de Pastoral Litúrgica**, Aveiro, ano VIII, n. 32, p. 3-9, out./dez. 1983. Disponível em:<http://www.liturgia.pt/anodafe/A_Liturgia_antes_do_Concilio_Vaticano_II.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

Sendo assim, o trabalho de Gabriel Frade intitulado “Arquitetura Sacra no Brasil” sintetiza de forma clara como a Igreja moldou-se ao que foi apresentado pela sociedade industrial moderna:

Com a Revolução Industrial e o rápido crescimento das cidades, a demanda por novas construções cresceu vertiginosamente, causando inclusive o rareamento de materiais construtivos até então tradicionalmente empregados em larga escala. A descoberta do cimento moderno a partir do final do século XIX e a sua utilização em grandes quantidades na construção levaram à necessidade de se encontrar um arranjo que pudesse melhorar ainda mais a aplicabilidade do cimento na construção. [...] Dessa forma a técnica do concreto armado, o que permitiu um avanço enorme nas possibilidades construtivas, já que a adição de ferro ao cimento proporcionava uma resistência muito maior às estruturas de alvenaria.⁶⁷

A relevância do que foi a inovação provocada pela utilização dos novos materiais dá-se como revolução nos novos projetos arquitetônicos da sociedade industrial. No caso da Igreja Católica, isto está localizado no movimento de seu corpo eclesial que se coloca a pensar em sua postura pastoral dado em muitas frentes (liturgia, rito, participação dos fiéis, comprometimento social, arquitetura, linguagem).

Uma das frentes de elaboração dos elementos utilizados pela Igreja que dialogou com a modernidade foi à arquitetura. Investir em arquitetura seria um passo a ser dado para materializar-se em visibilidade na perspectiva de modernização, ou seja, simbolicamente a Igreja apresenta-se de forma visível com uma postura icônica, transmitido nova roupagem. Assim, vemos nos dizeres de Silveira:

Nossa hipótese é a de que o principal desses elementos apaziguadores teria sido o poder de sedução da proposta modernista. A promessa de abertura a uma experiência mística e redentora, imediata, capaz de instaurar a uma experiência mística e redentora, imediata, capaz de instaurar para além de um simulacro de coexistência moderna uma modernidade efetiva, mobilizou e tem mobilizado amplamente o imaginário social no Brasil e nas sociedades ditas “periféricas”. Acreditamos que a decisão de substituir antigos templos católicos por edificações modernistas despertou para a cena pública atores sociais com visões de mundo e interesses bastantes distintos. Contudo, o traço comum no imaginário social brasileiro entre os anos 1940 e 1960 capaz de persuadir os católicos mais tradicionalistas e silenciar setores sensíveis à

⁶⁷ FRADE, Gabriel, op. cit., p. 92.

preservação da memória teria sido algo envolto numa atmosfera tão sacralizada quanto o próprio templo católico.⁶⁸

Não se pode analisar a Igreja somente no universo brasileiro, faz-se necessário ter em mente que esta instituição é gerida pela “unidade de seu corpo eclesial”, desta forma, as novas ideias fluem e encontram terreno para crescer. O avanço da Igreja no mundo moderno deve-se muito as ideias de leigos e eclesiásticos que tencionaram as relações internas na busca de colocar esta instituição em diálogo aberto com as nuances da modernidade.

As ideias do Movimento Litúrgico atravessam o atlântico e chegam em terra brasileira. Nesse país, tal movimento dá-se a conhecer em 1933 e com grande acolhida por parte do episcopado brasileiro, bem como os fiéis. José Humberto Motta e Antônio Élcio Souza apontam sobre a chegada do Movimento litúrgico no Brasil:

Foi com D. Martinho Micchler OSB, que se criou o Movimento Litúrgico no Brasil, ele havia acabado de chegar ao Brasil e foi dar aulas de Liturgia no Instituto de Estudos Superiores do Rio de Janeiro, seu sucesso se deu não apenas pela novidade em si, mas simplesmente pelo fato de ser o primeiro curso de liturgia dado para leigos no Brasil e também porque ele mostrava que a liturgia era mais do que rubricas, explicação de objetos e gestos. O que D. Martinho apresentava era algo extraordinário para aquele momento. Ele mostrava que a liturgia era vida, vitalidade, é a vida na SS Trindade, ou seja, a grande novidade era a Teologia da Liturgia. [...] Dom Martinho esteve presente em vários momentos para divulgar a novidade por ele trazida, tanto em revistas como a Ordem de Minas gerais, bem como em **palestras e encontros como o caso de Uberaba**, que tinha como tema: Missa, centro do culto litúrgico.⁶⁹(Grifo nosso)

O Movimento Litúrgico promove mudanças não só na esfera litúrgica, em que os leigos colocam-se com participantes no celebrado pela Igreja. A partir dele, desdobra-se a visão pastoral desta instituição. A Igreja vivia uma fé voltada para o periférico; o devocionismo. Esse era o meio comum das práticas religiosas, principalmente em terras brasileiras. A modernidade traz consigo uma proposta de fé

⁶⁸ SIVEIRA, Marcos Marciano Gonçalves da. **Templos modernos, templos ao chão**: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2011. p. 32.

⁶⁹SILVA, Severino Germano da. Movimento litúrgico no Brasil. **Cadernos do C.E.A.R.P.**, Ribeirão Preto, 2011. não paginado. Disponível em: <<https://arquidioceserp.org.br/cearp/edicoes/1/1440703084.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017.

mais racionalizada ao “higienizar” as práticas católicas. Tanto leigos como a hierarquia clerical são convidados a centralizar a fé no Cristo. Essa visão influenciou toda a prática religiosa Católica moderna e é vista nas propostas arquitetônicas em templos modernos.

Houve assim, desdobramentos do proposto pelo Movimento Litúrgico que propiciaram acolhimento da nova arquitetura moderna, pois a mesma respondia a nova prática de fé racionalizada. Os templos deixaram de ser apenas casa de Deus; monumentos. Esses passam a ser a “casa” que reúne a comunidade que celebra. Essa mudança de pensamento fará toda a diferença, pois, é desenvolvido nos moldes da arquitetura moderna com novas nuances e composições arquitetônica para os templos Católicos.

A arquitetura moderna é mais limpa, haja vista, que os altares laterais símbolo do devocionismo são suprimidos nas novas igrejas construídas a partir dos meados do século XX. Os espaços de culto serão projetados ao observar melhor sua funcionalidade, ou seja, “Com o desenvolvimento da liturgia batismal, o edifício passa a adquirir um caráter funcional, mas também ao mesmo tempo simbólico.” (Gabriel Frade, 2007, p. 146).

Esse processo desencadeia a transformação que culminará no Concílio Vaticano II, as bases desse Concílio foram apontadas pela visão que o Movimento Litúrgico propunha. Observa-se que os papas que antecederam o Concílio já assinalavam novo caminho para a Igreja como veremos abaixo na fala de Mons. Guilherme Schubert:

Mesmo cidades famosas pelo número e a beleza de seus templos, como Roma, causam preocupação, neste sentido, ao seu bispo, que é o papa. Em 1930, Pio XI criou um organismo para prover Roma de igrejas novas, e foram construídas, entre 1930 e 1967, 144 novos centros paroquiais. Em 6 de janeiro de 1963, disse João XXIII ao prefeito de Roma: “...quando olho, do terraço do palácio do Vaticano para os novos bairros, dói-me o coração, pensando nas alma que neles vivem e precisam de assistência pastoral. Os edifícios sacros e seus anexos devem garantir as vibrações do culto e do magistério religioso. O templo é a casa de todos, e as obras que surgem com ele pertencem a todos, servem a todas as famílias” (*Chiese Nuove in Roma*, p. LXXI).⁷⁰

⁷⁰ SCHUBERT, Guilherme. **A arte para a fé**. Petrópolis: Edições Loyola, 1987. p. 22.

Assim, compreendemos que as ideias do Movimento Litúrgico chegaram à Uberlândia via Diocese de Uberaba, isto influenciará no que seria a construção dos novos templos dentro do território diocesano. Assim, devido à Uberlândia pertencer à jurisdição da Diocese de Uberaba receberá influência do Movimento Litúrgico na construção de sua nova matriz.

Nessa perspectiva, podemos agora aprofundar e buscar como a instituição Igreja Católica Apostólica Romana apresenta-se na complexa teia de relações em que encontramos o discurso da ordem e progresso na forma de diálogo, disputas, lutas, afirmações, auxílio etc.

Aqui, também, ressaltamos o quanto se torna importante visualizar não somente as elites econômicas e políticas da cidade, mas ao mesmo tempo enxergar a Igreja como instituição que molda e participa do cenário. Torna-se preponderante verificar as práticas de fé que movimentam não somente os pobres e trabalhadores, como ainda as classes dirigentes. Destacamos que a busca do transcendente acontece de forma individual e comunitária, ao materializar-se em sociabilidades, e estas nos proporcionam outras leituras. Nas relações em torno da prática religiosa, buscaremos vislumbrar a ingerência e pertinência do discurso progressista desta cidade.

Em nosso itinerário de pesquisa, compreende-se o papel da Igreja nesse contexto social, tendo em vista, ela mesma, em suas representações, lideranças e práticas no discurso dialógico com as figuras que representam o político e o econômico na cidade de Uberlândia.

CAPÍTULO II

“FÉ E POLÍTICA”: RELAÇÕES ENTRE IGREJA E ESTADO NO ORDENAMENTO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA

COMPREENSÃO DA DINÂMICA ENTRE IGREJA E SOCIEDADE

O contexto de elaboração e consolidação da cidade de Uberlândia como vimos anteriormente, não foi diferente de outras cidades no entorno, pois é recorrente à essa dinâmica a movimentação social, econômica, política pelas quais se concretizou esta cidade. As elites política e econômica constituem papel importante na organização do lugar, pois os interesses destas são privilegiados e por isso, as mesmas necessitam buscar no movimento social, na política e na acumulação de bens a convergência do corpo social. Tal movimentação sucede em rede, pois a dinamicidade da história interliga o fluxo que sintetiza as escolhas e encaminhamentos que formarão a imagem da cidade do “progresso”, como vimos no capítulo anterior.

Nesse sentido, o papel político e social da Igreja Católica Apostólica Romana torna-se importante na medida em que ela, também, compõe o campo social e a construção da cidade, pois, a Igreja é detentora do discurso religioso, o qual é emitido tanto para a classe menos abastada quanto para as elites políticas e econômicas da cidade, ou seja, atua na formatação do “ideal de progresso” tão recorrente na virada do século XIX para o século XX.

Ao buscarmos o entendimento da cidade em suas diversas matizes, vemos que as instituições em destaque, como a Igreja Católica Apostólica Romana fazem sociabilidade, constroem itinerários a compor a organização da paisagem da cidade. Esses trajetos são vistos de múltiplas formas e em singularidades, no caso de Uberlândia esta dimensão materializou-se no ato de derrubada da antiga Matriz de Nossa Senhora do Carmo e construção e da Nova Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face, considerado templo suntuoso e moderno para a referida cidade. Dessa feita, a Igreja Católica é o espaço no qual circulam agentes

do progresso e, portanto, assume o importante papel na propagação das ideias das elites.

A Igreja Católica é uma instituição hierárquica, assim sua administração olha tanto para o particular, ou seja, para as necessidades locais, como se liga por instrumentos de orientação ao governo central, ou seja, Arquidiocese, Diocese, Cúria Romana. Esta última sede administrativa do catolicismo no mundo. A instituição Igreja é um dos pontos de ligação de uma teia política, cultural, econômica e social.

Sendo a Igreja Católica uma instituição com presença social milenar sua influência ocorre no meio social, na história do Brasil foi eleita religião oficial do Estado no período da Colônia e do Império. Haja vista seu poderio torna-se indispensável ao analisar sua ingerência na sociedade brasileira, tanto em nível macro, como local e regional.⁷¹ Aqui, pontuamos que a Igreja local “paróquia”⁷² possui alguma autonomia para tomar decisões, contudo, em muitos aspectos ela necessita estar em constante processo de “reforço da unidade interna”. Essa prática propicia certa uniformidade no discurso e discipliniza as ações dos administradores paroquiais. Destacamos que a exigência da unidade não impede que haja dissonância e movimentos que coloquem a Igreja inserida na dinâmica local.

Ao procurar o entendimento dinâmico e estruturador que otimiza o espaço urbano da cidade de Uberlândia e sua relação com a Igreja Católica, necessitamos perscrutar o movimento histórico que é complexo, neste encontramos as expressões e marcas desta instituição. Para isso, propomo-nos refletir não somente a perspectiva do recorte elegido neste capítulo (1818-1941), em que se insere a criação da cidade de Uberlândia e o ideal de “progresso” que envolve a referida instituição. Dessa forma, é necessário abordar elementos anteriores ao recorte, em que Igreja Católica nos regimes da Colônia Portuguesa e, principalmente, do Império do Brasil é protagonista relevante que se insere na vida e construção do município de São Pedro do Uberabinha hoje Uberlândia.

Tal protagonismo dado em fatos, ou seja, a estrutura que norteia o erguimento da cidade de Uberlândia vai ao encontro do movimento histórico acerca

⁷¹ Sobre a referida influência cf.: MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2001. Coleção Igreja na História.

⁷² Cf.: **CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, PROMULGADO POR S.S. O PAPA JOÃO PAULO II**. São Paulo: Loyola, 2001. Comentário do Can. 374: A estrutura da paróquia territorial com povo próprio, começou a surgir no século V, mas só se impôs, em caráter universal e obrigatório no século XIII.

da gerência compartilhada entre Estado e Igreja, a referida forma oriunda do sistema Colonial e Imperial contribuiu para a configuração deste município, bem como, influenciou a ocupação e transformação da imagem e paisagem do território nacional.

A presença da Igreja como instrumento de organização e ocupação do território brasileiro é localizada a partir das ressonâncias do Concílio de Trento⁷³, projetado em documentos constitucionais da religião Católica; tais registros são incorporados pelo Estado. A título de exemplo veém-se as “Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia” de 1707 que foram publicados em 1719. Essas constituições regem o Brasil, por dois séculos, até a proclamação da República. Em São Pedro do Uberabinha, a referida ressonância destas Constituições apresenta-se na estruturação da primeira capela da cidade – Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro do Uberabinha, - onde aconteceu, em seu entorno, a formação do primeiro povoado.

Sendo uma leitura prática do Concílio de Trento, as Constituições do bispado da Bahia foram tomadas em todo território brasileiro. Suas orientações são acolhidas no intuito de planejar, ou seja, na idealização urbana do Brasil Colonial e do Império. O Estado acolhe esta constituição e coloca-a em prática em elementos que são verificados no que foi a organização do primeiro aglomerado de São Pedro do Uberabinha, como afirma Murilo Marx:

Tais normas tão significativas estipulavam também como se construir e as exigências mínimas a que deviam atender os locais pios, sagrados como capelas ou igreja. Somente por aí já se vê uma influência pequena mas direta sobre o panorama de nossas aglomerações em que o templo, por muito tempo, constituiu a construção mais destacada. Entretanto, influência bem maior tiveram outros tipos de exigências para o estabelecimento desse lugar sagrado que é o templo, exigências bastante óbvias para não serem claramente explicitadas, ou mais sutis para exigirem uma mais detida atenção: é o caso da localização prescrita ou recomendada, de um lado, e das áreas contíguas de outro. [...] O costume de se destacar o templo na paisagem transcendia, por isso, uma questão lógica, uma força da tradição, uma vontade plástica. Obedecia, na verdade, a uma legislação clara a ser cumprida se se quisesse a sagração, ainda que de uma pobre capelinha, se se desejasse a sua aceitação eventual promoção futura pela Igreja, que a reconheceria como tal;

⁷³ O Concílio de Trento (1545-1563) trata-se de uma documentação altamente disciplinarizadora da Igreja em que traz normativas bem claras sobre a conduta moral, teológica, organização administrativa e unidade eclesial. Cf.: MARX, Murilo. **Cidade no Brasil Terra de Quem?** São Paulo: Nobel: USP, 1991. p. 20.

que lhe conferiria, pelos seus estritos ritos, a qualidade local [...] era, portanto, atender um preceito eclesiástico que conferia de imediato, na paisagem de qualquer lugar, o destaque almejado que o relevo sugerisse, se não a primazia absoluta ao edifício do templo.⁷⁴

A história dos municípios brasileiros entremeia-se com realizações administrativas e representações da Igreja Católica, sob o “regime de padroado”⁷⁵ vigente nas Colônias portuguesas e no Império. Esse regime deixa como herança a organização sócio/econômica/urbana no Estado brasileiro, que perpassa pelo modelo administrativo e estrutural da Igreja como aponta Oscar Virgílio Pereira:

Para que a ordem das coisas se mantenha como convém à classe dominante, é indispensável que os fatos da vida sejam sempre devidamente formalizados, expressos em escritos solenes, registrados em livros e papéis. Daí uma consequência inevitável do povoamento rural: perto dele há de surgir a estrutura complementar que é o povoado, fator auxiliar de administração e manutenção das condições sociais e econômicas estabelecidas. Nele ficarão centralizados e à disposição os escribas dos fenômenos da vida cotidiana: o pároco, de preferência residente, para os registros de casamento, batizados e mais serviços religiosos; o escrivão para as formalidades sacramentais de aquisição ou transmissão de propriedades, registro civil; o correio; a Justiça Pública, as conciliações do Juiz de Paz; as escolas e a qualificação eleitoral; a política.⁷⁶

Havia enorme morosidade por parte do Estado em sanar as necessidades da população, já que toda a manutenção das igrejas era função do Estado devido ao regime de padroado. Na maioria dos casos, essa manutenção recaía sobre os leigos. Mesmo assim, o Estado via, na Igreja, o modo de legitimação de um grupo social nascente, ou seja, não somente a estruturação de uma comunidade de fé, mas todo aparato estatal acontecia a partir do erguimento de uma capela como afirma Marília Maria Teixeira Brasileiro Vale:

A importância política e social das capelas curadas e paróquias tornou-se mais evidente quando a Lei de 15 de outubro de 1827 constitui, em cada uma das freguesias e das capelas, um Juiz de Paz e um suplente, eleitos da mesma maneira que os vereadores. O juiz

⁷⁴ Ibidem, p.22.

⁷⁵Cf: MATOS, Henrique Cristiano José, op. cit., p. 129. O Regime de Padroado era uma Concessão dada pelo sumo pontífice aos reis mui católicos para exercerem o poder temporal sobre a Igreja em seu território. Em contra partida o soberano apadrinharia a Igreja em suas necessidades pastorais. Este regime ficará vigente no Brasil até a proclamação da República quando o Estado se torna laico.

⁷⁶ PEREIRA, Oscar Virgílio. **Das sesmarias ao polo urbano**: Formação e transformação de uma cidade. Uberlândia: Gráfica Composer Editora, 2010. p. 101.

de paz era uma espécie de delegado, que tinha amplos poderes que, entre outros controlando manifestações e motins, inclusive podendo deprecar força militar evitar rixas, vadios, mendigos, corrigir bêbados, meretrizes, tudo o que perturbe o sossego público.⁷⁷

No caso da cidade São Pedro de Uberabinha, observar-se que o processo de construção da capela ocorreu sob a perspectiva da necessidade dos habitantes das fazendas, em que estes visualizaram nela a melhor organização das relações comerciais, administrativas, etc. Sendo assim, a capela foi erguida como ponto de referência. No entorno, construiu-se as moradias dentro do patrimônio da Santa, de maneira não alinhada, muitas vezes essas edificações acompanhavam o serpentear do rego d'água de serventia pública.⁷⁸

A catolicidade era algo comum na vivência cotidiana da população daquela época, com isso, contemplamos que o surgimento deste território (atual Uberlândia) em ocupação ocorre com as prerrogativas da fé como nos aponta Cônego Pedro Pezzuti discorrendo a nomenclatura de rios e fazendas nesta região em que se assenta João Pereira da Rocha posseiro do território onde está localizada a cidade de São Pedro do Uberabinha:

Em jornada de exploração o ousado pioneiro, a quem sobravam animo, experiência e saúde, no dia 29 de Junho de 1818, dia de São Pedro, aportou ás margens do ribeirão que elle filho de portuguez, não discrepando das atavicas tradições paternas, em recordação do dia e homenagem ao Santo, denominou *São Pedro*, nome pelo qual ficou sendo conhecido e tratado. Sabido é, que sempre fora uso corrente dos antigos bandeirantes darem aos lugares o nome do Santo do dia de seu descobrimento.⁷⁹[sic]

O mesmo ocorre com a escolha do nome para a sesmaria de João Pereira da Rocha, sua escolha tem profunda ligação com a Igreja Católica, como indica Pezzuti:

Há tradição delle haver deixado roçados e roças plantadas em diversos pontos da sesmaria de São Francisco, que elle assim denominou pela sua grande devoção para com esse Santo, na fazenda do Salto com o Letreiro. [...] João Pereira da Rocha, após

⁷⁷VALE, Marília Brasileiro Teixeira. **Arquitetura Religiosa do século XIX no antigo “Sertão da Farinha Podre”**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 54.

⁷⁸Cf.: PEZZUTI, Pedro. **Município de Uberabinha: história, administrativa, finanças e economia**. Uberabinha: Livraria Pró-séculoXXI, 1922. p.14.

⁷⁹ Ibidem, p. 8.

breve ausência, voltou novamente em definitiva a estas plagas, em numerosa caravana de filhos, de escravos e de protegidos, batendo sua *arranção* no sitio São Francisco, à margem esquerda do rio das Velhas, aonde até hoje são visíveis os vestígios da antiga vivenda.⁸⁰ [sic]

Passado pouco tempo, chegam a estas terras outras famílias que compõem o grupo desbravador, fundadores, estes em sua maioria eram parentes ou conhecidos. Esse núcleo territorial é ocupado não só em proximidade, mas também devido ao vínculo relacional dos familiares, amigos e conhecidos dos entrantes, que acolhem uns aos outros. Seguem alguns nomes dos principais entrantes: José Alves Resende, família Cabral e Felisberto Alves Carrejo que, como afirma cônego Pezzuti, “foi um dos padres desta primitiva povoação”.⁸¹

A organização do lugar era precária, morosa e dispendiosa, devido às distâncias, bem como, ao modelo administrativo vigente. O regime caracterizava-se pelos seus vícios, as viagens eram demoradas em lombo de animais, as comarcas, juizados e templos religiosos ficavam distantes, os habitantes rurais permaneciam à mercê da boa vontade de outrem e o sistema estatal funcionava a partir do apadrinhamento. Com isso, os moradores das regiões mais distantes dos grandes centros e da corte logo tratavam de minimamente sanar tais dificuldades. Isto é constatado na narrativa de Cônego Pezzuti discorrendo sobre os moradores de Uberabinha:

Os primeiros moradores, embora o território ocupado pertencesse a Uberaba, mantinham mais frequentes e estreitas relações com a freguesia de Sant’Anna do Rio da Velhas, por ser a distância menor e mais acessível a Matriz. Era em Sant’Anna que elles assistiam os serviços religiosos e só de vez em quando os vigários de Uberaba por aqui transitavam em gyroparochial, administrando os Sacramentos e desobrigando o povo. Em Sant’Anna os primitivos uberabinhenses procuravam recursos de subsistência e de saúde; frequentavam festividades e realisavam seus negócios... [...] Uberaba ficava demasiado longe e para lá elles só iam em forças das exigências forenses, que se não poderiam fazer n’outra qualquer parte.⁸²[sic]

Por esta estrutura ser extremamente burocrática, dispendiosa e distante para os moradores do interior do Império, os habitantes das nascentes regiões

⁸⁰ Ibidem, p. 9-10.

⁸¹ Ibidem. p. 12.

⁸² Ibidem.

organizavam-se para melhorar os serviços. Para isso, algumas figuras do “primitivo” núcleo de São Pedro do Uberabinha movimentaram-se na busca da assistência do Estado.

O primeiro passo para sanar essas necessidades, era a construção de uma igreja, ou ermida. A fé era sem dúvida algo que apascentava o coração dos habitantes do originário núcleo de Uberabinha, contudo, a prática desta fé estava intimamente ligada às melhorias ou benesses para a região. Assim, a figura de Felisberto Alves Carrejo⁸³ destaca-se como o que aglutina forças e empenho no propósito de viabilizar um espaço para a prática da fé. Nesse intento, podemos, ainda, dizer que duas dimensões caminham juntas, a fé que encorajava os habitantes da época e a política que via a fé gerada a partir da sociabilidade e, por consequência, a forma organizacional da sociedade.

A primeira escola da região era administrada por Felisberto Alves Carrejo onde ele mesmo exerceu o magistério. Em espaço rústico, ensinava aos pequenos da região as primeiras letras. Sobre Felisberto Alves Carrejo, Jerônimo Arantes elucida a partir de entrevista feita com ex-alunos:

Das horas de aula recordaram a reza cantada, a oração que o mestre lia no livro velho: “Horas Marianas”, para livrar a gente de sofrer tentação do demônio, ser feliz na vida pela graça de Deus. E recordam que esta zona naqueles tempos era sertão bruto, onde havia muito mato bicho e pouca gente.⁸⁴

Durante alguns anos, permaneceria Felisberto Alves Carrejo na Tenda ministrando aula e cuidando do trabalho de ferreiro, contudo, apareceram-lhe demandas que o levam a empreitar novos caminhos. A população aumentou e havia a necessidade de melhor organização do lugar, para isso Felisberto Alves Carrejo nos dizeres de Arantes enxerga um novo tempo:]

⁸³Felisberto Alves Carrejo nasceu em 1795 e faleceu em 1872, estudou no Colégio dos padres Catequistas da Confraria de São Bento do Tamanduá. Casou-se com Luiza Alves Martins. Além dele, vieram para esta região mais três de seus irmãos. Aqui, os quatro irmãos fizeram roçados e criaram forma de comércio em atividades necessárias para a ocupação do território. Esses desenvolveram atividades como carpintaria, tenda de ferreiro e o cultivo da terra dentre outras. Na Fazenda da Tenda, de propriedade de Felisberto Alves Carrejo, havia agregados que dividiam este espaço com ele no manejo da terra. Cf.: ARANTES, Jerônimo. **Cidades dos sonhos meus**: memória histórica de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 32- 41.

⁸⁴ Ibidem, p. 33.

Era chegado também o tempo de se congregar o povo desta zona, do município de agora, já bastante habitado por outras famílias entrantes, para se formar um povoado de maior vulto para uma futura cidade. Era essa a preocupação que atormentava o espírito de Felisberto Carrejo. Como marco fundamental para pôr-se em prática o seu ideal, obedecendo o seu sentimento religioso como católico praticante que o foi, escolheria primeiramente o lugar destinado ao patrimônio da santa da cidade sonhada.⁸⁵

Observamos que a organização dos vilarejos, naquele tempo, não ocorria, meramente, por uma boa intenção, era uma necessidade. Esses aglomerados, por sua vez, eram de grande valia para a organização da vida e relação social. A venda do excedente produzido, o comércio de manufaturados, bem como os próprios festejos religiosos fluíam com mais facilidade a partir destes povoados, como aponta Murillo Marx:

A instituição da vida dessas tantas e tão dispersas comunidades se dava pela oficialização de sua ermida, de sua capelinha visitada por um cura, pela sua elevação um dia a matriz, elevação que significava a ascensão de toda uma região inóspita, ou de ocupação mais antiga e em expansão, ao novo *status* de paróquia ou freguesia. Não era somente o acesso garantido então à desejada e necessária assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e de direito perante a Igreja oficial, portanto perante o próprio Estado, Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo aos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial. Com todas as implicações jurídicas e sociais. Não era somente o acesso ao rito litúrgico que propiciasse no quotidiano, nos faltos e infaustos, o conforto espiritual; era também o usufruto da formalidade civil com todo o direito e a segurança que pudesse propiciar.⁸⁶

Para isso, a figura de Felisberto Alves Carrejo presta-se como liderança reverenciada pelos moradores da região, este se embrenha na busca de organizar os trâmites legais para a consolidação dos mecanismos, para a construção de uma capela curada. A licença foi concedida, em 30 de julho de 1846, pelo visitador da prelazia de Goiás, pleito feito pelo povo dessa região. Vale dizer que Francisco Alves Ferreira atuou em conjunto com Felisberto, ao pedirem autorização para tal edificação ao visitador Ordinário da Prelazia.

Dessa organização aconteceu a compra de um terreno, este, parte da Fazenda do Salto de propriedade da senhora Francisca Alves Rabello viúva de João

⁸⁵ Ibidem, p. 34.

⁸⁶ MARX, Murillo, op. cit., p. 18-19.

Pereira da Rocha. Essa gleba de terra passaria a ser patrimônio da Santa onde seria erguida a capela curada. Abaixo mapa do Patrimônio da Santa:

FIGURA 1-MAPA DO PATRIMÔNIO DA MATRIZ DE UBERLÂNDIA

FONTE: LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberlândia**: história por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços. Uberlândia: EDUFU, 2010.p. 63.

O início da construção ocorre com o feito do rego d'água para a servidão pública. O terreno era de boa cultura e, ainda, cerca-se o pasto da santa que era alugado, as rendas provenientes do aluguel eram investidas na construção da capela. Separa-se, ainda, o lugar para ser o Campo Santo.⁸⁷ A capela fora erguida em lugar demarcado, como aponta Cônego Pezzuti: "A primeira capellafôraubicada

⁸⁷ Cf.: PEZZUTI, Pedro, op. cit., 1922, p. 12-13.

no lugar preciso em que existe a atual Matriz, na direção N. S., a 180, 55' de latitude austral e 5º, 6', 1" de longitude oriental, a 720 metros de altitude [sic]."⁸⁸

A junção destes elementos ratifica o empenho em organizar a vida social momento em que se uniu os pioneiros para demarcar o lugar onde se ergue a cidade. A soma de forças sem sobra de dúvidas é o caminho a ser pleiteado, como dito, somente com a organização do lugar nos moldes ou trâmites que o Estado exigia ofereceria aos habitantes a tranquilidade para alçar novos voos como grupo social. As demandas que eram urgentes em serem sanadas, estavam à frente e para superá-las eram necessários arranjos e esforços, para assim o grupo organizar-se e realizar tal feito.

Ponto relevante a ser salientado, é que em sua maioria os lugares onde se erguiam templos religiosos eram sempre feitos a partir de doações realizadas por algum bem feitor, contudo, o nascimento de São Pedro do Uberabinha/Uberlândia tem uma especificidade, ou seja, para a aquisição do terreno é feito uma campanha liderada por Felisberto Alves Carrejo que com o angariado compra o patrimônio, situação não usual naquela época.⁸⁹ Tal ação é constatada a partir de documentos⁹⁰ que registram a compra do patrimônio da Santa, o caminho feito pelos habitantes de São Pedro do Uberabinha/Uberlândia na compra deste patrimônio para o erguimento da capela como afirma Marília Maria Brasileiro Teixeira:

Por meio de doações, a população assumia todo o ônus com a construção e procurava, pela constituição de um patrimônio religioso, criar os meios que pudessem garantir a manutenção do culto e a preservação física do centro. O patrimônio, em sua quase totalidade, era sempre constituído por porções de terras dadas ao santo padroeiro, mas podia constituir-se também de outros bens imóveis e valores. Com frequência, eram feitas doações como ex-votos ou deixadas, como “esmolas”, em testamentos, que eram somadas ao patrimônio inicial. Em alguns raros casos, como o de Nossa Senhora do Carmo e de São Pedro do Uberabinha – atual Uberlândia, uma parte do patrimônio foi comprado por um grupo de pessoas.⁹¹

⁸⁸ Ibidem, p. 16

⁸⁹ Ibidem, p. 15

⁹⁰ Os documentos referentes a compra do patrimônio da Santa estão disponíveis no Arquivo Diocesano da Diocese de Uberlândia.

⁹¹ VALE, M. M. B. T., op. cit., p. 106.

A ideia posta por Marília Brasileiro no trecho acima, é evidenciada em uma das certidões constituída no cartório do 1º ofício de Uberlândia datado do dia 8 de março de 1939 e que trata do terreno da Santa bem como seus limites.⁹²

O patrimônio do Santo torna-se elemento importante para a criação do povoado, vila, arraial, freguesia e, assim, o que viria subsequentemente. Essa organização movimentava-se desde o início em que se pensava nas necessidades do núcleo que ali se formaria. Murillo Marx sintetiza, de forma clara, as motivações para o entendimento do primeiro passo que era a junção do patrimônio do Santo:

[...] motivação clara, porém pouco conhecida, dos patrimônios religiosos: garantir rendimentos para a manutenção do templo. E de que forma? Através da cessão de parcelas para eventuais interessados em habitar junto ao templo, reunidos para tratar de sua subsistência comum, seja pelo plantio, pelo artesanato ou pela troca, amparados pela assistência espiritual, ainda que muito esporádica, oferecida pela capela e estimulados pelo apoio material de todos aqueles que de longe a ela acorriam. Tais interessados poderiam obter concessões da gleba do templo, do santo, através de aforamento ou simplesmente doação. Não apenas representavam uma renda eventual ao templo, como garantiam uma comunidade junto do mesmo que justificasse não só sua construção, como sua manutenção e visita periódica por um cura, atendendo à exigência aprontada na constituição 693 do arcebispado de que nunca fossem erguidos “em lugar ermos, e desprovidos”.⁹³

Nesse intento administrativo, a Igreja corroborou para o primeiro limite da cidade, que correspondia ao delineamento do território da Santa que, por sua vez, separava e assegurava as propriedades privadas confrontantes com esse patrimônio. Outrossim, a partir de sua referência administrativa a Igreja atuava como registradora do ordenamento do povoado, por meio dos assentamentos oficializados nos livros de registro, o que mostra o vigário como funcionário do Estado.

Para elucidar o ordenamento discursivo, ritualístico e de formalização do espaço urbano, destacamos o exemplo dos batismos: O indivíduo para ser considerado um cidadão, no período da Colônia e do Império era necessário ser batizado e seu nome registrado no livro de batismo de uma paróquia. A partir disso, este, se torna um cidadão da Coroa ou do Império, isso valia para todas as classes sociais. Muitos dos acontecimentos ou combinações eram registrados nos diversos livros paroquiais, cada qual constituído de uma finalidade específica. Os livros mais

⁹² Ibidem, anexos: item 37.

⁹³ MARX, Murillo, op. cit., p. 40.

comuns são: livro de tombo, livro da fábrica, livro de atas, livros de registros de casamento, batismo, crisma e falecimento. Esses registros propiciavam muitos dados ao Estado que recorria aos registros paroquiais para visualização estatística da Colônia e do Império. Tal método estatístico é utilizado até os dias atuais, pela Igreja Católica para averiguação da população demográfica em uma paróquia, diocese na forma de relatório. Veremos abaixo relatório retirado do livro de Tombo da Matriz de Nossa Senhora do Carmo:

Relatório da Parochia de N. S. do Carmo de Uberabinha, em 1921. População 19 mil habitantes. Festas – N. S. do Carmo, Padroeira da Parochia; N.S. d'Abbadia; S. Coroção de Jesus, N. s. do Rosario, N. S. da Conceição e Aparecida; S. Sebastião e S. Geraldo e do Divino Espirito Santo. Igrejas duas – Matriz e Rosario, aquellarecém terminada e esta velha e estragada. Capellas filiaes – Martinopolis; S. João Baptista, Peixotos; S. Antonio e Pereiras; S. Lusía. Missas – Aos domingos e dias santificados, no Rosário às 7 horas e na Matriz ás 10 horas; nos dias normais na matriz diariamente às 7 horas. Associação religiosas – Apostolado de Oração e Confraria de N. S. do Rosario, ... bastante florescente e com bom numero de zeladoras e associados, com a diretoria completa, com missa de comunhão na 1ª 6ª feira e 1ª domingo do mez. Casamentos 87. Solteiro com solteiro 82. Viúvos com solteiros 5. **Baptisados 664. Masculinos 364. Femininos 300.** Confissões 1021. Confissões de doentes 29. Encomendações 18. Extrema Unções 22. Benção das casas. **3. Christmas 260. 1ª Comunhão 73. Communhões 1369=763 = 2132.**⁹⁴[sic] [grifo nosso].

O registro paroquial adquire importância civil com a Lei de Terras (lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) com seu regulamento em 1854, em que após a ocupação das terras devolutas e com a nova visão administrativa do Império do Brasil todas as terras, não ocupadas, passam a ser de domínio público do Estado. Como nos aponta Marília Maria Teixeira Brasileiro:

A Lei, promulgada em 1850, foi regulamentada, por decreto, em 1854. Obrigou a demarcação judicial das posses e introduziu a propriedade privada. As demarcações judiciais nada mais fariam do que confirmar uma realidade pré-existente, isto é, a posse efetiva, caracterizada pela moradia habitual, o cultivo das plantações e a criação de gado. Desde então, a posse legítima só seria possível pela compra, mas o nome sesmaria foi ainda usado por muito tempo, tanto para as terras apossadas como compradas.⁹⁵

⁹⁴ DIOCESE DE UBERLÂNDIA. **Livro de Tombo da Igreja Matriz Nossa senhora do Carmo (1909-1930)**. Uberlândia: Cúria diocesana, [19--]. p. 29.

⁹⁵ VALE, M. M. B. T., op. cit., p. 05.

Diante disso, para que este movimento estabelecesse-se no Império os registros paroquiais são procurados para legalização de posse, vemos assim a importância e utilização dos registros, como indica Pereira:

A legitimação, tanto judicial, através de usucapião, quanto a administrativa, era processo moroso e complicado. Foi por isso que a prova de posse antecedente à Lei de Terras acabou por levar à larga utilização dos Registros Paroquiais. O Registro Paroquial, instituído pela Lei de Terras, embora destinado a efeitos meramente estatísticos, e não de prova de direito, acabou na prática se transformando também em meio de prova aceito. O interessado, portando ou não qualquer documento, comparecia **perante o vigário**, declarando que era possuidor de uma determinada gleba. O vigário anotava essa declaração no livro de Registro Paroquial e entregava um recibo ao declarante. O efeito do Registro Paroquial como título de regularização de posse foi aceito pela doutrina e pela jurisprudência.⁹⁶ [grifo nosso]

Portanto, a importância da Igreja fez-se no processo de erguimento dos arraiais, vilas, freguesias, cidades. A instituição Igreja Católica mostra-se na organização do lugar, ou seja, esta possuía a guarda dos registros os quais o Estado utilizava para senso demográfico e, assim, reforçar sua presença e controle.

No trabalho de Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale, vê-se que pelo processo de ocupação do Sertão da Farinha Podre consolidou-se a primeira formação da paisagem arquitetônica, onde se situa nosso objeto.

Fato a ser considerado é o processo em que o território do Sertão da Farinha Podre foi desmembrado da Capitania de São Paulo. E, então, essa região passou a ser administrada pela Capitania de Goiás e, por fim, foi anexada à Capitania de Minas Gerais, como nos aponta Vale:

Em 1748, foi constituída a Capitania de Goiás, independente da de São Paulo, a qual incorporou o Sertão da Farinha Podre. A recém criada capitania passou, então, a ser responsável pela doação de sesmarias na região. Entretanto, observamos que, assim como São Paulo, só ocorreram novas concessões nas áreas próximas à Estrada do Anhanguera, na virada do século 18 para o 19. [...] Na última década do século 18, as questões relativas aos limites entre Capitania de Minas Gerais e Goiás já estavam resolvidas, com Goiás incorporando toda a região à esquerda da Serra da Canastra. Mas, em 1816, os julgados do Desemboque e do Araxá foram desanexados da Capitania de Goiás e passaram a integrar a

⁹⁶PEREIRA, Oscar Virgílio, op. cit., p. 93.

Capitania de Minas Gerais, pertencendo à comarca de Paracatu, criada em 1815. A partir de então, as novas sesmarias foram concedidas pelo governo mineiro.⁹⁷

Esse relato é importante devido à anexação do Sertão da Farinha Podre ao governo de Goiás, esse vinculado a esta Capitania até 1816. Ressaltamos, que no foro eclesiástico, o território do Sertão da Farinha Podre foi administrado pela Prelazia⁹⁸ de Goiás até a criação da nova Diocese de Uberaba, em 1907, e está no novo regime de governo do Brasil “a República”.

Essa forma administrativa do Império tornava difícil a gerência religiosa devido às distâncias e amplitude territorial, assim percebermos quão dificultoso foi para a solidificação dos povoados daquela época, por consequência, visualizamos o caminho feito pela população de São Pedro do Uberabinha.

O referido itinerário do povoado supracitado era difícil devido às longínquas distâncias territoriais, bem como a mudança jurisdicional em constante alteração (São Paulo; Goiás; Minas Gerais), uma vez que São Pedro do Uberabinha situava-se no território do Sertão da Farinha Podre o que complicava a demarcação de referência administrativa.

Nesse aspecto, vemos que o que foi indicado tem implicações no processo de estruturação deste município, sobretudo pelas ações de cunho imediato e ao mesmo tempo em ações percebidas em longo prazo, como encurtamento das distâncias e organização administrativa. Por a Igreja estar inserida e estruturada na dinâmica do Estado, como acima apontado, reafirma-se como organismo vinculado a ele, é influenciada e influencia-o.

Outro fator, eram as vacâncias de bispos nas dioceses e prelazias, isto dificultava em muito uma linha mestra de orientação ao clero em sua ação pastoral. O que aconteceu na Prelazia de Goiás onde se situava o Sertão da Farinha Podre, lugar geográfico de localização da atual cidade de Uberlândia.

Nesse sentido, a figura de Dom Eduardo Duarte Silva, sexto bispo de Goiás, tornou-se emblemática e controversa. Este alto dignitário ocupou além do episcopado outros cargos, foi condecorado com muitos títulos por seus trabalhos.

⁹⁷VALE, M. M. B. T., op. cit., p. 9 -14.

⁹⁸ No tocante a Prelazia neste período histórico esta era uma forma de governo na Igreja, ou seja, uma preparação para que aquele território se tornasse uma diocese, embora o ordinário designado para seu governo fosse um bispo e possuía quase todos os direitos de um bispo empossado em uma diocese. Este ainda não seria o ordinário nomeado com plenos direitos aquela circunscrição.

Filho do cônsul Carlos Duarte Silva e Maria Leopoldina, bisneto do conselheiro Imperial e deputado Diego Duarte Silva. Estudou na Europa, e nos primeiros anos, em exercício do ministério presbiteral prestou serviços na corte Imperial.⁹⁹

Acompanhado de um grupo de prelados brasileiros foi a Roma, em audiência com o papa Leão XIII. Lá, Padre Eduardo Duarte Silva foi nomeado bispo de Goiás, no dia 23 de janeiro, de 1891, e sagrado bispo no dia 8 de fevereiro do mesmo ano. Tomou posse na diocese de Goiás, em 29 de setembro de 1891, e governa a por dezessete anos. Na cidade de Goiás, criou o seminário Episcopal e o Instituto Episcopal para a formação de jovens. Em contenda com políticos que lhe subtraíram o prédio do seminário, após inúmeros impasses e discussões, ele juntamente com seus seminaristas se transferem-se para Uberaba. Mais tarde, criava a diocese que abrangia todo Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba, como nos aponta Thomaz de Aquino Prata com a seguinte argumentação feita por Dom Duarte ao Papa pleiteando a criação desta nova Diocese de Uberaba:

De Uberaba a Goiás, a **distância é de 110 léguas**, mais ou menos, de ida e outras tantas de volta. Bastava esta simples afirmação para demonstrar a indispensável necessidade de se formar no Triângulo Mineiro um novo Bispado, visto que a zona por ele ocupado felizmente possui os necessários elementos para sustentar a Diocese em condições, as mais elevadas possíveis.¹⁰⁰

Abaixo destacamos o fragmento da “Bula de criação da Diocese de Uberaba”¹⁰¹ erigida no dia 29 de setembro de 1907, que desvincula efetivamente a Igreja do espectro goiano, ao passar o Triângulo Mineiro a uma Igreja particular, ou seja, diocese. A partir desta data, o município de São Pedro de Uberabinha passa a fazer parte desta jurisdição eclesiástica, ou seja, a Diocese de Uberaba:

[...] Portanto para o bem, para a prosperidade e felicidade e o incremento da religião e da glória de Deus, Sua Santidade, usando do poder reservado expressamente a si e á Sé Apostolica nas lettrasapostolicas “ad universas orbisecclesias” do dia quinto das Calendas de Maio do anno do Senhor de mil oitocentos e noventa e dois, de livremente proceder a nova circumscripção de limites nas

⁹⁹ PRATA, Thomaz de Aquino. **Memória Arquidiocesana de Uberaba**. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba: Museu de Arte Sacra, 1987. p. 33.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 38.

¹⁰¹ Sobre Cf.: FERNANDES, Nelson André. **A história de Patos de Minas**: antecedentes históricos, preparação, criação e primeiro episcopado (1866-1968). Patos de Minas: Ed. do autor, 2012. p. 342, 343, notas: 26, 28 e 29.

Dioceses do Brazil sempre que isso julgasse oportuno no Senhor, decretou separar do territorio da diocese de Goyaz toda a região chamada Triangulo Mineiro e della com outras determinadas parochias da Diocese Diamantina, abaixo mencionadas, erigir a nova Sé Episcopal com a denominação de Uberaba, cidade principal da mesma região do Triangulo Mineiro, e ordenou que de tudo isso fosse lavrado um Decreto consistorial com o mesmo valor de lettrasapostolicas expedidas sob o sello e anel do Pescador e fosse inserido entre os actos da Sagrada Congregação Consistorial. Separamos da Diocese de Goyaz a parte que pertence ao Estado de Minas Gerais chamada Triangulo Mineiro.¹⁰² [sic]

Na percepção da trajetória e constituição do território Estatal e eclesiástico, tais desdobramentos e sua solidificação influenciaram a constituição, organização para o “progresso” do município de São Pedro de Uberabinha, que será jurisdicionado por estas instâncias. Em nível de administração, a instituição Igreja Católica, ou seja, a diocese é detentora das prerrogativas, e orientações dadas pelo seu ordinário¹⁰³. Tal mudança implicou na aproximação da autoridade que se deu tanto na comunicação mais rápida, como nas visitas pastorais feitas pelo bispo. Sua presença como ordinário (administrador) é vista de muitas formas no decorrer da história eclesiástica de Uberlândia. Ressaltamos esta figura, pelo seu papel de nomear os representantes eclesiásticos no município São Pedro do Uberabinha hoje Uberlândia, bem como, orienta tais eclesiásticos na administração da paróquia, por conseguinte, vê-se sua participação efetiva na formação da cidade.

AÇÕES CLERICAIS NA CIDADE

Com o passar dos anos, a dinâmica de atuação da Igreja não foi diferente e continuou intervindo no processo de ordenamento do espaço urbano. Como vimos, as ações da Igreja em Uberlândia, não estão desconectadas de uma rede histórica. Os fatos e personagens apresentados acima foram preponderantes sobre a construção e composição da Igreja localizada em São Pedro do

¹⁰² PRATA, Thomaz de Aquino, op. cit., p. 40.

¹⁰³ Cf.: CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, op. cit., comentário do Can: 134* §1. “Com o nome de ordinário se entendem, no direito, além do Romano Pontífice, os Bispos diocesanos [...] §3. O que se atribui nominalmente ao Bispo diocesano, no âmbito do poder executivo, entende-se competir somente ao bispo diocesano e aos outros a ele equiparados...”.

Uberabinha/Uberlândia, especialmente na passagem do regime monárquico para o republicano.

Para entendermos o papel da Igreja nesse município, buscamos vê-la na relação social pelas suas ingerências neste meio, especialmente quando se observa a atuação dos padres. Visto que a Igreja, como instituição, possui seus interesses próprios que, em determinados momentos, unem-se aos interesses dos grupos sociais presentes na sociedade de São Pedro do Uberabinha. Percebe-se que não podemos fazer uma análise unilateral, pois as conjunturas históricas são diversas, bem como os interesses e as necessidades de cada segmento social. Observa-se que a Instituição Igreja Católica projeta-se na seara da história da cidade de Uberlândia, a título de exemplo temos a atuação de Padre Pio na câmara de vereadores. Desse modo, a referida instituição apresenta-se, inúmeras vezes, como mediadora em muitas situações e em outras como questionadora.

Ao observarmos os limites da antiga cidade, constatamos que a Igreja insere-se nesta dinâmica, mas não somente como detentora de grande quantidade de terras no perímetro urbano, mas também como promotora da dinâmica social a partir de seus representantes, e assim, ocupa um papel ambíguo nas relações políticas e econômicas da cidade, posto que era detentora de bens do patrimônio da santa, mas ao mesmo tempo provendo os interesses dos subalternizados, em alguns momentos, em muitos casos, os terrenos, os quais a Igreja requeria o aforamento no século XX, por vezes fruto de posse sem seu conhecimento. Percebe-se que a Igreja Católica Romana, no município de Uberlândia aos poucos vai perdendo suas posses em terras, e assim, restringe seu patrimônio aos lugares de culto e ação pastoral. A venda desses terrenos ao município tornava-se uma exigência para o crescimento da cidade.

FIGURA 2- LIMITES DA CIDADE DE UBERLÂNDIA (1915)

FONTE: LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberlândia**: história por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 49.

No tocante à presença da hierarquia e funções desempenhadas, os fatos mostram-nos como o comportamento dos eclesiásticos vai marcando o rosto da cidade. Os eclesiásticos inserem-se na vida do município muitas vezes como mediadores, entretanto, também, como promotores dos conflitos entre os grupos sociais. Observa-se que ao inserirem-se na dinâmica social do município suas ações eram vistas ora como louváveis, ora como empecilho para o objetivo de crescimento

do município. Por isso, destacamos que a presença da Igreja Católica transcorre em dinâmica dialógica, lida e vistas em tensões apresentadas pelos jornais e documentos da Igreja.

Ao observarmos a ativa estruturação da cidade, vemos que a Igreja possui relevância que pode passar despercebida se não nos atentarmos as por menoridades, como o patrimônio da Matriz. Em um primeiro momento, os fabriqueiros¹⁰⁴ eram leigos nomeados pelo Estado ou pelo bispo da diocese, isto no período da Colônia e do Império. Essa função a partir da República passa a ser desempenhada pelos vigários por nomeação exclusiva do bispo. A gerência dos bens da Matriz implicaria na vida dos habitantes da cidade, principalmente no tocante a ocupação da mesma. Todo o centro velho pertencia ao patrimônio da Matriz, sendo assim, o fabriqueiro tinha importância no gerir estes bens e negócios. Abaixo, ação do juiz de direito no período do Império chamando o primeiro fabriqueiro de São Pedro Uberabinha a prestar contas sobre o patrimônio da Santa:

No dia 20 de outubro de 1854, foi registrado no livro de apontamento da Capela, que o administrador e zelador da mesma, FELISBERTO ALVES CARRIJO, chamado a prestação de contas, perante o Juiz de Direito de Uberaba e “perguntado pela Instituição e tomo da dita CAPELAe estado do patrimônio e pelos documentos e recibos que autorizavam as despesas feitas, respondeu que a dita Capela fora PROVIDA pelos fiéis devotos da SENHORA DO CARMO e para isso obtiveram a competente licença do Ordinário; que o patrimônio da dita Capela constava de uma parte da fazenda do Salto, comprada pelo valor de quatrocentos mil réis, cujo parte se achava em comum com outros, constando a dita parte de cem alqueires de culturas e campos”. A pequena Capela já estava provida de paramentos e alfaias, que constavam de: - duas casulas de damasco; duas alvas; cálice e patena de prata; missal; corporais de linho; amito de linho; estolas de damasco; manípulos de damasco; ritual e outros objetos; pedra d’Ara.¹⁰⁵

O papel do fabriqueiro era de grande importância para a ocupação do espaço urbano, pois fazia-se necessária esta figura, nela recaía a função de ratificar em nome da Igreja Católica os trâmites legais dos aforamentos. Com o regime provisório

¹⁰⁴Fabriqueiro: Aquele que administra os proventos para a manutenção da fabrica paróquia. Até a república este cargo era ocupado por leigos que se apresentavam para exercê-lo. Com a separação do Estado e Igreja este cargo passa ser ocupado pelos eclesiásticos. Sobre Cf.: OLIVEIRA, José Alves. **História de Abaeté**: temperada com um pouco de sal e pimenta. [Belo Horizonte]: Editora Imprensa Oficial, 1970. p. 301.

¹⁰⁵ CUNHA, Antônio Afonso da; SALAZAR, Aparecida Portilho. **Nossos Pais nos contaram**: história da Igreja em Uberlândia, 1818-1989. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1989. p. 35-36.

da República, a função de fabriqueiro passa para as mãos do administrador paroquial que, neste caso, recai sobre o vigário paroquial como elucidado acima.

Com a separação entre Igreja e Estado (1889) com o decreto número 119^a, de sete de janeiro de 1890¹⁰⁶, a instituição Igreja deveria auto manter-se. A Igreja precisa buscar novos fomentos para sustentar-se, ela, então, utiliza-se de seu patrimônio, ou seja, busca o aforamento de suas terras, o pagamento anual ou o pagamento de porcentagem sob negociações de títulos de transferências dos terrenos que pertenciam ao patrimônio da Matriz. Vemos isto acontecer no território da diocese de Uberaba e, conseqüentemente, em São Pedro do Uberabinha pertencente a esta jurisdição eclesiástica.

O aforamento das terras, que cabiam à Igreja, é uma orientação vinda da Diocese de Uberaba como veremos abaixo nos dizeres de Thomaz de Aquino Prata quando escreve sobre os feitos do prelado Dom Eduardo Duarte da Silva o qual presidia a diocese:

[...] Publicou, além da tomada de posse, outros sobre: O Óbolo Diocesano, Seminaristas Paroquiais, Transferência de residência para Uberaba, Funções e Festividades Religiosas, Regresso de Roma, Abusos e Males da Imprensa, **Aforamento de Patrimônio**[...].¹⁰⁷ [sic][grifo nosso]

Esses aforamentos eram um meio de manter a vida pastoral e os bens da paróquia. Assim, toda administração da fábrica estava nas mãos do fabriqueiro que antes da República recebia para administrar os bens da paróquia. Como vimos no mapa exposto acima, a extensão do que foi o terreno pertencente ao patrimônio da Santa em Uberlândia era grande e compreendia uma quantidade em média de 100 alqueires. No futuro, essas terras serão ocupadas e, dessa forma, a Igreja terá direito de aforamento sobre o terreno onde se ergueu a cidade de São Pedro do Uberabinha.

¹⁰⁶ Separação da Igreja e Estado (1890-1891). Cf.: MATOS, Henrique Cristiano José. **Caminhando pela História da Igreja**: uma orientação para iniciantes. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1996. p. 143-150.

¹⁰⁷ PRATA, Thomaz de Aquino, op. cit., p. 36.

A HIERARQUIA DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA: INGERÊNCIAS NA VIDA SOCIAL E EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM UBERABINHA

O primeiro padre a celebrar na capela de São Pedro do Uberabinha foi padre Antônio Martins (1853), vigário de Sant'Ana do Rio das Velhas. Após isso, regeu a mesma o padre José Martins Carrejo, filho de Felisberto Alves Carrejo, este estudou no seminário de Goiás, ordenado sacerdote em 1850 e neste povoado, permaneceu, não como vigário instituído da Igreja, mas com a missão de apenas officiar os sacramentos de 1853 a 1858.¹⁰⁸

Assim o primeiro registro de batismo que há nos livros da Paróquia Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião foi oficiado pelo padre José Martins Carrejo e registrado pelo padre Antônio Joaquim Azevedo:

A vinte de outubro de 1853 foi administrado, pela primeira vez, o sacramento do batismo, tendo sido batizada uma criança de nome Luís, filho de José Antônio Furtado e Maria Vieira de Jesus. Foram padrinhos Hilário Grama Duarte e Francisca Romana de Jesus.¹⁰⁹

Aqui, salientamos que o padre José Martins Carrejo por ser sacerdote, não empossado como vigário não possuía autorização de abrir livro para registro, por isso se observa que os batismos feitos por ele só serão registrados, em livro próprio algum tempo depois pelo vigário de direito desta paróquia, padre Antônio Joaquim Azevedo. Outro aspecto a ser ponderado é que o padre José Martins Carrejo é membro de uma das famílias influentes da cidade, ou seja, filho de Felisberto Alves Carrejo um dos entrantes (professor, procurador e fabricanteiro). O que nos leva a intuir o aumento de poder desta família no ciclo social de São Pedro do Uberabinha, mesmo que esse padre não fosse o responsável direto pela Igreja local.

Padre Antônio Joaquim Azevedo (Padre Almas)¹¹⁰, o primeiro vigário da Paróquia Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião. Este padre devido à sua conduta partidária, como afirma Pezzuti, torna-se o cabeça pensante do partido Liberal. Padre Almas entra em conflito com o partido Conservador colocando a população Uberabinhence em constrangedora agitação e conflito. Tal episódio fez

¹⁰⁸ CUNHA; SALAZAR, op. cit., p. 35.

¹⁰⁹ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO CARMO. **Livro de batismo n. 1.** Uberabinha: 1858.

¹¹⁰ Padre Antônio Joaquim Azevedo era conhecido por padre Almas devido ter sido capelão da Confraria das Almas. Cf.: PEZZUTI, op. cit., p. 17.

com que Padre Almas, em 1865, deixasse a administração da paróquia e mudasse para Uberaba, depois foi nomeado vigário de Campo Florido.¹¹¹

Vemos, então, que a chegada oficial da administração eclesiástica em São Pedro de Uberabinha é marcada com desavenças políticas. Nota-se no episódio supracitado que a Igreja em seus representantes não se eximia de posicionar-se diante da movimentação política deste sítio opinando nos encaminhamentos e escolhendo um lado. Observamos que os grupos políticos opositores disputavam o governo do arraial.

Assim sendo, o substituto do padre Almas que deixa marcas positivas por sua presença no arraial de São Pedro do Uberabinha foi padre João da Cruz Dantas Barboza¹¹², 1865-1890, este é descrito pelos que registram a memória da cidade como zeloso pelas almas, ordeiro e benevolente. Administrou a Paróquia Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião por vinte e cinco anos, até sua morte. Por seus trabalhos e expressão há, na cidade, uma rua homenageando-o, Rua Vigário Dantas.

Sua presença no arraial de São Pedro do Uberabinha foi significativa, pois em sua chegada fez uma grande reforma na matriz ao remodelar suas formas e proporções. Esta reformulação arquitetônica permanecerá até sua derrubada, em 1943. Esse padre concretiza o desejo do povo de erguer a capela do Rosário de Maria Virgem, na Praça Dr. Duarte. Anos mais tarde, em 1891, a capela foi mudada para a Praça Rui Barbosa, onde se encontra esta edificação em nossos dias.

Com o passar do tempo, constata-se vendo o cemitério da cidade todo ocupado, então, o padre João da Cruz Dantas Barboza promoveu junto com o povo a construção de um novo espaço para o sepultamento dos mortos, o qual funcionou de 1881-1898. O vigário, ainda, criou a linha postal privada - *estafeta*¹¹³- para o uso particular e público a partir da linha Uberaba/Goiás que serviria ao povo de Uberabinha e Santa Maria¹¹⁴.

¹¹¹ Ibidem, p. 19.

¹¹² O substituto do padre Almas foi Joaquim José de Souza Neiva. Sobre este não encontramos documentos nos acervos pesquisados. Sua presença nesse município é apresentada nos trabalhos de PEZZUTI.

¹¹³ “Estafeta, (f) m. Distribuidor postal, que faz serviço a Cavallo, fóra da séde do correio, ou tram.tte a correspondência de uma estação para outra, Fig. Mensageiro. (It staffeta).” Cf.: FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. Lisboa: [s.n.], 1913.

¹¹⁴ PEZZUTI, Pedro, op. cit., p. 21.

Essa personagem eclesiástica muito movimentou a vida do arraial e, ainda, promoveu seu crescimento em muitas áreas e dimensões da sociedade Uberabinhense, como indica Pezzuti:

O padre João encontrara povoado com feitiço de aldeia e deixou-o com ares de cidade, havendo elle sido iniciador, fautor e preponderante elemento propulsor de todos os melhoramentos por que veio sucessivamente passando o arraial na trajetória ascensional do seu progresso. [...] Reaes e eficazes foram os esforços do padre João para a elevação do arraial a Villa, o que se realizou em 1888. De mãos dadas com outros operosos, elle representou ao Governo da Provincia, enumerando os motivos que justificavam a pretensão dos uberabinhenses; solicitou e conseguiu boas referencias e atendíveis empenhos no seio da Assembléa Provincial; providenciou para a construção da cadeia publica e para a aquisição de prédios que deveriam servir de casa da Camara, de Forum e de aulas de instrucção conseguindo ver realizado esse seu *desideratum* que era o anhelado do povo todo.¹¹⁵ [sic]

Vê-se que este eclesiástico atuou efetivamente na cidade a partir dos seus feitos na organização civil, na comunicação, educação, segurança, em forma dialógica com o corpo social, podemos vislumbrar suas ações o que no futuro será a Uberlândia do “progresso”. Seu olhar e ações são vistos como empreendedores posicionamentos feitos a partir da expressão religiosa neste meio urbano.

De 1890-1909, o Padre Pio Dantas Barbosa administra a paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Pio veio, ainda, criança de Dores de Santa Juliana para Uberabinha e aqui foi criado. “Jovem de inteligência notável entusiasta, possuindo regular abastança”¹¹⁶. Padre Pio Dantas Barbosa foi um dos primeiros vereadores do Arraial recém-elevado à Vila de São Pedro do Uberabinha, como nos indica Antônio Afonso da Cunha:

Fez parte do CONSELHO ADMINISTRATIVO da Intendência municipal, em 1891, composto também pelos senhores Antônio Alves dos Santos (Presidente), Arlindo Teixeira, José Alves do Amorim Brito e Antônio Pacheco dos Santos. Como vereador, fez parte da PRIMEIRA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA que ficou assim constituída: Presidente: AUGUSTO CESAR FERREIRA E SOUZA Vice-Presidente: PE. PIOI DANTAS BARBOSA [...] Em sua primeira reunião, a Câmara votou a escolha de uma Comissão Especial que cuidasse da elaboração de um Código de Postura ou Estatuto Municipal do Regimento Interno. Pe. Pio fez parte da Comissão

¹¹⁵Ibidem, p. 20-21.

¹¹⁶ Cf.: ibidem, p. 22.

contribuindo, com sua competência, para redação dos primeiros documentos da Câmara Municipal de Uberabinha.¹¹⁷

Nessa perspectiva, salientamos que no período da administração deste padre, foi colocado na matriz um relógio na torre vindo de Paris e, este instalado no dia vinte e oito de fevereiro de 1894.¹¹⁸ O relógio determina o tempo, pois é sem sobra de dúvida o guardião, controlador de uma sociedade que é disciplinada e ordenada pelo somido estridente das batidas do sino marcando a hora do trabalho e das rezas. Nisso divisamos que a Igreja exercia como referência de controle a partir de sua edificação alocada no centro do município.

Padre Pio com sua presença religiosa e política apazigua contendas políticas no município de Uberabinha, como salienta Cunha e Salazar:

Ficou famosa a intervenção de Pe. Pio, que, em seu cavalo ZUEIRA, percorria a cidade, apaziguando os ânimos e garantindo a tranquilidade do povo de Uberabinha. Com o apoio do Sr. Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Crispim J. Bias Fortes foi estabelecida a ordem pública, tendo sido responsabilizados aqueles que se rebelaram contra as autoridades constituídas.¹¹⁹

Ao visualizarmos esta figura emblemática que compõe o cenário da cidade de Uberlândia, tanto na perspectiva religiosa quanto política podemos observar que tal reverendo exerceu ofício religioso e político ao deixar marcas profundas as quais são verificadas em documentos, principalmente da câmara municipal de Uberabinha¹²⁰. Outro aspecto é que devido ao ativismo político desse vigário concluímos que esse fez parte da elite uberabinhece. Pezzuti o define como possuidor de “regular abastança”, Esses elementos propicia-nos o entendimento que Padre Pio pertencia à oligarquia da cidade. É recorrente nos municípios brasileiros e inclusive, em Uberabinha/Uberlândia a prática política a partir do núcleo familiar principalmente entre as famílias detentoras de posses. Como dito acima, a família do Padre Pio estabeleceu-se nessas terras e era possuidora de bens. Padre Pio possuía uma chácara situada onde hoje é o Bairro Tabajara.

¹¹⁷ CUNHA; SALAZAR, p. 35-39.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ Analisamos as atas da Câmara Municipal de Uberlândia e encontramos registros sobre o Padre Pio Dantas, então vereador entre os anos de 1904 a 1909. Elegemos aqui somente algumas destas atas, haja vista que não seria possível utilizar todas. As mesmas estão disponíveis no Arquivo Público de Uberlândia/MG.

A partir das atas do Conselho Administrativo do Município de Uberabinha vemos a intensa e marcante presença deste eclesiástico na municipalidade de Uberabinha como na ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha no dia 22 de dezembro de 1904:

Presidencia- Severino Cunha

Secretario- Alves Barboza

A hora regimental, feita a chamada, acham – se presentes os Srs vereadores Cel Severino Cunha, Alves Barboza, Mello Junior, Bernardo de Souza e **Dantas Barboza**. Havendo numero legal, o Sr Presidente declara aberta a sessão; lida a ata anterior foi aprovada com as emendas requeridas pelo vereador Alves Barboza – Que não estando os membros natos da Comissão de Obras Públicas, foram nomeados para receber os serviços do predioestadoal os vereadores **Dantas Barboza**, Alves Barboza e o externo José Loureiro Bixiga e não João Bernardes de Souza e Mello Junior como se acha na acta anterior. E observou mais que o Sr. escriptuario deixou de mencionar a nomeação dos membros para redigir a lei orçamentária, sendo nomeados os membros **Dantas Barboza** e em substituição aos demais foram nomeados os vereadores Bernardes de Souza e Alves Barboza. Passou-se ao EXPEDIENTE:É lido um requerimento do Sr. João Antonio da Cruz pedindo insenção do imposto de ferreiro e baixa do mesmo officio, o que posto em discussão foi enviado a comissão de Finançasc [...] Com o escriptuario da Camara e da Agencia Executiva 1:200,000 Com um fiscal, para os serviços do mercado, agua e matadouro 500,000

Com o Zelador do cemiterio e relogio publico 400,000

Com conserva do relogiopublico 200,000

Com conserva do rego publico 300,000

Com concerto e limpagem do relogio publico 300,000

Com gratificação a um professor que ensine portuguez, arithimetica, Historia do Brazil e Geografia a doze alumnos reconhecidamente pobres por um anno 1.200,000 [...]ARTIGO 3ºSi as arrecadações dos impostos não bastarem para cubrir as despesas, poderá o Agente Executivo Municipal, contrahirimprestimos com previa autorização da camara, convocada para esse fim.

ARTIGO 4º

Promover desde já a liquidação dos exercicios findos amigavel ou judicialmente, empregando -todas as quantias recebidas desses exercicios em pagamento das dividas passivas, não podendo desvial –as em outro emprego.¹²¹[grifo nosso].

Na ata acima citada, vemos a participação do Padre Pio Dantas nas muitas discursões e encaminhamento da cidade. Ressaltamos que sua presença nas

¹²¹CONSELHO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE UBERABINHA. **Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha**. Uberabinha: 22 de dezembro de 1904, p.02-04.

sessões era assídua, ou seja, há participação do eclesiástico nas comissões de análise da Câmara Municipal.

Nessa mesma perspectiva, visualizamos, a partir da leitura das atas da Câmara Municipal de Uberabinha, acervo vasto, pois ocorria inúmeras intervenções do religioso nas muitas discussões sobre a gerência da municipalidade desta cidade.

Para elucidar o quão foi importante este religioso e sua ingerência nas questões políticas, ainda, traremos trecho de outra ata da Câmara Municipal da sessão do dia 13 de setembro de 1906:

Presidente:

Rodrigues da Cunha

Secretario:

Pe. Pio Dantas Barbosa

Aos treze dias do mez de Setembro de mil novecentos e seis nesta cidade de Uberabinha, na sala da Camara Municipal a hora regimental ahi presentes os vereadores Coronel Severiano Rodrigues da Cunha, **Presidente, Reverendissimo Padre Pio Dantas Barbosa** servindo de secretario, Tenente Coronel José Theophilo Carneiro, Major José Loureiro Bexiga e Capitão Antônio Moura da Silva Fato (?), faltando os demais senhores vereadores em causa participada e havendo numero legal foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, passou-se a leitura do

EXPEDIENTE:

Foi lido um requerimento de José de Alimenapedindo pagamento de custos de uma acção movida por esta camara contra ao [ilegível]. A Comissão de Finanças findo o expediente, o senhor Presidente, convidou aos senhores membros de comissão apresentarem seus pareceres pelo vereador **Padre Pio**, como membro de comissão de finanças foi apresentados os seguintes pareceres: sobre o orçamento, foi dado para ordem do dia de amanhã; sobre luz, força e viação concluindo que a <<Camara, pelo seu Agente Executivo, julgue compativel com as condições da atualidade>>, foi dado para a ordem do damanhã; parecer sobre a proposta de illuminação publica, a Comissão <<é de parecer com a proposta>> foi dado parecer da ordem do dia parecer sobre os mercadores ambulantes que percorrem o municipio, a comissão é de acordo com a proposta, dado para a ordem do dia. O senhor Presidente convidou aos senhores vereadores apresentarem proposta ou projecto de lei: Pedio a palavra o vereador Carneiro e apresentou dois projectos o primeiro sobre a tabella B do regimemtributario e da expressão (?) da tabella C do mesmo regimem. O segundo sobre compradores ou preparador de [ilegível] para exportar. Remettidos a comissão de finanças. E nada mais havendo a tratar-se o senhor Presidente convidou aos senhores vereadores a comparecerem amanhã afim de ter logar a continuação dos trabalhos e declarou suspensa a sessão. Dado que para constar lavrou-se a presente acta que depois de lida e aprovada será assignada. Eu Adelardolgnacio Rodrigues,

escriptorio que a escrevi: Rodrigues da Cunha Sydney Machado.¹²²[grifo nosso].

Ao visualizar as ações do Padre Pio Dantas Barbosa, concluímos que seu envolvimento com a política administrativa da cidade adquire outras dimensões e força. Sua influência e obstinação trouxeram para si complicações a partir de posicionamentos que desagradaram a elite política da cidade. Embora o mesmo fizesse parte da elite da cidade consolidada pela oligarquia, ainda assim, seus pleitos eram voltados para o bem comum da população. O que vamos descrever nas linhas abaixo.

Essa figura respeitada pelo povo envolve-se em embates com os políticos da cidade, fato que vai gerar grande descontentamento na elite política. Como exemplo, segue o episódio citado por Flávio Cesar Freitas Vieira em seu trabalho:

[...] E mais, antes de assumir o cargo de Presidente de Agente Executivo Estadual no ensino municipal, fato que desagradou o então vereador Padre Pio Dantas Barboza a ponto de, em público nas sessões do CMU, pedir renúncia do cargo. Houve a intenção de ser fortalecido a responsabilidade das iniciativas estadual e privada no desenvolvimento do ensino primário local, ao que defendia o vereador Padre Pio Dantas Barboza, que ao ser constrangido publicamente pelo presidente da Câmara Municipal Alexandre Marquez para que falasse com mais calma, diante de sua defesa exaltada contra a proposta do vereador José Severiano Rodrigues da Cunha, pediu renúncia do cargo na sessão do dia 14 de dezembro de 1908.¹²³

A referida exaltação política reverberou na ordem Diocesana que, logo, respondeu com a exoneração de Padre Pio como Vigário da Paróquia Nossa Senhora do Carmo. O despacho de exoneração está registrado no livro de tombo da paróquia, da seguinte forma:

Uberabinha, 22 de fevereiro de 1909. Revmo. Pe. Pio Dantas Barbosa. Tendo o serviço de Deus e das almas, o primeiro que deve prevalecer-se uma [não legível] e tendo V. ^aR. ^a prejudicado tanto um como outro em detrimento da Religião e com grande [não legível] dos fiéis, apesar de repetidas promessas de cumprir os seus deveres de

¹²²CONSELHO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE UBERABINHA. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha**. Uberabinha: 1906, p.75-76.

¹²³ VIEIRA, Flávio César Freitas. **Profissionalismos do professor de momentos a trajetórias: profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional - Uberabinha (1907-1929)**. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. p. 119-120.

cura d'almas, seus compromissos o afastou de vosso dever, e para desagravo do clero e corpo parochial que V.ª R.ª deshonra por seu comportamento irregular, temos resolvido exonerar-lo das funções de Vigário da Parochia de Nossa Senhora do Carmo de São Pedro de Uberabinha. Portanto, forjo a presente portaria, receba e considere-se exonerado e passe o governo da parochia ao Rev.mo padre André Aguirre. Seja esta registrada no livro competente. C, Ignacio Xavier da Silva Vigário Geral e Prof.¹²⁴ [sic]

Essa exoneração não foi recebida pelo povo com unanimidade, como demonstra uma reportagem no jornal *A Lanterna*¹²⁵, que apresenta a insatisfação do povo de Uberabinha acerca das decisões tomadas pelo bispo de Uberaba em afastá-lo de suas funções como vigário desta paróquia:

As “santas missões” de dois padres furibundos. Tal qual como nos chegou às mãos, transmitimos aos leitores a carta a seguir, que vem evidenciar o grotesco dessa fita que a gente clerical acaba de exibir sobre o casamento civil. Leiam-na os leitores, não tomando em conta as referencias à tolerância e à bondade de outros colegas dos atrabiliários padres de quem trata a missiva, pois sabido é que todos eles exercem as mesmas e maléfica função social, havendo apenas diferença determinada pelo maior ou menor espirito de inteligência e de jesuitismo de uns sobre os outros. Mas vamos à carta, que é a seguinte: Sr. Redator da *Lanterna*: Saudações. Aqui esteve o bispo de Uberaba, tendo antes enviado 2 padres estrangeiros, para pregarem as santas missões e prepararem o terreno para o crisma! Tais padrecos – um portugez e outro espanhol – fizeram do púlpito um pelourinho, sendo atacados os espiritas, os protestantes, a maçonaria e o casamento civil e o que mais se admirou foi não ter Delegado de policia chamando à ordem tais padres, quando atacam dum modo bárbaro a lei do casamento civil, pregando-se a desobediência a uma lei decretada pelo poder competente e base legal de toda a organização familiar. Tais padrecos deviam ter pregado as doutrinas de Cristo e da boa moral e não procederem abusivamente como fizeram. Consta que o vigário da freguesia, ilustrado e tolerante não gostou de tais predicas. O povo uberabiense principalmente a parte sensata e independente tem se afastado do bispo de Uberaba e ainda não se esqueceu do seu procedimento injusto e imoral para com o popular e caridoso padre Pio Dantas Barbosa e d. Eduardo bem notou mais uma vez isso com a fria recepção que teve, vendo-se pouca gente e apenas o préstito engrossou com a meninada das escolas femininas. A injustiça praticada contra o padre Pio deve ser reparada sem mais demora. Uberabinha (Minas), 4 4-9 14. Um livre pensador.¹²⁶[sic]

¹²⁴ DIOCESE DE UBERLÂNDIA, op. cit., p. 18.

¹²⁵ PENSADOR, Livre. “A Lanterna em Uberabinha” - As santas missões de dois padres furibundos. **A Lanterna Anticlerical**, São Paulo, 18 abr. 1914, p. 03.

¹²⁶ Ibidem.

As santas missões sempre são vistas como um momento de intenso aquecimento pastoral. Essas acontecem com a perspectiva de reforçar e trazer o novo para a paróquia que as recebe. Nesse período, essas visitas eram recorrentes no território da Diocese de Uberaba. Vemos, porém, no relato do fato supracitado que pelo menos essa missão e visita pastoral do bispo de Uberaba não gerou grandes efeitos para a Igreja, ademais o narrador desqualificou-a. A partir dos episódios acima transcritos, compreendemos que a figura hierárquica de Padre Pio Dantas posicionou-se na política, em contrariedade, aos seus pares políticos e demandas da Igreja, sendo assim, imediatamente foi exonerado das funções religiosas.

Não era unânime, na cidade, que o Padre Pio não correspondesse a altura de seu cargo religioso. Dá-se a entender que a interferência dos políticos junto ao Bispo Dom Eduardo Duarte Silva influencia-o no desfecho do afastamento do presbítero. Padre Pio Dantas Barboza não se transfere da cidade onde falece, em 1917.¹²⁷

Padre Pio Dantas Barboza deixou suas marcas na história de Uberabinha/Uberlândia que e é retratado por Pezzuti da seguinte forma:

Quanto às desilusões e as decepções saltaram o Padre Pio, um consolo lhe ficou a ampara-lo, o de se ver continuando sempre a ser tão querido, tão acatado, tão reverenciado como nos tempos áureos da sua carreira quando impulsivamente prodigalizava sua mocidade e seus haveres.¹²⁸

Assim sendo, a hierarquia quando imbuída de posicionamento pessoal ou contrário à elite política na cidade de Uberabinha será rechaçada como constatamos ao ser os fatos acima, com dois dos administradores eclesiásticos que por essa terra passaram.

Mesmo com essas contrariedades sobre os religiosos percebemos a notória presença da hierarquia católica na construção deste município, ao participar, efetivamente, em muitos momentos da configuração deste espaço urbano-social.

O sucessor do padre Pio Dantas Barbosa foi o padre André Aguirre, seu coadjutor (auxiliar), que tomou posse como vigário no dia 22 - 02 de 1909. Este em seu paroquiado solicita ao bispo que permita a fundação de um colégio que seria administrado pelas Irmãs Franciscanas provindas da cidade de Sacramento. A

¹²⁷ DIOCESE DE UBERLÂNDIA, op. cit., p. 39.

¹²⁸ PEZZUTI, op. Cit, p.22

instituição recebeu o nome de Colégio São José, e atendia a formação de meninas. Fato relevante quando consideramos que nesses colégios Católicos, a formação era integralmente confessional, além da perspectiva católica ser presente na formação de gerações das classes mais abastadas no município de Uberabinha. Importante, ainda, ressaltar que o primeiro livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Carmo foi aberto por Padre André Aguirre.

No exercício de suas funções, a paróquia recebe a “visita pastoral”¹²⁹ de Dom Eduardo Duarte da Silva, bispo de Uberaba. Essa visita repercutiu bastante na cidade, movimentando a população em torno da figura do bispo diocesano como indica a ata do livro de tombo. Ressaltamos que a postura da Igreja, quanto ao afastamento do Padre Pio, coloca-a em confrontação à supracitada missiva publicada no jornal *A Lanterna*. De forma diferente, esta visita é descrita como algo grandioso para a comunidade e população uberabiense. Abaixo faremos a transcrição da visita pastoral retirada do livro de tombo da Matriz de Nossa Senhora do Carmo:

Aos vinte e oito dias do mez de maio de mil e novecentos e dez veio a esta Parochia em visita Pastoral o Exmo. e Revmo. Senhor Bispo Diocesano D. Eduardo Duarte Silva, acompanhado do Conego Mario Coelho Mendonça que ao desembarcar na Estação da Estrada de Ferro foi recebido por grande massa popular, Religiosas Franciscanas e as alunas do Collegio de São José, Pe. Pio Dantas Barbosa, corporação musical “União Operária” os quais todos acompanharam, S^a. Ex^a. Revmo., que hospedou-se na residência do Reverendo Vigário Pe. André Arrigue, que fora esperar o Exmo. Senhor Bispo na Estação da Palestina. Na porta da residência o distinto Advogado o Senhor Nicoláo Soares em um eloquentíssimo, inspirado (p.13) e poético discurso, no qual salientou os seus sentimentos catholicos e os de todo o povo Mineiro saudou e deu boas vindas ao Prelado visitante. Respondeu Vossa Ex^a. agradecendo e acentuando a missão da Igreja, que é dirigir a intelligencia pelo pharol da Fé e educar o coração pelos ensinamentos do Evangelho. Ao escurecer S^a. Ex^a. Revmo. deu ingresso solene na Matriz e por espaço de cerca de três quartos d/hora pregou sobre o fim da visita pastoral. No dia seguinte celebrou solenemente o Revmo. Conego Mario e S^a. Ex^a. pregou sobre o culto de veneração de amor e de imitação devido a Virgem Santissima. A uma da tarde desse mesmo dia o Exmo. Senhor Bispo assistiu à Reunião do Apostolado da Oração do S.S. Coração de

¹²⁹ Cf.: CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, op. cit. O Bispo é obrigado a visitar cada ano a diocese, total ou parcialmente, de modo que visite a diocese tosa ao menos cada cinco anos, por si ou, estando legitimamente impedido, pelo Bispo coadjutor, pelo auxiliar, pelo Vigário geral ou episcopal, ou por outro presbítero.

Jesus, e sobre a necessidade da oração. Às duas horas da tarde abriu o Chrisma e confirmou 310 pessoas. Às seis horas da tarde saíu em procissão a Imagem de Nossa Senhora com acompanhamento das Associações religiosas com seus respectivos estandartes, e grande concorrência de fiéis. Ao entrar a procissão, pregou o Conego Mario sobre a devoção de Nossa Senhora. No dia 30, S^a. Ex^a. celebrou na Capella do Collegio S. José e de comunhão às religiosas, às alunas e a outras pessoas apresentaram-se. [...] Durante o dia S^a. Ex^a. se confiou em examinar as parochias e receber visitas. Às seis da tarde dirigio-se acompanhado dos Revdo. Vigário e Conego Mario à Capella do Rosario, ultimamente acabada, e procedeo à Benção da mesma. Finda a cerimonia S^a. Ex^a. explicou ao povo que era uma benção de Igreja, declarou que a única explicação exclusivamente compete ao Vigário administrar as Capelas Filiaes, e nelas dirigir o culto, do que prestará contas à autoridade Diocesana. Disse mais S^a. Ex^a. que a festa de Nossa Senhora do Rosario, conforme determinou o S. Padre far-se-há no mez de outubro em qualquer de seus domingos. Finalmente apresentado o officio declarou o Exmo. Senhor Bispo que era uma calunia o boato, que aleivosamente aqui se havia espalhado de que os dinheiros, pertencentes àquella Capella lhe haviam sido entregues, o que era falso e falsíssimo, muito menos vem dela, nem da Matriz, nem de nenhuma outra Igreja da Diocese havia recebido o dinheiro durante esse Episcopado e que possui um documento no qual o sr. – Vigário Pe. Pio Dantas Barbosa declarou em que tais dinheiros foram empregados. Ao sahir da Capella foi S^a. Ex^a. cercado por todo o povo que lhe veio oscular o anel e a partir o carro que o conduzia, pelo Presidente da Camara Major Alexandre Marquez foi-lhe erguido um viva, correspondido por todos. No dia 31 S^a. Ex^a. recebeu a visita dos associados do Coração de Jesus, chrisinou ainda algumas pessoas e retribuio as visitas que foram-lhe feitas. O total de pessoas chrisinadas foi de 472 Comunhões – Casamentos de concubinatos – 3 Em conclusão S^a. Ex^a. Revmo. visitou e examinou os novos reparos feitos na Matriz e Capella do Rozario, pelo que muito elogiou e animo ao mui digno Vigário Pe. André Aguirre. E para que conste lavrei este termo que assigno. São Pedro de Uberabinha, 31 de maio de 1910. O Secretário de Visita Pastoral Conego Mario Coelho de Mendonça. Esta confosme Uberaba data ut supra[sic] Eduardo, Bispo de Uberaba.¹³⁰

Sobre os resquícios da administração de Padre Pio Dantas Barboza, são feitas acusações, via imprensa, escritas contra Padre André Aguirre. Assim, entendemos que em sua administração, também, ocorreram empasses e resistência nesta cidade. Como nos aponta manifestos no jornal *A Lanterna*:

O *Progresso* de Uberabinha publicou o seguinte: Ao infame caluniador e vil detrator, que pelas colunas do herético pasquim *Lanterna*, procura atingir-me com sua baba peçonhenta, ocultando-se sob a mascara de – Um christão livre. Tire a mascara, apareça

¹³⁰ DIOCESE DE UBERLÂNDIA, op. cit., p. 18.

com um nome e responsabilidade e dar-lhe-ei e merecida resposta – Padre André Aguirre. Brr! ...que medo! Um valentão o padre Aguirre... Chama pasquim o nosso jornal como se isso nos pudesse ofender. Não sabes o que dizes. *Pasquino*, nos tempos da antiga Roma, quando por lá reinava os teus sagrados maiores, o que fazemos nós hoje. *Pasquino*, nos seus afamados pamphetos, afixados alta noite, quando suas santidades entre os braços de suas deidades (o que procuras emitir), no musgosos pedestal duma estatua punha a descoberto as santas e sagradas bandalheiras da não menos santa gente do Vaticano. Nós não nos contentamos com o boletim da estatua. A *Lanterna* nós a tiramos por ahi a fora, a espalhar a heresia santa... Chamem-nos pasquim, que isso nos dignifica.¹³¹ [sic]

Dessa feita, nota-se que houve uma disputa representacional do mesmo acontecimento envolvendo as figuras da Igreja Católica e as relações políticas que se formatavam na cidade de então. Mesmo afastado de suas funções, o Padre Pio Dantas Barbosa (antecessor de Padre Aguirre) é aclamado por ambos os lados da disputa. Afinal, era alguém pertencente a uma família fundiária e de forte apelo popular, o que lhe permitia mesmo exonerado transitar pela Igreja, mas o seu lado liberal, juntamente com esse apelo, soava positivo às dissidências, como o exposto no referido jornal.

Nos embates com as ideias da imprensa e nas relações sociais, ainda, vemos outras aferições em que o Padre André Aguirre e o bispo são admoestados de forma sarcástica, demonstrando, claramente, a oposição ao pensamento católico. Não obstante, houve uma reativa da Igreja a esse tipo de publicação. Constata-se isto, concretamente, na orientação dada por Dom Eduardo Duarte da Silva como citado anteriormente.¹³² Esse bispo publicou orientações sob o título: “Abusos e Males da Imprensa” em que fazia ressalvas a este respeito. Abaixo texto publicado pelo o jornal *A Lanterna* o qual relata impasse com Padre André Aguirre:

Aqui esteve por algum tempo como vigário da paróquia o celeberrimo padre André Aguirre, em substituição ao padre Pio Dantas Barbosa, que foi destituído do rendoso cargo por capricho e paixão do bispo de Uberaba. O padre André (que seja dito de passagem é discípulo e patricio de Loyola) foi aqui acusado de actos torpes indignos, sendo até acuado publicamente em uma casa de jogo pelo amigo do então Donato França contra o que não reagiu, tornando-se, pois, réu confesso, como vulgarmente se diz. Pois bem, como já se disse, o celeberrimo padre André era acusado nesta cidade de vis acções e factos bem graves e o seu maior acusador era certamente o cidadão

¹³¹ LEUENROTH, Edgar. Sala. **A Lanterna**, São Paulo, 02 set. 1911, ano X, n. 102, p. 01.

¹³² PRATA, Thomaz de Aquino, op. cit., p. 36.

Dr. Mosquito! Este individuo não escolhia lugar aqui e na vizinhança de Araguari e até nos bordeis para desmoralizar o padre André e atirar-lhe as maiores infâmias e acusações que se possa imaginar. O padre André por felicidade e socego dos uberabenses, foi removido para a cidade do Araxá e lá montou um jornal ultramontano e reaccionario, onde diz cobras e lagartos dos livres pensadores e onde há pouco tempo dando noticia de um livro de versos de Nicolau Soares, teceu-lhe muitos elogios, fazendo votos para que o “poeta” sem perda de tempo mudasse para Araxá!! O procedimento do padre André veio confirmar a certeza dos fatos narrados por Nicolau Soares. É o caso de dizer-se: “um gambá cheira a outro”. O tal Dr. Mosquito é um individuo sem pudor e dignidade, bastando dizer que se está instaurando contra a sua nojenta pessoa três processos crimes: um furto, outro de ameaça e uso de armas e finalmente um terceiro por defloramento de uma miserável, sendo que o carolismo de Dr. Mosquito é casado!!! Previnam-se, portanto, os araxáenses, contra tal abutre e não o poupem se quiserem estar sossegados.¹³³
[sic]

Padre André Aguirre deixou a Paróquia Nossa Senhora do Carmo em 1911. Para substituí-lo foi nomeado como administrador da mesma paróquia Cônego Pedro Pezzuti. Tal presbítero ocupou cargo notório na administração da Diocese de Uberaba¹³⁴, membro do cabido (clérigos de uma catedral) ganhado o título de Cônego. Esse clérigo apresenta-se à cidade com aptidão clara para a comunicação. Segue provisão dada ao Cônego Pezzuti transcrita do livro de tombo da Paróquia Nossa Senhora do Carmo:

PROVISÃO DE VIGÁRIO E FABRIQUEIRO em favor do Conego Pedro Pezzuti para o ano de 1912, a primeiro de janeiro de 1912, à missão Constitucional publique a alteração da Provisão de Vigário e Fabriqueiro desta parochia de N. S. do Carmo de S, Pedro de Uberabinha, contando osmesmos dizeres da outra provisão, transcritas a f. 17-18, o outorgando poderes até 31 de dezembro de 1912.¹³⁵[sic]

Com esta provisão, Cônego Pezzuti adquiriu poderes para administrar os bens da paróquia, esta provisão era renovada anualmente. Vê-se, também, que este administrador era habilidoso nos negócios, uma vez que vendeu boa parte do patrimônio da Igreja para o município, a partir de autorização dada pelo bispo. Vemos isto em documento lavrado no livro de tombo da Matriz:

¹³³ AS PREZAS do padre Arrigue e do seu parceiro Dr. Mosquito. **A Lanterna**, São Paulo, out. 1913, p. 03.

¹³⁴ Sobre isso, cf.: CUNHA; SALAZAR, op. cit., p. 41 e PRATA, Thomaz de Aquino, op. cit., p. 46.

¹³⁵ DIOCESE DE UBERLÂNDIA, op. cit., p. 23.

Em 28 de outubro de 1913, por requerimento de Côn. Pezzuti e do Ser. João Severiano Rodrigues da Cunha, Presidente e Agente Executivo Municipal de Uberabinha, foram autorizados, pelo Sr. Bispo de Uberaba, a venda do Patrimônio da Matriz de Santa Maria, pela importância de 2.800\$000 – (dois contos e oitocentos mil reis) à Comarca de Uberabinha.¹³⁶

Verifica-se esta venda a partir da certidão do 1º Registro de imóveis de Uberlândia – MG:

Um imóvel rural situado neste município, composto pelas terras que constituem todo o patrimônio pertencente a Igreja Matriz de Santa Maria de Uberabinha, ressalvados todos e quaisquer direitos adquiridos por terceiros, e mais quatro datas de terreno, no povoado para futura edificação da casa e escola paroquial.¹³⁷

Assim, grandes negócios de venda do patrimônio da Igreja foram celebrados por este eclesiástico junto à municipalidade. Dentro do espaço urbano de Uberabinha, há a venda do local onde se instala a sede da Ferrovia Mogiana, terreno negociado pelo mesmo clérigo.¹³⁸

Cônego Pedro Pezzuti destaca-se, ainda, com a elaboração da obra “Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia.” Neste trabalho, há uma síntese da história de São Pedro do Uberabinha/Uberlândia. Obviamente, este livro apresenta-nos muitos detalhes da história deste município, mas ressaltamos, novamente, que a mesma compilação fora encomendada pelo grupo que administrava a cidade naquele momento histórico, como já afirmado por nós anteriormente.

Portanto, confirma-se a presença deste padre na cidade a partir da estreita relação com a elite política. Notamos que houve uma disposição para a venda das terras pertencente ao patrimônio da Matriz, como vimos acima. Tanto é que nos dias atuais a Igreja católica não possui nem um imóvel no distrito de Santa Maria, hoje Miraporanga, devido à venda, por este eclesiástico, de todas as terras situadas neste distrito.

O sucessor do Cônego Pedro Pezzuti foi Cônego José de Mello Rezende. Com a população crescendo nesse período, esse iniciou os preparativos para que

¹³⁶ CUNHA; SALAZAR, op. cit., p. 41.

¹³⁷ 1º SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE UBERLÂNDIA - MG. Livro 2 - Registro Geral. Matrícula 44. 395 Ficha 1. Uberlândia, [1987], p.01.

¹³⁸ Cf.: CUNHA; SALAZAR, op. cit.

se construísse uma nova matriz. Vendeu terrenos do patrimônio da Matriz para angariar fundos depositando as cifras adquiridas em um banco.¹³⁹ Para isso salientamos que o mesmo necessitava de autorização via nomeação como vigário, abaixo as nomeações:

PRVISÃO. De Vigário e Fabriqueiro da Parcohia de N. Senhora do Carmo de Uberabinha a favor do Conego Pesro Pezzuti, provisionada no dezembro de 1913, valida até 31 de dezembro de 1914. Publicada na Matriz em 21 de janeiro de 1913.¹⁴⁰ [sic]

PROVISÃO DE 1920 A quatorze de dezembro de mil novecentos e vinte, o S. Exmo. D. Eduardo, Bispo de Uberaba, mandou para nova provisão a continuação do Vigário e Fabriqueiro de N. S. do Carmo de Uberabinha, para o anno de 1921, a favor do C. José de Mello Rezende. A Provisão [...].¹⁴¹ [sic]

Constata-se as ações de venda dos bens da Matriz pela descrição e autorização dada pelo bispo ao vigário, como relatada no livro de tombo:

A vinte e oito de Janeiro de 1920, S. Exmo. Rev. respondendo verbalmente a uma consulta do Vigario relativamente à venda definitiva dos terrenos de Patrimonio aos respectivos foreiros, S. Exmo. Declarou que continuavam a vigorar para elle (Vigario) as mesmas faculdades (vide pág 18 do presente livro), concedidas pela ...do R.P. Aguirri e C. Pedro Pezzuti. C. José de Mello Resende, Vigário.¹⁴²

Quanto ao desejo de construir a nova matriz, este se torna frustrado pelo fato de que os rendimentos são insuficientes para enfrentar tal empreitada. Sobre essa dificuldade, encontramos no livro de tombo da Matriz:

Uma necessidade havendo, sob a epigraphe supra, lido o vosso conceituado jornal de 18 e 25 corrente, algumas considerações sobre a necessidade e o meio de se construir uma nova Matriz, em mais harmonia com a nossa Cidade, tenho a informa-lhes que a construção de um novo Templo mais apropriado ao nosso meio, não é uma ideia nova. Para esse fim, muito que se vae depositando em um banco as sobra das festas e as esmolos. Essas sobreas de festas, porem, não são tão fabulosas como pode pensar alguém. É verdade que as festa annuaes da Matriz são seis: São Sebastião, Abbadia, N. S. do Carmo, Divino, Immaculada e S. Geraldo. Seria um presente do céu se cada uma dessas festas deixasse a favor da

¹³⁹ Ibidem, p. 43.

¹⁴⁰ DIOCESE DE UBERLÂNDIA, op. cit., p. 23.

¹⁴¹ Ibidem, p. 26

¹⁴² Ibidem, p. 23

Fabrica em saldo de 500\$000; mas a verdade é que apenas as 2 primeiras deixam alguma cousa. Para não examinar o rendimento da Matriz nos anos anteriores a 1915, rendimentos que foram, juntamente com as esmolas de benefícios, gastos nos concertos da Matriz, dei-me o trabalho de compulsar o Libro de Contas da Fabrica e eis o que encontrei: Rendimentos das Festas, entregues pelos Festeiros: 1915 S. Seb (Fest. Custodio P.) 422\$800. 1916. S. Seb (Fest José Freitas) 683\$000. N.S. do Carmo 20\$000. Abbadia 227\$800. 1917 S. Seb (Fest. Cotta Pach) 860\$250. N.S. d'Abbadia 1060\$000. 1918. S. Seb (Fest. C. Giffoni) 602\$600. N.S. d'Abbadia 1141\$700. 1919. S. Seb (Fest. Dr. Aberlardo) 600\$000. Abbadia ? (*). Immaculada (Fest. Manuel) 120\$000. 1920. S. Seb (Fest. D. Fonseca) 652\$300. Por estas contas, (que estão a disposição de quizer as consultar) vê-se que longe de uma medida de 500\$000 para cada festa, esta medida não é mais do que 179\$904.. Também as esmolas não são tão abundantes como pode parecer. Como consta no mesmo Livro de Contas, do anno 1915 a 1919 a Matriz [sic] recebeu de esmolas...795\$000. Daqui se vê que o rendimento da Matriz durante estes cinco anos foi de 6760\$100. Deduzindo-se as despesas annuaes da Matriz, com concertos das torres, aquisição de um sino; cálix, paramentos, renovação do assoalho etc. existe actualmente em caixa, redendo juros, um saldo de 4580\$000. Portanto, ainda mesmo que muito louvavelmente não se queimasse tantas centenas de mil reis em fogos, como está preceituado nos *Mandamentos* da Diocese, para a construcção de uma nova Matriz as sobras das festas e as esmolas, não são sufficientes. O único meio de se levar a cabo esse commetimento, creio eu, é vender-se o patrimônio. Mas quantos comprehenderão essa necessidade e quantos quererão comprar definitivamente os terrenos ou datas de que são usufructuarios? Calculo mais ou menos aproximado leva a crer que a venda total do Patrimonio possa dar...100000\$000. Com essa quantia e com um pouco mais far-se-ia uma Matriz digna de figurar numa das principaes praças da nossa Cidade. Mas os 100000\$000 entrarão? É o que não sei. Co. José de Mello Rezende (*) Devido à enfermidade do Pe. se prestou ainda conta dessa festa.¹⁴³

Podemos entender que os fomentos eram poucos, pois, mesmo havendo a necessidade de construir uma nova matriz, visto pelo desejo da população, isto se torna inviável pela análise acima citada.

Outro item a ser considerado foi a dinâmica da presença do Cônego José de Mello Rezende na relação com a população de Uberabinha frente às ideias pregadas por ele. A hierarquia da Igreja apresenta-se no combate disciplinarizador diante de outras práticas religiosas, como citado abaixo:

¹⁴³ DIOCESE DE UBERLÂNDIA, op. cit., p. 26 (verso).

PROTESTO - Tivemos ciência de que o Rev. Conego José de Mello Rezende, em suas predicas, por ocasião da missa, **tem combatido a “Escola São Vicente”**, alegando que **nós não ministramos aos nossos alunos ensino algum além da Doutrina Espírita e tem lastimado a sorte dos paes que matricularam seus filhos em nossa humilde escola**, fazendo crer que os mesmo ficam loucos. Não podemos consentir que essa inverdade corra sem o nosso protesto; e, protestando contra esse combate a Instrução, **convidamos a quem quer que seja para assistir às nossas aulas e fiscalisar-as continuamente com maior liberdade**. Queremos agir às claras, para que o criterioso e justo povo de Uberabinha nos julgue. Uberabinha, 10 de abril de 1921. Odilon J. Ferreira.¹⁴⁴[grifo nosso]

Tal postura mostra-nos de como as prédicas emitidas no púlpito corriam a cidade, pois há uma resposta, via mídia, impressa a que o vigário discorrera sobre a formação dada pelo Colégio São Vicente. Intui-se que na fala do padre havia a tentativa de controle sobre as famílias orientando-as como deviam educar seus filhos, e assim, não permitir desvio da fé católica.

De 1921 a 1925 assume a matriz o Padre Ramiro de Campos Meirelles ao substituir Cônego José de Mello Rezende. Esse em sua administração continua a empreitada de manter os afazeres pastorais, como abaixo apresentamos a segunda nomeação de fabriquero da Paróquia Nossa Senhora do Carmo:

PROVISÃO DE Pe. RAMIRO DE CAMPOS MEIRELLES. Por provisão do Revmo. Sr. Bispo Diocesano, foi provido no espaço de um anno, como Vigário de Uberabinha, o Pe. Ramiro de Campos Meirelles, tratando a provisão com as faculdades anexas, a data de 26 de dezembro de 1921, devendo vencer a 31 de dezembro de 1922. Pela mesma Provisão foi provido o Cargo de Fabriqueiro da Parochia, o mesmo Pe. Ramiro de Campos Meirelles, para o anno de 1922, terminando em 31 de dezembro de 1922.¹⁴⁵ [sic]

Padre Ramiro de Campos Meirelles, para a manutenção da paróquia, continuou com a mesma dinâmica administrativa, ao buscar recursos acerca das propriedades da Matriz, e, em consequência requeria os pagamentos do que foi aforado em terrenos. Além disso, o vigário, em tratativa com o município, arrenda parte do patrimônio da Matriz por nove anos, recebendo, também, laudêmios por este arrendamento.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ DIOCESE DE UBERLÂNDIA, op. cit.,p. 30-31.

¹⁴⁶ Ibidem,p. 44.

Por motivo de saúde, Padre Ramiro de Campos Meirelles pede licença para tratamento na cidade do Rio de Janeiro, o que lhe é concedido pelo bispo:

PROVISÃO PE RAMIRO CAMPOS MEIRELLES D. Eduardo Duarte Silva, por mercê de Deus e Santa Sé Apostolica Bispo da Diocese do SS. Coração de Jesus de Uberaba, Prelado Domestico, Assistente alSoglioPontificioAe, etc. Fazemos saber que havendo nós concedido ao Revmo. Conego José de Mello Resende, licença para se ausentar da Parochia de S. Pedro de Uberabinha, onde exercia o parochiato, e também da Diocese, havendo por bem conceder toda a jurisdição parochial na dita parochia ao Revmo. Pe. Ramiro Campos Meirelles, enquanto não mandamos o contrario, ao qual outorgamos todas as facultades ordinárias que costumamos conceder, aos R. R. Vigários nas provisões ao título.¹⁴⁷ [sic]

No dia sete de setembro de 1922, foi colocada na sala do júri da cidade de Uberabinha a imagem do Cristo Crucificado. Ato que agrega alguns eclesiásticos que trabalhavam na cidade, e a estes também, associou-se o representante do bispo, como veremos, abaixo, o trecho retirado do livro de tomo da Paróquia Nossa Senhora do Carmo:

Comemorando-se o centenário de Nossa Independencia Política, a sete de setembro de 1922, colocou-se na sala do jury desta cidade, com pompas e festa, a Imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, tendo vindo o Crucifixo da Igreja Matriz às 3 horas da tarde e conduzido em pomposa procissão ao Edifício do Forúm, onde foi bento e inaugurado solenemente após a collocação do crucificado no lugar de honra do salão do jury. Fez o discurso analogo ao acto de collocação do Christo, nosso Divino Redemptor, o Revmo. Sr. Conego Cesar Borges Pereira, secretário do Bispado de Uberaba, com a eloquencia que lhe é peculiar discursou admiravelmente sobre a história de nossa Independencia, sobre o crucifixo e sobre a influencia da religião catholica na civilização do nosso amado Brasil, terra abençoada, terra grande, terra pertecente a Nosso Senhor Jesus Christo, , terra marcada com o Cruzeiro do Sul. O padre confraternou-se com o povo de Uberabinha, depois o primeiro magistrado do lugar, o Exmo. Sr. Duarte Pimentel de Ulhôa. Sm. Dr. Juiz de Direito da Comarca, que estava presente com a Comissão realizadora[...].¹⁴⁸ [sic]

Nessa ação, em que se colocou um símbolo católico em um espaço público e laico, notamos que a Igreja tinha diálogo e respeitabilidade por parte das autoridades

¹⁴⁷ Ibidem, p. 28.

¹⁴⁸ DIOCESE DE UBERLÂNDIA. Collocação do crucifixo no jury desta cidade. In: _____. **Livro de Tomo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo (1909-1930)**. Uberlândia: Cúria diocesana, [19--]. p. 35.

do município. Sua presença denota que, de forma intensa, a Igreja fez-se reconhecer e demarcou seu lugar junto ao sistema de poder da cidade.

No período do mandato do Padre Ramiro de Campos Meirelles, houve a última visita de Dom Eduardo da Silva, como bispo de Uberaba, a cidade de Uberabinha, no dia vinte e sete de janeiro de 1923. Na data de vinte e dois de agosto de 1923, o prelado renúncia ao cargo. Toma posse em seu lugar Dom Antônio de Almeida Lustosa.

Padre Ramiro de Campos Meirelles ainda constrói a igreja de São João Batista em Martinópolis, hoje Martinésia, distrito de Uberabinha/Uberlândia.¹⁴⁹ O mesmo padre encerrou seus trabalhos na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, em dezembro de 1925.

No entremeio de tempo, entre o próximo vigário que vai assumir a administração da Paróquia de Uberabinha, há dois Padres que por um curto período de tempo ficam a frente da paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Padre Eustachio Van Lieshout SSCC (da Congregação dos Sagrados Corações) e Padre Joaquim Thiago dos Santos.¹⁵⁰

Há de notarmos a presença dos líderes da Igreja em circunstâncias próprias em que estes são vistos, ora como ratificadores do poder, ora questionadores dos propósitos das elites políticas e econômica desta cidade. Em determinados momentos, a relação entre Igreja e elite política foi conduzida de forma mais amistosa, como veremos abaixo, a partir do próximo personagem da hierarquia presente em Uberabinha.

O Cônego Albino Figueiredo Miranda foi nomeado como vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo por Dom Antônio de Almeida Lustosa, a trinta de janeiro de 1926, vemos grande movimentação da parte deste no meio social e eclesial. Fez a entronização da imagem de Santa Terezinha, a santa que é padroeira da Matriz de Uberlândia. Celebra também no mesmo ano de mil novecentos e vinte e seis os primeiros festejos em honra desta santa na cidade. No período do seu paroquiado o nome da cidade é trocado de São Pedro do Uberabinha para Uberlândia por iniciativa estatal, sendo que o vigário registrou tal mudança no livro de tombo. Também neste período, foi mudado por motivo de transferência o bispo

¹⁴⁹ Cf.: CUNHA; SALAZAR, op. cit., p. 44-47.

¹⁵⁰ Sobre estes padres não encontramos notificações nos registros paroquiais, estes foram mencionados por CUNHA; SALAZAR, op. cit., p. 51, 75.

da diocese de Uberaba sendo substituído por Dom Frei Luiz Maria de Sant'Ana.¹⁵¹ O Cônego Albino Figueiredo Miranda, ainda, criou a primeira comissão para a construção da Matriz de Santa Terezinha como veremos em descrição feita por Cunha e Salazar:

Presidente de Honra: Pe. Albino Figueiredo Martins Miranda
 Presidente: Dr. Armando Carneiro
 Vice-presidente: Cel. Franklin Jardim, substituído posteriormente por Octaviano Miranda
 1º secretário: Dr. Octavio Rodrigues da Cunha
 2º secretário: Custódio da Costa Pereira
 Tesoureiro: Cel. Arlindo Teixeira.¹⁵²

O vigário imbuído do desejo de construir a nova matriz compra o terreno onde será erguida a nova igreja. Ganha por doação um terreno no nascente bairro Vila Operária, onde mais tarde se constrói a igreja de Nossa Senhora Aparecida. Lembramos que esta igreja estava situada na periferia da cidade, naquele tempo, e este bairro era habitado pela classe trabalhadora da cidade.

Junto ao Cônego Albino efetua-se a chegada das freiras pertencentes à Congregação das Irmãs de Jesus Crucificado, no dia três de fevereiro de 1932. Essas irmãs impulsionaram o ensino da cidade e isto é confirmado pela frequência das filhas das elites que se formaram no Colégio Nossa Senhora.¹⁵³

Outro fato que ratifica o poder da Igreja é a participação de clérigos (vigário) em eventos solenes da sociedade civil. A título de exemplo, constatamos a presença do eclesiástico Cônego Albino de Miranda, como autoridade máxima da Igreja local, imbuído de prestar homenagem ao representante do poder público, como veremos abaixo nos dizeres do jornal *A Tribuna*. De forma recorrente, esse jornal notifica a sociedade, o que veremos em três publicações do mesmo:

Conforme há tempos noticiámos, está sendo promovida ao sr. Dr. Vasco Giffoni, prefeito municipal, uma grande manifestação popular, que se effectuará no dia 10 de novembro, data do seu anniversarionatalicio. Os promotores dessa festa entre os quaes se encontram distinctissimas damas da nossa sociedade, empenharam-se pelo seu brilhantismo, devendo a ellas adherir todas as classes numa demonstração uniforme de solidariedade ao ilustre moço que tão dignamente vem dirigindo os destinos de nossa terra. Já

¹⁵¹ Ibidem, p. 55.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Cf.: ibidem.

adheriram a essa homenagem as seguintes pessoas: Bolivar Carvalho, Franklin Jardim, Emmerenciano Carvalho, Ronan Barbosa, Alexandre Santos, dr, Francisco Elias Barbosa, coronel Virgilio Rodrigues da Cunha, coronel Marcos de Freitas Costa, **conego Albino de Miranda** [...].¹⁵⁴ [sic] [grifo nosso]

Na publicação do dia 19 de outubro de 1935, o jornal apresenta o conjunto de cidadãos que se fizeram presentes, com confirmação, na homenagem ao Dr. Vasco Giffoni. Em meio aos convidados, estava presente o vigário Conêgo Albino de Miranda.

E por fim, notifica-se a sociedade local de como iria transcorrer o cerimonial da festa:

Com a aproximação do dia 10, data aniversaria do prefeito Vasco Giffoni, activam se os preparativos para as festas que lhe serão promovidas por essa ocasião. A Legião Negra, que toma parte saliente nessas homenagens, organizou o seguinte programa:

I- O homenageado será acompanhado, de sua residência ao grupo escolar Bueno Brandão, por membros da Legião.

II- Um grupo de senhoras e senhorias acompanhará o prefeito ao salão nobre.

III- Saudando o aniversariante, farão uso da palavra diversos oradores inscriptos.

IV- Offerecimento de um quadro com primeiro numero do organo *Raça*, o qual será publicado em homenagem a s. ex.

V- Início de baile commemorativo do dia 10 de novembro.

[...] Nesse dia será realizada, ás 10 horas, na igreja matriz, missa em ação de graças, sendo o celebrante o rev. Padre Albino de Figueiredo.¹⁵⁵ [sic]

Há, também, a relevância de ressaltarmos, novamente, o controle da hierarquia sobre o clero e o povo. Observa-se que os documentos eram de suma importância para que o Bispo averiguasse o andamento da vida paroquial.

O último vigário da Paróquia Nossa Senhora do Carmo foi Monsenhor Eduardo Antônio dos Santos, e este chegou em Uberlândia no dia oito de janeiro de 1938. Com sua vinda alia-se uma nova visão da Igreja Católica que é implementada em seu corpo por meio da Ação Católica.¹⁵⁶ Essa proposta pastoral é dinamizada pelo episcopado brasileiro e torna-se “o carro chefe” dentro da Diocese de Uberaba. Todas as paróquias são convidadas a desenvolver esse trabalho que tinha como

¹⁵⁴ PAES, Agenor. Dr. Vasco Giffoni. **A Tribuna**. Uberlândia, 19 out. 1935, ano XIX, n. 938, p. 01.

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ Cf.: AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese**: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 04, n. 10, p. 61-89, 1977.

matiz a promoção do laicato cristão na dinâmica social. Em nível macro, vemos uma profusão do laicato intelectual no Brasil, onde diversos pensadores destacam-se, como Alceu Amoroso Lima.

No período da administração de Monsenhor Eduardo, ocorreu a transferência do bispo Dom Frei Luiz Maria de Sant'Ana, em seu lugar assumiu Dom Alexandre Gonçalves do Amaral.

Monsenhor Eduardo foi figura respeitada pela cidade por seu fácil trato e acesso aos grupos que comandavam esta. Seu paroquiado foi até o ano de mil novecentos e quarenta e um. Sobre ele, o jornal *A tribuna* noticiou a solene festa de seu jubileu sacerdotal:

Foi um grande descuido nosso, quer dizer, desta seccção e da <A Tribuna> havermos esquecido de noticiar o jubileu sacerdotal de conego Eduardo Santos, ocorrido a 10 deste mez, para gaudio de todos os seus paroquianos e do clero da Diocese onde conego Eduardo, pelas suas virtudes sacerdotaes teve sempre em lograr de relevo.¹⁵⁷ [sic]

Como vimos acima, concluímos que este eclesiástico não só adentrou-se na sociedade civil de Uberlândia, com também com ela dialogou. Elucidaremos suas ações no próximo capítulo há significativa ingerência desse na construção da Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus.

Ao observar-se a intervenção da Igreja no município de Uberlândia, no tocante aos aforamentos, vemos o posicionamento eclesiástico de não só requerer para si seus direitos sobre a terra, mas também sanar as necessidades de subsistência, manter suas atividades pastorais, bem como o clero. Assim, conseqüentemente, os interesses da Igreja local sejam eles diocesano ou paroquiais - esbarraram com os interesses do município, sobretudo, devido à expansão territorial e econômico desta cidade.

A construção da cidade estava em movimento constante e requeria transformação do espaço urbano, o que as elites políticas denominaram de “Cidade Nova”¹⁵⁸, e que impreterivelmente passaria pelo o que compunha o patrimônio da Matriz. Por muitas vezes, esses terrenos foram apossados e os “posseiros” tornaram-se proprietários após anos de ocupação. Quando em negócios com os

¹⁵⁷ SECÇÃO RELIGIOSA. Conego Eduardo dos Santos. **A Tribuna**. Uberlândia, n.1659, p.1/04 a, 18 de março de 1943.

¹⁵⁸ Neste sentido, ver: LOPES, Valéria Queiroz Cavalcante, op. cit., p. 10.

referidos bens, esses eram chamados a pagarem o *laudemium*. Essa dinâmica, em alguns casos, ainda é usual.

Ao depararmos-nos com a expressiva presença das figuras do clero em exercício neste município, compreendemos o quão foi representativa a Igreja Católica Apostólica Romana na construção desta cidade. A contribuição da Igreja não acontece somente na forma de agregar um grupo social em torno de si, ou de seu objeto de fé. Amplia-se o entendimento quando percebemos a dinâmica e o diálogo entre as relações eclesial da Igreja com outros grupos sociais.

A ideia de uma construção de cidade pronta e acabada, ou feita apenas por poucos grupos (elites política e econômica) restringe a dinamicidade frenética do movimento social. A instituição Igreja coloca-se a partir de seus representantes e praticantes da fé católica dentro deste bojo, no qual se vê como agente “influenciador” e “influenciado”. O “progresso” tão exaltado no decorrer da construção desta cidade, leva todos, os participantes a posicionarem na busca de (re)afirmar-se inclusive a Igreja Católica por ser uma instituição de poder local, no ritmo ideário de modernização.

CAPÍTULO III

UMA NOVA MATRIZ: TEMPLO MODERNO E CONDIZENTE COM A “CIDADE DO PROGRESSO”

O contexto de elaboração no qual se observa a construção da nova Matriz da cidade de Uberlândia constituiu-se de forma singular. Para entendê-lo, não podemos avistar apenas os elementos históricos da realidade local como já apontamos no decorrer do nosso trabalho.

Nos dois primeiros capítulos, buscamos apresentar as conjunturas que compuseram as complexas relações do erguimento da cidade de Uberlândia. Tais expressões foram constatadas nos trâmites do ideal de “progresso” presente na sociedade uberlandense. Essa observação é percebida tanto no viés civil como eclesiástico, pois os dados observados em fatos imbricaram-se na história do município a partir dos múltiplos agentes organizadores dessa cidade. No concernente às figuras eclesiásticas, tais personagens são apresentados a partir de suas ações que reverberaram no universo social desse município. Não podemos menosprezar as ações da hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana, pois correríamos o risco de não conseguirmos enxergar o que foi a presença desta instituição na cidade de Uberlândia. Nesse caso em específico, optamos em apresentar a hierarquia a partir dos vestígios deixados por ela nos livros de Tombo e jornais. Buscamos assim, constatar nos documentos como estas autoridades agiram em relação à sociedade de Uberlândia, e, assim, mostrar o poder da Igreja e sua interferência em momentos da história do município. Tais ações do clero foram vistas, ora de forma pacífica, ora de forma contundente. Encontramos nas ações dos vigários da Matriz de Nossa Senhora do Carmo elementos que nos proporcionaram enxergar o rosto da Igreja Católica e sua participação no projeto de “progresso” nessa cidade. Podemos dizer que, a partir dos fatos apresentados no segundo capítulo sobre a presença da hierarquia católica na cidade de Uberlândia, não tratamos de uma história eclesiástica, ao contrário, buscamos ver nestas figuras do clero o entendimento, via documentos, de como a Igreja relacionou-se e interviu na dinâmica do corpo social da cidade. Tais ações entrelaçam-se ao fluxo operacional, que configurou esta urbe como moderna.

O tema central deste capítulo é o interesse da Igreja em posicionar-se em lugar de destaque no âmbito urbano, isto é, localizar-se no centro da cidade. O processo de organização urbanística da cidade de Uberlândia ocorre sob projeto arrojado, e é lido em perspectiva como: expansão do Estado, industrialização e modernização do interior do país, bem como a própria empreitada da Igreja em âmbito mundial e, por consequência, desejar o diálogo com a modernidade e sua reorganização em nível nacional. Tais elementos imiscuem-se no que vai ser a edificação da Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus, que será vista pelos moradores da cidade como “símbolo do progresso no município de Uberlândia.” Um dos elementos propulsores que materializará a construção da nova Matriz da cidade é sem dúvida o empenho por parte da hierarquia católica em estimular a comunidade uberlandense a visualizar um novo templo para a prática religiosa.

Em visita a cidade de Uberlândia, entre os dias 17 a 24 de agosto de 1930, o bispo Dom Frei Luiz de Sant’Ana fez a afirmação que promoveu um novo ardor, ou melhor, incentivou eclesiásticos e leigos dando-lhes nova perspectiva diante do cenário expansionista e moderno da cidade, pois a Igreja não seria legada ao ostracismo, ou seja, não ficaria fora do centro da cidade onde ocorria o novo traçado urbanístico. Veremos abaixo nos dizeres de Cunha e Salazar:

Dom Frei Luiz declara e insiste que a cidade de Uberlândia necessitava urgentemente de uma nova Matriz, tendo em vista que a então existente não mais condizia com a decência do culto, era pequena e estava fora do centro da cidade.¹⁵⁹

O que justificou a derrubada e construção da nova matriz seria a expansão urbana que desloca o centro da cidade do Bairro Fundinho, ao formar novo circuito administrativo e comercial, ou seja, a nova referência em locação demarcava em materialidade local para abrigar o comércio e as autoridades civis da cidade. Assim sendo, o corpo eclesiástico vê-se na obrigação de demarcar seu espaço junto ao governo da cidade. A Igreja não podia ficar fora do centro, assim, a hierarquia clerical demarcou a presença da Igreja no município de Uberlândia em lugar de destaque.

O desejo de construir uma nova matriz, nesse município, surge em 1921, na administração do padre José de Melo Rezende. Antes mesmo dessa data havia

¹⁵⁹CUNHA; SALAZAR, op. cit., p. 57.

grandes reclamações sobre o estado da velha Matriz como vemos em artigo do jornal *A Tribuna*:

Não merece louvores o estado de asseio em que se encontra a nossa igreja Matriz. Os fiéis que compareceram aos officios religiosos de 1 e 2 do corrente constataram aquelle desleixo e pedem-nos a reclamação que ahi fica a quem de direito.¹⁶⁰ [sic]

Essas reclamações apresentam-se como vimos desde a limpeza e manutenção do edificio e tornam-se recorrentes quando o próprio jornal *A Tribuna* adverte e faz rigorosas críticas à administração das finanças da Paróquia como veremos abaixo:

Temos, por varias vezes, salientado a necessidade da construcção de uma nova igreja, nesta cidade. Por diversas vezes falamos na inconveniência desses desperdícios de dinheiro em fogos de artificios, antiquados e até perigosos. Mostramos o que se poderia conseguir fazendo consecutivas economias nos gastos supérfluos das festas. Uberabinha possui duas igrejas: a Matriz e a do Rosário. Esta, já de há muito devia ter sido destruída e, em seu lugar levantado um templo, embora pequeno e sem luxo, mas que estivesse mais de acordo com os tempos e o progresso que atravessamos. A igreja matriz é antiga e feia, se bem que maior que a outra. Se de há tempos o nosso povo pensasse no futuro, teria já conseguido algum capital suficiente ao inicio ou construcção de um prédio bem melhor. Se não vejamos. De há muitos annos a esta parte que se faz festa de igreja nesta cidade. Festas bastante concorridas e cuja renda foi suficiente para custear de seu próprio bolso. Se dermos para cada anno, um mínimo de seis festas poderíamos contar com um saldo de 500\$000 em cada uma. Jogamos no mínimo, pois este excesso, foi sempre muito maior. Basta dizer que os fogos foram sempre contractados por preço superior àquela média e ainda assim a renda dava saldos elevados, muitas vezes. Farse-ia então três contos por anno destinados a construcção de uma igreja. EM vinte annos conseguiríamos amehor 60 contos. Com juros (que naturalmente este dinheiro deveria render) esmolos (que não são poucas) e outras rendas que sempre aparecem, hoje a Fabrica podia contar com cento e tantos contos. Tomamos as nossas bases bastante diminutas. Para se ter um calculo mais aproximado do que tem sido, podemos, sem medo de erro, por mais uns 15 ou 20% sobre aquelles algarismos. Não seria este um meio fácil e nada oneroso de melhorar as nossas igrejas? Quanto a matriz tem em caixa? Não sabemos. Onde foram os saldos de muitas festas havidas em nossa igreja? Não sabemos.¹⁶¹[sic]

¹⁶⁰A TRIBUNA. Uberabinha, 9 nov. 1919, Anno I, n. 9. Coluna "Várias".

¹⁶¹A TRIBUNA. Uberabinha, 25 jan. 1920, Anno I, n. 20. Coluna "Uma necessidade".

Com estes dois últimos relatos, observamos críticas à antiga igreja que incomodava alguns cidadãos. Pela informação acima, percebemos que o desejo de uma nova Matriz fazia-se urgente devido à falta de traços modernos não vistos naquela edificação antiga. No discurso proferido, encontramos o difundir e intensificar da ideia de “progresso” presente em palavras e dizeres como: “antiquado”, “mas que estivesse mais de acordo com os tempos e o progresso que atravessamos”. Essa conjuntura ideária pairava sobre a sociedade uberlandense que foi estimulada pelas ideias mencionadas a projetar-se a partir do novo em detrimento do velho. Há também, na citação, reconhecimento das modificações do cenário urbanístico da cidade, a Igreja ficara ultrapassada quanto à imagem arquitetônica “tradicional”, ou seja, a arquitetura dessa igreja expunha-se como elemento destoante do cenário de progresso almejado por parcela da sociedade uberlandense.

Outro fator a ser considerado nesta citação seria que, embora buscasse construir uma nova edificação a conjuntura econômica paroquial era desfavorável. As finanças da paróquia obrigaram o vigário a protelar a empreitada de erguimento do novo templo. Passariam dezessete anos até que esse projeto fosse retomado por Cônego Albino Figueiredo Martins de Miranda, porém, quem o concretizou em construção foi Monsenhor Eduardo dos Santos, como apontamos no capítulo anterior.

Salienta-se que de acordo com o contexto histórico da cidade, o momento de preparação para a construção da nova igreja é entendido a partir do que foi encontrado em documentos. Parece-nos que a ideia de construir um novo templo foi conformada pela hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana, que reforça a necessidade de erguer este templo em local mais adequado e de maior visibilidade como vimos na citação acima. Vê-se, também, que as narrativas daquela época expressam a voz dos vencedores. Importante notar que o discurso aponta elogio ao vigário e reforça os novos elementos utilizados na reforma, “telha francesa e revestimento das colunas” da velha Matriz que era vista como esconderijo de morcegos e andorinhas como veremos abaixo em artigo do jornal *A Tribuna*:

A nossa velha matriz passa atualmente por uma completa reforma devida a enérgica acção do nosso vigário rvm. Sr. Conego José de Mello. Actualmente a velha matriz perde seu aspecto de esconderijo de morcegos e andorinhas. O seu telhado está sendo completamente

mudado para telhas francesas e as suas colunas vão ser por certo revestidas.¹⁶² [sic]

Mesmo com a reforma para manutenção da velha Matriz permanece a visão de que esta edificação não tinha uma arquitetura adequada ao que se propunha ser um templo “digno” para uma cidade moderna e urbanizada nos moldes do “progresso” almejado pelas autoridades civis e eclesiásticas.

Ao olharmos para o que foi a imagem da velha matriz vê-se que tal edificação apresenta-se a partir do que os arquitetos chamam de “arquitetura tradicional”. Entretanto, essa arquitetura é denominada diferentemente do que prevalecerá, no Brasil, como as igrejas do barroco e rococó mineiro, característica com grande notoriedade até nosso tempo.

A maioria das capelas e matrizes, no interior do Brasil, serão erguidas utilizando a “arquitetura tradicional”, como no caso de São Pedro do Uberabinha. Tal arquitetura possuía simplicidade em sua volumetria sem grandes adornos. No trabalho da pesquisadora Marília Brasileiro, vemos a descrição arquitetônica dessa edificação. Essa descrição ajudar-nos-á a compreendermos a imagem da Matriz de Nossa Senhora do Carmo:

A igreja empregava a estrutura autônoma de madeira, segundo a técnica tradicionalmente utilizada para as construções. Possuía nave central ladeada por corredores, sem tribunas, coro sobre a porta principal, capela-mar, sacristias laterais e consistório no fundo da capela-mar. [...] Seu frontispício era marcado por duas torres laterais, relativamente altas, com cobertura em quatro águas. Apresentava porta central única, encimada por três janelas no nível do coro. No centro das empenas, havia um óculo quadrilobado. Como particularidade, as portas e janelas das sacristias e do consistório apresentavam vergas em pontas, com acabamento ondulado, apontando para a liberdade formal trazida pelo ecletismo. Certamente, essa solução foi resultante de uma interferência ocorrida no final do século passado ou início deste.¹⁶³

A imagem abaixo apresenta-nos a velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo, e assim, verificamos o apresentado acima na citação. Averiguamos a centralidade da igreja na praça e, ainda, a conformidade dos casarões que a rodeavam. A praça era ornada com jardinagem simples com certa simetria. Ao fundo no alto da torre

¹⁶² **DIOCSE DE UBERLÂNDIA**, op. cit., p. 26.

¹⁶³ VALE, M. M. B. T., op. cit., anexo, item: 37.1.

ver-se o sino que foi transferido para a nova Matriz de Santa Terezinha e a altivez da edificação em detrimento das demais do entorno:

FIGURA 3 – MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO CARMO (ANTIGA MATRIZ DE UBERLÂNDIA)

FONTE: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

FONTE: Antiga Matriz N. Sra. do Carmo, demolida em 1943.
Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Nesse intento, vemos também que esta edificação religiosa possuía forma efetiva de sociabilidade onde a população referencia-se ao convívio cotidiano, fluindo assim, as relações sociais. A composição de todo o espaço urbano no entorno da velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo era composta de grande espaço aberto, por um jardim que possuía valor simbólico-funcional-político-social¹⁶⁴. Salientamos tais características pelo que o templo Matriz de Nossa Senhora do Carmo traz em si, ou seja, o valor de lugar de culto ao sintetizar confluências de significações que moradores da cidade conferiam-lhes. O entorno da edificação compõe a imagem da cidade, sendo assim, a praça denota significação importante quanto à imagem contrastante entre “cidade antiga e cidade moderna”. Também no entorno da praça ficavam velhos casarões que aos poucos são derrubados e substituídos por edificações modernas; grandes arranha-céus. Encontramos nos dizeres de Glauco de Paula Cocozza, Marília M. Teixeira Vale e Cláudia dos Reis e Cunha o detalhamento sobre as praças históricas que compunham a imagem da cidade dentre essas a Praça da velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo:

As praças históricas de Uberlândia localiza-se onde atualmente está o bairro Fundinho, na região central. Local de fundação da cidade, o bairro é um espaço urbano em processo de transformação, porém guarda uma memória da matriz urbana que definiu a ocupação territorial da região. [...] O adro religioso como marco zero da sua fundação, localizado em uma meia encosta, perpendicular a um rio secundário (córrego São Pedro), já que o principal rio urbano é o Uberabinha, com uma capela demarcando o espaço da praça, algumas residências no seu entorno e um conjunto de praças costurando o tecido urbano. Atualmente a praça que define o marco urbano inicial é uma praça contemporânea que pouco referencia seu caráter simbólico de local de fundação da cidade. Como parte da praça, a parte de trás da antiga igreja se transformou em um pequeno largo, dividido pela biblioteca (que esta no lugar da antiga matriz) e pela Rua XV de Novembro, atualmente o principal eixo viário do bairro Fundinho.¹⁶⁵

Quando buscamos este espaço em específico, vemos que o lugar da memória fora apagado. Com a derrubada da velha Matriz este lugar, posteriormente

¹⁶⁴ Cf.: VALE, Marília M. B. T.; CUNHA, Cláudia dos R.; COCCOZZA, Glauco de P. Praças históricas e seu papel na construção da paisagem urbana na cidade contemporânea: apontamentos sobre Araxá, Uberaba, Uberlândia e Araguari. In: Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto- Desafios e perspectivas, 3., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Instituto IEDS/IPHAN, 2014. p. 356.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 326.

abrigou, a Rodoviária da cidade e, atualmente, a Biblioteca Municipal. Na praça, ergueu-se um obelisco que é o marco zero da cidade de Uberlândia, único sinal que aponta o início da cidade, sendo que, se o passante não prestar muita atenção esta informação passa despercebida.

À primeira vista, observamos como se apresenta a edificação da igreja Nossa Senhora do Carmo para chegarmos à centralidade de nossa pesquisa. A velha Matriz de Uberlândia e seu entorno têm grande importância para entendermos o que está por traz do desejo de construir nova referência arquitetônica para o culto dos católicos na cidade de Uberlândia. Apontamos a importância desse espaço como lugar da memória afetiva do início da construção dessa cidade. Contudo, vemos um “apagamento” da história de Uberlândia, pois, percebe-se que poucos moradores da cidade, em nossos dias, sabem da importância quanto ao que foi este espaço composto pela igreja de Nossa Senhora do Carmo e sua praça. Abaixo relato de Cônego Durval Garcia que descreve a praça da velha Matriz e seu entorno.

[...] Na frente da igreja tinha o jardim que hoje ainda existe, mas era um jardim... era, assim, uns canteiros de grama plantado... e a praça plantada toda rodeada de árvores grandes, e as árvores que eles plantaram ali a gente não sabe por que, ou porque foram as que encontraram, mas isso não é muita verdade porque nesse tempo Uberlândia tinha madeira de lei né, havia aroeiras por aqui, perobas estes já eu vi... mas eles fizeram uma plantação de ingazeiro ou angazeiro, essa fruta angá ou ingá, então eram toda a praça era rodeada daquelas árvores e a meninada ia lá pra apanhar ingá só, fazendo a folia que o Tobias Inácio de vez em quando: “Vai embora!”... Então havia esse jardim, mas era um pedaço de chão que tinha umas calçadas de pedra ao redor né, e lá no meio uns canteiros de algum mato de alguma plantazinha lá... coisa à toa, e do lado dessa praça estava a casa paroquial, o padre morava ali naquela praça né. Então ele saía daquele... ele morava no meio da praça, a praça lá ele morava no meio aqui do lado que fica a parte de cá da cidade ali naquela região... Então eu frequentei muito essa casa, porque eu era coroinha lá com o vigário, com o padre né, e o padre nessa época com quem eu realmente tomei conhecimento era o padre Albino Figueiredo de Miranda, esse padre era um padre português que veio da Europa pra cristianizar o Brasil, uma espécie de missionário e ele foi instalado pra ser o vigário, porque já tinha sido antes dele aquela igreja, então ele veio e tomou posse de uma igreja já muito bem arrumada, com toda a... o material necessário para as pessoas religiosas etc., e tornou-se um pároco e dirigia aquilo ali né, e a cidade já crescendo né, já havia a avenida Afonso

Pena começada um pedaço; a Floriano Peixoto; debaixo a... Afonso Pena e a outra...¹⁶⁶

A compressão do que significa a “Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus” como marco simbólico do “progresso” na cidade de Uberlândia perpassa pela conjuntura das forças político-social que se emaranharam no erguimento e configuração dessa cidade. Diante disso, questiona-se: o que significa esta edificação para a cidade? Que elementos propiciaram seu erguimento? Para isso, destacamos dados que mediaram a nova configuração da imagem deste templo no meio urbano. São essas informações que nos demonstram o papel da Igreja como partícipe da movimentação estruturante do traçado urbano oferecido e efetivado no que concerne “progresso” e a modernização do espaço urbano.

A leitura sobre a cidade torna-se ampla e complexa a partir de como apresenta-se a Igreja Católica, no contexto, histórico em nível de Brasil e mundo. O ideário de “progresso” repercute em todo território brasileiro, notamos que esta idealização não é algo somente visto nessa cidade, sendo que o discurso produzido por estas ideias está recheado de anseios do “novo” e prevalece no território nacional. Esse “novo” impõe-se e está presente até os nossos dias em acordo com as ações gerenciadas pelas elites que governam o município de Uberlândia, e por consequência, adequar-se-ão a linguagem do cotidiano das pessoas desse lugar.

A imagem do velho foi superada de forma frenética, mitigando a memória, ao mudar a configuração do espaço urbano na expectativa de uma pseudo-melhoria e avanço.

A nova visão que se tem sobre arquitetura promove a inovação do urbano paisagístico que prevalecerá nas cidades; em específico na cidade de Uberlândia. Essa tendência arquitetônica nega o construído ao imputar estética inovadora ao espaço urbano. É possível perceber a partir da realidade da Matriz de Nossa Senhora do Carmo o apagamento da memória deixa escapar o que era patrimônio histórico da cidade. Sobre isso, Marcus Marciano Gonçalves da Silveira afirma em trabalho que trata da derrubada e construção da Matriz de Sant’Ana na cidade mineira de Ferros. A derrubada da Matriz de Ferros assemelha-se ao ocorrido com a velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo de Uberlândia:

¹⁶⁶ GARCIA, Durval. **Entrevista Concedida a Rogério Antônio Alves** (gravada em audiovisual). Uberlândia, 20 de maio de 2013, aproximadamente 60 minutos.

Por outro lado, ao constataremos o silêncio das autoridades responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico quanto ao caso da Matriz de Sant'Ana, pudemos confirmar outra tendência da época, qual seja, desvalorização dos templos católicos que fugiam, esteticamente, da "legítima" linhagem da arquitetura nacional, conforme estabelecida pelos modernistas da época.¹⁶⁷

O fato supracitado mostra-nos a conjuntura em complexidade que pairava sobre a preservação do que se estabelecia como patrimônio. Não havia uma legislação efetiva que resguardasse e regulasse o construído e, assim, preservá-lo como patrimônio. A angústia de sentir-se ultrapassado reforçou a nova visão de progresso e contribuiu para que a imagem do moderno prevalecesse e assim, a ideia de atraso associa-se ao velho. As cidades precisavam de urbanização que condissesse com a nova organização espacial imbuindo-se de novos ares. Assim sendo, o contexto da época ditava a tendência do que, aparentemente, era inovador aos olhos daquela sociedade.

Em nosso tempo, devido aos crescentes estudos referentes ao patrimônio em múltiplas formas e áreas do saber, somos capazes de avaliar que o verdadeiro atraso foi retirar a força do que fora construído. Naquele momento histórico, ainda não havia formulação categórica de proteção do patrimônio histórico, pelo menos no Brasil, em modo geral. Em outros países como a França, essa reflexão havia avançado em demasia.

Quando apontamos para a complexidade do pensamento dessa época é devido às circunstâncias como a derrubada e construção de novos templos católicos. A derrubada de templos aconteceu em todo território brasileiro e situaram-se em determinado espaço cronológico como apontado por Marcus Marciano Gonçalves da Silveira.¹⁶⁸ Traremos exemplos retirados desse trabalho de igrejas como: a "matriz do arraial Curral d'El Rey - Belo Horizonte MG, a matriz de Ferros 1961, MG, igreja de Carmo do Rio Claro, MG e Catedral de Nossa Senhora da Conceição em Bragança Paulista." Quase todos os templos foram demolidos com a finalidade de construir-se novas e modernas edificações, porém, em detrimento da preservação da memória, mas o anseio em substituir o velho preponderou, pois esse não condizia com a proposta modernizadora do Brasil daquela época. Esses espaços não ofereciam boa acolhida, ou seja, "funcionalidade para o culto". A

¹⁶⁷ SIVEIRA, Marcos Marciano Gonçalves da, op. cit., p.174.

¹⁶⁸ Cf.: SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da, op. cit., p. 95.

funcionalidade era um dos itens de maior força argumentativa para derrubada e erguimento de novos templos.

Assim sendo, percebemos que há certa influência das cidades maiores ou metrópoles nos municípios do interior do país. Como Belo Horizonte, nova referência para o Estado de Minas Gerais, ao tornando-se capital deste Estado, que em 1925 fez a demolição de sua antiga Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem¹⁶⁹. A capital mineira influenciará a nova arquitetura modernista com a construção da igreja da Pampulha projetada por Oscar Niemeyer 1940-1945. O erguimento dessa construção dá-se no mesmo período que da Igreja Matriz de Santa Terezinha.

UMA NOVA MATRIZ PARA A CIDADE DE UBERLÂNDIA

As influências, as quais foram apresentadas no tópico acima, fizeram-se presentes na elaboração do que foi a construção da nova Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face. A ideia, em um primeiro momento não era a de construir a nova matriz, mas, sim, uma capela para abrigar a devoção a Santa Terezinha do Menino Jesus, como afirma Cônego Durval Garcia:

[...] Mas o padre Albino era o pároco dessa igreja, e essa igreja tinha uma singularidade que não era uma singularidade era o que praticamente era o costume, a cultura do tempo onde foi feita a igreja, havia o altar-mor que era separado do corpo da igreja por umas gradezinhas de madeira, naquele tempo não tinha nada de ferro, tudo madeira era madeira, as portas ou portões grossas tudo de madeira; havia o altar-mor e no corpo da igreja estava todo semeado de altares, tinha um altarzinho aqui outro altar ali, outro aqui até chegar no fim da parede da igreja... de cá também, dos dois lados da parede da igreja tinha altares dedicados a vários santos. Tinha altar dedicado a Nossa Senhora do Carmo que era o altar-mor, ela estava lá no meio, no centro em cima; nesses altares laterais eram santos que alguns fiéis tinham devoção a eles né, e como naquela igreja havia um altar dedicado ao santo ao qual a pessoa tinha uma devoção ela dava muita importância aquele altar na igreja. Se ela fosse na igreja, por exemplo, ela não ia visitar... fazer oração pra Nossa Senhora do Carmo não, nem lá visitar o Santíssimo Sacramento como a gente diz não, ela ia no altar do santo que ela cultuava, que ela venerava. Então havia esses... e havia um que era dedicado à Santa Terezinha e é aí que começa... a história da

¹⁶⁹ Cf.: CURRAL DEL REY. **A demolição da antiga Matriz da Boa Viagem do Arraial do Curral del Rey**. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/06/demolicao-da-antiga-matriz-da-boa.html>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

Catedral começa aí, não é. Esse altar de Santa Terezinha tinha algumas senhoras devotas dela, devotas de Santa Terezinha, e essas devotas eram mulheres de alguns homens que naquela época eram os homens importantes da cidade né, e gente de posses, gente que tinha dinheiro e o vigário naquela igreja velha também já tinha notado que precisava fazer uma outra igreja né, já pensava... Quando veio a devoção a Santa Terezinha criada por essas pessoas, alguns homens da cidade - com possibilidade de construir um outra igreja nova, moderna, agora diferente né - pensaram: "Onde? Onde fazer? Onde é que vamos fazer a igreja?". A cidade cresceu, já tinha chegado casas, algumas maiores... já tinha... porque a praça Clarimundo Carneiro da prefeitura já tinha ficado pra traz né, porque subiu a Afonso Pena já e as avenidas abertas e foram procurar terreno. Acharam um terreno onde hoje é a catedral, naquela praça, mas aquilo ali era uma praça que não valia nada porque era simplesmente um retângulo... um quadrado né, que tinha plantado várias moitas de bambu, era a famosa praça dos bambus, era conhecida assim:

-Onde é que você vai?

-Vou na praça dos bambus.

-Onde é que fica isso?

-Ah, é lá na frente na praça dos bambus...

Acharam um terreno, onde é a Catedral hoje, acharam aquele terreno ali que era de um dentista que tinha aquele terreno e um outro próximo. Ele, então vendia ou vendeu, esses homens e essas senhoras se juntaram ao padre, arrumaram recursos e compraram o terreno. Compraram o terreno e ficou o terreno lá né, porque o movimento religioso continuou todo lá naquela matriz velha.

A partir do relato do Cônego Durval Garcia que, durante muitos anos, exerceu seu ministério presbiteral na cidade de Uberlândia, identificamos elementos que foram pontuados anteriormente, tais como: a ideia de uma cidade voltada para o crescimento. Esses elementos encontravam-se presentes na prática religiosa da população católica de Uberlândia.

Os altares locados nos corredores laterais da velha matriz mostram devoções particulares que por sua vez descentralizavam o centro da fé, que no caso seria tudo o que fosse relacionado a Cristo (mesa da eucaristia, mesa da palavra, cadeira presidencial, etc). A veneração aos santos particulares mostra uma fé mais devocional e menos objetivada no Cristo. Assim, proposta moderna da prática de fé seria uma espiritualidade mais "limpa" sem "devocionismos exagerados". Contudo, verifica-se que a ideia de construir a nova Matriz da cidade de Uberlândia, surge a partir da prática em torno de um altar lateral dedicado a Santa Terezinha.

Nesse aspecto vemos no relato do Cônego Durval que as devotas de Santa Terezinha eram particularmente "às mulheres que pertenciam à elite da cidade."

Observamos que não havia a intenção de construir a Matriz de Santa Terezinha, mas, sim, uma capela para veneração a santa. A intenta hierarquia católica da cidade vê oportunidade para que se erga o novo templo posicionando-o em lugar de destaque no circuito administrativo e comercial desta urbe.

Esse fato torna-se relevante a partir do seu próprio desdobramento, ou seja, troca-se o patrono da paróquia que deixa de ser Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião e passa a denominar-se Paróquia de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face.

Na mesma perspectiva apontada anteriormente por nós, visualizamos que a hierarquia católica submete-se a troca da padroeira da paróquia vendo o empenho dos devotos em construir sua capela. Neste intento, a elite imbuída do desejo dessa construção facilitaria o erguimento da nova Matriz mesmo que para isso, tivessem que mudar o patrono da paróquia. O que aconteceu! Assim, os interesses convergem-se no desejo da Igreja de acompanhar o “progresso da cidade” então, esta não fica à margem do “progresso modernizador”, como mera expectadora.

Tal fato elucidado por Cônego Durval Garcia tona-se importante quando este sacerdote reforça o crescimento da cidade. O crescimento da cidade era algo visível e, parcialmente, consolidado, pois, era de conhecimento da população o projeto de urbanização expansionista da cidade; mencionado por nós no primeiro capítulo. Esse projeto contemplava organização, expansão e ocupação do solo do município e trazia em si o que é a imagem do traçado urbano que hoje encontramos neste local.

Para que esta empreitada de erguimento da nova Matriz fosse a cabo, foi necessário organizar um grupo que daria suporte ao projeto, e, assim, promoveria o espaço onde a nova igreja seria construída. Também como mencionado, foi comprado um terreno na Praça dos Bambus, que posteriormente foi renomeada como Praça da República, Praça Bendito Valadares e nos dias atuais Praça Tubal Vilela.

Encontrar o lugar ideal para o erguimento da igreja torna-se importante mediante o fato que a edificação da nova Matriz teria que se destacar diante do crescimento do município. O terreno comprado foi escolhido em lugar estratégico, em uma praça central, onde de todos os lados se visualizasse a edificação. Esse terreno foi adquirido de José Camilo Júnior em 1928 como nos aponta Cunha e Salazar:

Escolhido o local adquiriu do Sr. José Camilo Junior, no dia 18 de junho de 1928, pela importância de 30.000 \$000, um terreno situado na então Rua Visconde do Rio Branco, atual Duque de Caxias, no trecho que hoje corresponde à Praça Tubal Vilela, mediante um adiantamento de 5.000\$000. Por seu representante, Dr. Armante Carneiro, a Fabrica da Matriz de Uberabinha, como compradora, recebeu do proprietário do referido terreno, no dia 5 de dezembro 1928, a quantia de 25.000\$000, correspondente ao saldo devedor do valor total de 30.000\$000.¹⁷⁰

O lugar escolhido é importante, pois como explanado por nós a nova matriz foi locada no centro da cidade. A mudança da matriz para esse novo endereço demonstra-nos como a hierarquia via a necessidade de colocar-se mais próxima do movimento citadino a partir do que seus administradores caracterizavam como moderno e arrojado.

Essa construção ditará aos moradores de Uberlândia a dimensão do “progresso” que se consolidado em todas as esferas institucionais da sociedade, possibilitaria o dinamismo para a cidade de Uberlândia. Para o erguimento da Nova Matriz foi nomeada uma comissão que segundo Cunha e Salazar, era composta pelos seguintes membros:

Adelino Ferreira; Agenor Pereira Bino; Alexandre Santos; Amélia Teixeira Costa; Antonio de Rezende Filho; Ardelino Teodoro de Oliveira; Benedita Pimentel de Olhã; Cândida Chaves Teixeira; Custódio Pereira Sobrinho; Domingos de Freitas; Esther Castro; Fernando Teixeira Castro; Hermínia Zocoli Pereira; Luiz Rocha e Silva; Maria de Lourdes Ribeiro Ávila; Maria de Oliveira Savastano; Maria Figueiredo; Maria Jesuína Ribeiro; Maria Marieta Dantas; Maria Monteiro; Maria Nogueira Gomes; Mariola de Freitas Barbosa; Matilde Pinheiro Teixeira; Nedy Carneiro; Ophelia Maria Santos; Otilia Macedo de Oliveira; Ozires Rodrigues da Cunha; Sandoval Guimarães; Tito Teixeira.¹⁷¹

Com essa comissão, angariou-se parte dos recursos para a construção da Nova Matriz. O segundo passo era a contratação de um arquiteto engenheiro que projetasse a edificação. Para isso, foi contratado o engenheiro arquiteto Johannes Antonius Wiegerinck nascido na cidade de *Vorden*, província de *Gelderlandna* Holanda. Este arquiteto era afiliado a BNA, Instituto de arquitetura da Holanda, *Brancheverenigeng Nederlandse Achitectenbureaus*. Veio para o Brasil em 1936

¹⁷⁰ CUNHA; SALAZAR, op. cit., p. 87.

¹⁷¹ Ibidem, p. 88.

devido à Segunda Guerra Mundial por ser opositor ao nazismo. Fixa residência no Triângulo Mineiro, a convite dos Padres dos Sagrados Corações os quais eram da Congregação de uma província advinda da Holanda, seus membros em maioria eram holandeses. Estes padres atuaram em inúmeras paróquias no Triângulo Mineiro como em Patrocínio ao administrar a Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio e o Colégio Dom Lustosa, em Romaria ao administrar o Santuário Nossa Senhora da Abadia, em Estrela do Sul ao administrar a Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens e em Araguari ao administrar a Paróquia São José e o Colégio Regina Pax.

A partir destas informações pressupomos que devido aos padres dos Sagrados Corações estabelecerem-se nesta região e sendo Johannes Antonius Wiegerinck compatriota dos mesmos estes padres abrem caminho, pois neste período uma das obras administrada por estes religiosos, a igreja de Romaria, passava por profunda mudança arquitetônica. Assim, era de conhecimento dos padres da região a presença do arquiteto engenheiro Johannes Antonius Wiegerinck que foi convidado para complementar, ou seja, finalizar a nova edificação em 1938. Este, então, foi convidado pelo administrador da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo para elaborar o projeto da Nova Matriz de Uberlândia.¹⁷²

A benção da pedra fundamental foi realizada no dia 25 de junho de 1933 e presida pelo bispo diocesano D. Frei Luiz Maria de Sant'Ana segundo ata do Livro de Tombo. Abaixo descrição de como foi celebrado este momento pela comunidade católica de Uberlândia:

Aos vinte e cinco dias do mez de junho de 1933, do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Chisto, sendo chefe supremo da Igreja Cathólica, S.S o Papa Pio XI; sendo o cardeal brasileiro, Sua Eminencia D. Sebastião Leme; Bispo de nossa diocese – Uberaba - D. Luiz Maria de Sant'Atanna; Vigário da Parochia, Revmo. Pe. Albino Figueiredo Martins de Mirand; chefe; chefe da Republica, o Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, na qualidade de Revolucionário-provisório; do Estado de Minas Geraes, o Exmo. Sr. Lucio Libanio, sendo ainda autoridade judiciária da Comarca, o Exmo. Sr. Juiz de Direito, Dr. Arnaldo Orlando Teixeira de Moura, à praça da República, nesta cidade, com uma numerosa assistência, da qual se destacavam incorporadas as seguintes associações religiosas: [...] inicio-se, depois de uma imponente procissão levada a effeito da Igreja Matriz a praça acima citada, onde por piedosos e distintos

¹⁷² WIEGERINCK, Jan. **Carta ao Pároco da Catedral de Santa Terezinha, Pe. Olimar Rodrigues.** São Paulo, 14 de abril de 2011.

cavalheiros do nosso meio social, foram conduzidos os andores de Santa Therezinha e o que trazia a pedra fundamental, a significativa cerimonia, cujo título serve de ephigrafe à presente acta. O Exmo. Sr. Bispo D. Luiz Maria de Sant'Anna que officiou e foi conduzido debaixo do palio, procedeu então a benção do local, fazendo o lançamento da pedra fundamental, constituída por uma urna de cimento armado encerrada em um cofre metálico. Neste cofre foram depositados diversos documentos preciosos: os jonaes que se editam nesta cidade – “A Tribuna” e a “Penna”, o “Estado de Minas Geraes” e o “Minas Geraes”, da imprensa de Belo Horizonte – “O Lavoura e Commercio” e o “Correio Catholico”, da imprensa de Uberaba – um autographo da Commissão abaixo assignada, cartões, flores naturais, etc, etc. Em seguida foi executado pela banda, o Hymno Nacional e cantado pelas creanças o hymno de S. Therezinha. Fallou depois o motivo da festividade do dia o sr. Dr. Arnaldo Orlando Teixeira de Moura, ilustre juiz de direito desta comarca, cujo o discurso, quer pela forma ou pelos substanciosos conceitos nelleemittidos, provocou aplausos geraes. Terminando a festividade usou da palavra o nosso querido mui illustre Bispo que como sempre empolgou o auditório, produzindo uma oração bellissima e sublime sobre o acto. Dada por concluída a cerimonia foram inúmeros os donativos recebidos da assistência, com especialidade dos paraninfos e madrinhas. Não havendo mais o que se tractar, foi mandado encerrar esta, que vae devidamente assignada pela comissão e por diversas pessoas presentes à cerimonia. Eu Olivio Silva. Secretário a escrevi. Seguem as assinaturas: + Frei Luiz Bispo diocesano, Pe. Albino Figueiredo Martins de Miranda, Arnaldo Orlando Teixeira de Moura, Pe. Eloy Keesscc, Pe. Sebastião Luiz de Araujo Gomes, Pe. Paulo ssc, Pe. Agostinho Von Velsenssc, Francisco Elias Barbosa, Abelardo Moreira dos Santos Penna, Dr. Leopoldo de Castro, Luiz Ribas, Joaquim Fonseca e Silva, Clarimundo Carneiro, Olívio Silva.¹⁷³[sic]

Esse evento coloca os grupos da cidade atentos ao que ocorria em seu seio, a imprensa escrita anuncia e destaca os acontecimentos como veremos abaixo em nota convite a população para a benção da pedra fundamental da nova Matriz feita polo jornal *A Tribuna*:

Dia 25 do corrente, segundo estamos informados, será lançada a pedra fundamental da Igreja de Santa Therezinha. Com a presença de s. exa. D. Frei Luiz, ás 13 horas, partirá da igreja Matriz, em procissão, o andor da Santinha de Lesieu, com a referida lápide, que será conduzida até o local em que há de ser lançada. Esse local, como se sabe, é a Praça da Republica, revestindo-se o acto de toda solenidade pela presença de todas as autoridades e irmandades religiosas. Falará por essa ocasião o exmo. Sr. Dr. Arnaldo de Moura, orador oficial da cerimonia.¹⁷⁴[sic]

¹⁷³DIOCESE DE UBERLÂNDIA, op. cit., p. 33.

¹⁷⁴**A TRIBUNA**, Uberabinha, 11 jun. 1933, Anno XIV, n. 696, não paginado.

Também sobre o processo de organização do espaço da cidade que receberia a nova edificação ocorreram pequenos entraves que logo foram solucionados, pois existia a junção de forças para que nada impedisse o início das obras de construção da nova Matriz. Abaixo nota do jornal *A Tribuna*:

A comissão respectiva marcou para o dia 25 do corrente o lançamento da pedra fundamental desse tempo. Na primeira reunião do Conselho Consultivo não ficou resolvido o caso da Igreja Santa Therezinha. Não havia razão alguma para a demora desse despacho. A comissão encarregada de pedir o local ao Conselho queria uma resposta – sim ou não, mas contanto que fosse com urgência por que como se sabe terá que lançar sua pedra até o dia 25, seja aqui ou ali. Segundo consta falou-se até em prazo para dar-se tal resposta, Ora, ao formular o seu pedido, a comissão disse peremptoriamente que não vinha discutir direitos nem queria esperar resoluções, o que pleiteava era o *placet* administrativo. Agora somos informados de que o sr. Prefeito nomeou um relator, que dará o seu parecer, medida que nos parece justa, contanto que se reúna logo o Conselho afim de resolver-se o caso antes do lançamento da pedra. Attente os srs. Membros para as assinaturas que lhes solicitam um sim ou um não e cumpram os seus deveres, discordando ou concordando com o pedido, mas dentro da orbita da consideração que lhes deve merecer os nomes que o subscrevem.¹⁷⁵[sic]

Notamos a partir das últimas citações acenadas por nós que, muitos dos nomes encontrados, nesses documentos, fazem parte dos grupos que governavam a cidade. Assim, concluímos que as elites uniram-se para viabilizarem a construção da nova matriz.

Nessa conjuntura, verifica-se que a Igreja Católica possuía certa acolhida por parte das elites uberlandense. Observa-se que, em muitos momentos, essa instituição está presente nos eventos sociais, assim, também observamos que as autoridades civis e a elite econômica compõem o quadro de engajamento pastoral da Igreja. Como supracitado aponta-se o juiz da comarca Dr. Arnaldo Orlando Teixeira de Moura, Tito Teixeira empresário criador da Companhia de Telefonia Teixerinha, posteriormente esta se torna (CTBC) Companhia de Telecomunicação do Brasil Central, Clarimundo Carneiro empresário da cidade, entre outros nomes.

A partir de seu papel dialógico, a Igreja Católica agrega em torno de si, agentes sociais pertencentes às elites da cidade. Salientamos que para a efetivação

¹⁷⁵A TRIBUNA, Uberabinha, 18 jun. 1933, Anno XIX, n. 698, não paginado.

da nova Matriz existiu um esforço conjunto, pois, em pouco tempo levou-se a término as obras de construção do novo templo.

Ao visualizar a construção da nova matriz por essa ótica entendemos que os grupos que geriam a cidade de Uberlândia unem-se não só pelo dado da fé, mas também pelos interesses de tornar este local mais atrativa sob os moldes de modernização. A imagem da nova Matriz denotará em sua arquitetura a aparência moderna. Confirmamos mais abaixo essa visão sendo reforçada pelos jornais da época.

Aludimos, novamente, que as ideias de “progresso” provindas da visão expansionista do governo de Getúlio Vargas tornaram-se forte na organização dos municípios do interior do Brasil. Desse modo, veem-se registrados, no dia do lançamento da pedra fundamental da Nova Matriz de Uberlândia, os nomes das autoridades máximas do Estado, e esses assinalados com reverência pelo notário desta ata.

A Igreja Católica não está alheia a esta movimentação, ou seja, os princípios modernizadores seduzem-na. Esses objetivos são difundidos, principalmente, pelos agentes públicos. Constatamos que a igreja vincula-se à ideia de “progresso”, pelo menos no que diz respeito à arquitetura e demarcação de seu lugar social, percebe-se, assim, forte aproximação entre a Igreja, autoridades civis e elite econômica nessa cidade.

No decorrer da construção da nova Matriz, observam-se muitos esforços empreendidos para a finalização do novo templo. A forma mais recorrente para angariar fundos foi a promoção de quermesses que aglutinavam a população em um único fim à construção do novo templo. Abaixo artigo do *Jornal de Uberlândia* apresenta resultado de um desses festejos:

Sob os melhores auspícios tiveram início terça-feira última, os festejos de agosto, em favor das obras da igreja de Santa Terezinha. Como complemento se desenvolvem as noitadas das barraquinhas que se inauguram naquele dia, com a presença de elevado número de populares. A barraquinha Sertaneja ao ensejo, ofereceu à imprensa um magnífico <<drink>>. Em nome da comissão diretora falou dr. Cicero Macedo, que num eloquente improviso, disse das finalidades do certamente louvado apoio dos jornais e do povo católico de Uberlândia. Além dos representantes de imprensa estiveram presentes o rvm. Vigário da paróquia, cônego Eduardo Santos, acompanhado do seu coadjutor e diversas pessoas gradas. Agradeceu aquela homenagem, nosso confrade Licídio Paes. Findo o

ato inaugural o sr. Aristides Figueiredo, diretor da Radio Difusora PRC 6, que faz parte da comissão promotora dos festejos, em à parte, como grande parte, como grande amigo da classe, ofereceu aos jornalistas presentes, uma taça de champanhe. Nessa mesma noite fora também inaugurada a barca Baiana, sob os auspícios de elevado numero de pessoas grandes, às quaes foram oferecidos licores e doces. Apesar da crise opressora, o movimento noturno da praça Antônio Carlos é intenso e animador.¹⁷⁶ [sic]

Associado a dinâmica das festas e promoções que fizeram para angariarem fundos em prol da construção da igreja, percebemos que o fato de organizar e aglutinar pessoas em torno de um mesmo objetivo é visto como movimentar ideias não apenas a de construir a nova Matriz, como ainda propagar as ideias do progresso. Então, vinculam-se pessoas à construção do novo templo, pois este lugar tornou-se propício para a difusão do ideal modernizador muito presente na cidade. Construía-se um “monumento”; marco simbólico que agrega síntese de um ideário de progresso. Assim, a imagem do progresso é ditada a todos os moradores da cidade de Uberlândia. Quando olhamos para as festas populares (quermesses), observamos que seus frequentadores são de todas as classes sociais, isto é, a quermesse é um lugar de sociabilidade onde qualquer indivíduo pode participar. As festas de igreja possuem essa característica todos que ali chegam são acolhidos e, também, acolhem ideias ou pelo menos imbuem-se dessas. Na perspectiva de difusão de ideais este “espaço” Matriz de Santa Terezinha ainda não acabado, materializa a modernização e difunde de muitas formas, quão importante é, a imagem do “progresso modernizador” para a cidade.

Diante disso, compreendemos o valor da Igreja Católica para o projeto ideário de modernização da cidade de Uberlândia. Há reciprocidade entre as elites política, econômica e religiosa, pois essas se unem para um feito que demarca o espaço, ao transmutarem a paisagem da cidade a novo ares de modernidade. A Igreja serve-se dos aparatos modernizadores das elites, mas também as elites utilizam-se do contributo da imagem desta instituição para o fortalecimento do projeto de “progresso” na cidade em consolidação.

Neste jogo em que ambos os lados (Igreja e elites) posicionam-se para demarcar o espaço urbano, a imagem de cidade do interior do Brasil é transformada a partir de mudanças que não param até o presente. Essa cidade constituiu e

¹⁷⁶ AYUBE, José. Festa das Barraquinhas. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, 08 ago. 1941, ano 3, n. 199, p. 01.

sempre constituirá a necessidade de remodelar-se para que prevaleça a imagem do “progresso”. Há uma constância em modificar-se na forma de “higienizar” o que denota sujeira; o velho. Sendo assim, a cada tempo as instituições unem-se no espectro de uma sociedade que foi desde sempre legada a ser grande e próspera pelo ordenamento de seus moradores que devem, a todo custo, demonstrar a aparência de lugar ordeiro, limpo, moderno e preparado desde seus fundadores para a grandiosidade.

Portanto, o contexto em torno da construção da nova Matriz da cidade de Uberlândia torna-se complexo, porque não se trata somente de erigir nova edificação que acolha os fiéis católicos, como ainda da ampla conjuntura de interesses na busca de nova leitura e conformidade da cidade grande que vai se torna Uberlândia.

O decorrer da construção, ou erguimento dessa edificação gera ansiedade na população mesmo sendo concretizada em curto espaço de tempo. Por isso, os jornais da cidade sempre apresentavam informes do andamento da obra como se vê no artigo do jornal *Correio de Uberlândia*:

Prosseguem com regularidade a construção da nova matriz de Sta. Terezinha. Os trabalhos que estão sendo dirigidos pelo sr. Conego Eduardo dos Santos, já dão futuro templo da santa dileta um lindo aspecto que nos traz aos olhos antecipadamente, uma versão do seu esplendor futuro.¹⁷⁷ [sic]

Nessa mesma perspectiva de informar, mas também de reforçar o ideário do progresso e modernização o jornal *A tribuna pública* sobre os andamentos das obras de construção da nova Matriz de Santa Terezinha:

“A alma bondosa do povo de Uberlandia” Abrindo-se o folheto mandado para imprimir pelo rvmo. Conego Eduardo Santos, sobre os resultados da kermesse que se realizou aqui em beneficio das obras da Igreja de Santa Therezinha, pode-se ver o que seja o coração bondoso do nosso povo, que concorreu para essa obra de maneira a mais tocante. [...] “Excedeu os cálculos mais optimistas a Kermesse realizada em beneficio das obras da Igreja de Santa Therezinha em Uberlândia em Agosto de 1939. Apesar da situação pouco animadora proveniente da diminuta produção agrícola, no entanto foi tal a boa vontade e entusiasmo, que os trabalhos produziram o resultado

¹⁷⁷ OLIVEIRA, Ari de; OLIVEIRA, Alves. Vida Católica. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 08 ago. 1940, ano III, n. 505, p. 01.

surpreendete de cerca de 250 contos. Duzentos e cinquenta contos. [...] Queremos que nos mostrem um exemplo que exceda a este, no Brasil, comprando-se com as condições de riqueza e com numero de habitantes de nossa terra. São fatos assim que entusiasмам e prendem os espíritos mais dignos e justos a uma terra como Uberlandia onde o sacrifício do povo sempre soube ser assim digno de admiração e de enaltecimento. [...] A lição, quer como sentimento de religiosidade, quer como sentimento de patriotismo não pode ser mais edificante e ao ler o folheto que nos ofereceu conego Eduardo, nos sentimos enlevados e crentes ainda uma vez nas ótimas realizações de um povo que ergue um templo caríssimo, de um só folego, tendo em sua fisionomia, quer física, quer moral, o semblante de quem está disposto a maiores e mais exemplificantes sacrifícios em bem de sua pátria e de sua religião. Congratulações ao povo de nossa terra.¹⁷⁸ [sic]

A partir da construção da nova Matriz de Uberlândia, compreendemos a radiografia de como estava a conjuntura econômica da cidade. O relato indica diminuição da produção agrícola, entretanto, os rendimentos da festa foram satisfatórios, devido ao constante reforço da união de seus habitantes que levanta o templo em um só folego, O autor do artigo, ainda, traz o sentimento patriótico e religioso lado a lado, e a isso se junta a ideia de sacrifício que é citado duas vezes por este. Vale ressaltar que quem se sacrifica são os que têm pouco, ou seja, quem tem muito oferece o excedente, o que tem pouco oferece em sacrifício, dando o que pode lhe fazer falta. Nessa, ideia percebe-se que as classes menos abastadas, também contribuíram para a obra de construção da nova Matriz da cidade. Relembramos aqui que esse fato foi destacado no primeiro capítulo quando apontamos a utilização do sentimento religioso para a construção do projeto do progresso modernizador e disciplinarizador nessa cidade.

Nesse intento, possibilita-nos aprofundarmos o significado desta nova Matriz de Uberlândia por meio da próxima citação. O título do artigo: “As obras da Igreja”, publicado pelo jornal *A Tribuna*:

Não precisamos dizer que púnhamos as nossas duvidas quanto asseveramos que o povo desta cidade **levantaria o seu monumento**, de uma vez só, para provar a sua enfiatura e atender ao apelo **deste verdadeiro apóstolo em boa hora nos foi mandado, o sr. Conego Eduardo**. É necessário alimentar o fogo sagrado e não deixar que se arrefeça a luz desta lâmpada – o amor de Uberlândia. Por este amor todos padecem, todos sofrem muitos

¹⁷⁸A TRIBUNA, Uberlândia, 22 fev.1940, Ano XXII, n. 1379, não paginado.

dissabores, mas tudo isso é preciso que não tenha outro ressaibo que não seja aquele do spartano que declara: eu só sinto é não ter mais uma vida para da-la em honra e favor de minha pátria. **Que neste ponto a nossa pátria seja Uberlândia** e que o tempo das artes seja aquele de fé e religiosidade que conego Eduardo eleva com o ouro desta cidade, com o seu trabalho e a nossa boa vontade. **Não desejamos, absolutamente, ofender a quem quer que seja quando nos entusiasmos pela maior e mais portentosa obra que Uberlandia vai possuir dentro de dois anos.** O que desejamos é ve-la concluída com o concurso de seus filhos e daqueles que sempre tiveram por esta terra uma reconhecida boa vontade. Nunca contrariamos iniciativa alguma nesta cidade e sempre aplaudimos com este entusiasmo que não é em nós fingido. **Ahi estão as nossas coleções. Assim foi quando pedíamos um templo para a nossa Camara Municipal. Assim foi quando pedimos um templo para a nossa justiça, e, no dia em que lançamos a pedra fundamental do nosso Forum, o nosso regozijo foi tão grande como só o podem avaliar os que nos viram ali, falando ao povo. Entretanto o dinheiro ahi empregado não vinha diretamente do povo. Não era um esforço só uberlandense. Era o governo que construía.** O sangue havia sido transfundido. Aqui é nosso sangue que corre por aquelas vigas de ferro e sobre e desce por aquelas eslingas de ferro que solificam o grande templo, razão do nosso orgulho e da nossa admiração. **Um povo que constrói um templo** é um povo digno de admiração. É grande porque capaz, é capaz porque tem em si as qualidades que faltam àquelles incapazes de obras tais. Dahi a distinção. Povo de Uberlândia nós te saudamos **do alto das torres da grandiosa obra** que tem por maior operário esse apostulo de batina russa, chapeo amarrotado e alma brilhante como o sol de nossa terra, na hora em que se abrem os alicerces para o frontispício da mesma.¹⁷⁹ [sic] [grifo nosso]

A citação supracitada aborda, em síntese, dados tratados por nós no decorrer deste trabalho, auxiliando-nos assim, na compressão e no aprofundamento de tais constatações. Verificamos, nesta citação, a dinâmica do projeto de progresso e modernização no que foi materializado, e que, ainda, seria estabelecido como projeto de modernização da cidade de Uberlândia. Apontaremos abaixo estes aspectos a partir dos grifos feitos por nós na citação acima.

Nesse artigo, vemos que o autor exalta o amor pela cidade, ao observar este componente vê-se que a ideia é enfatizada por meio de elogios afetuosos, com o propósito de agregar maior número de pessoas ao projeto ideário de progresso. O ideal progressista carece de compartilhamento, de atores sociais que o universalizem, pois a ação coletiva vista na construção dessa edificação é apresentada como sendo da cidade e feita, pelas mãos em coesão e junção de seus

¹⁷⁹A TRIBUNA, Uberlândia, 22 out. 1939, Ano XXII, n. 1348, não paginado.

habitantes. Assim, vê-se a ênfase dada no reconhecimento da sociedade uberlandense, que é organizada e funciona sob o sistema da participação de todos. Esse discurso apresenta-se como reforço do imaginário social em elogios ao povo imiscuído na alocução de exaltar os monumentos anteriormente construídos; Câmara Municipal e Fórum. A ênfase dada apresenta a construção da nova Matriz sendo erigida a partir de recursos dos próprios habitantes da cidade, enquanto os prédios públicos (Fórum e Câmara) foi governo que os construiu, ao repassar os fomentos. Ainda percebemos a validação da ideia de grandeza nesse feito nos dizeres do autor, a “mais portentosa obra de Uberlândia”.

O soerguimento da Matriz de Santa Terezinha marca o tempo para a população, pois o templo erigido é visto como marco símbolo monumental. Nessa alusão à grandiosidade do monumento apresentada pelo autor do artigo avigora a ideia de participação e anestesia, ao mesmo tempo, a culpabilidade do apagamento da memória (derrubada da velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo).

As vigas de ferro, o sobe e desce das eslingas para içar os materiais a altura tão elevada da torre, são dados importantes e mostram o material diferente que é utilizado para o erguimento da igreja, ou seja, não se usa adobe, mas ferro e outros materiais modernos na construção desta edificação. A altura da torre sobrepõe-se, pois passa essa a ser a mais alta edificação da cidade.

Ao vermos as duas imagens abaixo, podemos fazer leitura parcial do impacto desta nova construção Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus, na praça da República, hoje Tubal Villela. Essa praça passou a ser centro de confluência para os moradores de Uberlândia, onde grandes manifestações aconteceram. Este espaço adquiriu ares de referência e é compreendido com características inovadoras, pois tornou-se uma vitrine.

Antes de fazermos a análise das fotos acima, temos que salientar o que há por trás de toda a movimentação em organizar o centro da cidade, a partir da nova imagem arquitetônica, em especial esta praça.

Partindo do conceito de modernização, compreendemos melhor o significado da praça no contexto de intervenção urbanística na cidade de Uberlândia. Como vimos no capítulo I de nosso trabalho, o progresso é algo perseguido pelas elites políticas e econômicas do município, a imagem do belo e higienizado é parâmetro para os que regem essa urbe, como ainda é constante a busca para superar o atraso e expandir a visão de cidade ordeira, lugar civilizado que se coloca integrado

em âmbito nacional e, ainda, em consonância com as grandes metrópoles. O desejo é ter uma cidade moderna como símbolo do progresso para a região, ou seja, um novo olhar sobre o espaço urbano provindo do capitalismo. Este novo olhar é provocativo para os que o visualizaram com nova roupagem, o que, muitas vezes, impacta o primeiro olhar, mas, na verdade, transmite palidamente a aparência de modernização.

Assim, a partir da arquitetura conjecturamos a leitura da cidade e seu movimento histórico, em que se percebe, em sua fisionomia, um novo traçado como nos aponta Antonio Ricardo de Calori de Lion:

A arquitetura é um dado muito importante para análise e reflexão destes contextos, pois além de compor as ferramentas e linguagens que dariam forma às mudanças citadinas; também constituiria a nova fisionomia daquele presente, instituindo o passado que seria lembrado daquele tempo do espaço urbano.¹⁸⁰

Sendo assim, a arquitetura e urbanização apresentam-se como marco importante para os habitantes da cidade de Uberlândia, e, também, a Nova Matriz de Santa Terezinha que se torna marco simbólico de modernização e mudança na fisionomia da cidade, constituindo-se naquele tempo balizado progresso crescente no município.

Na modernização que visualizamos a partir do conjunto arquitetônico da praça Tubal Villela, em especial a edificação Matriz de Santa Terezinha, o pleito de modernização não traz em si marco de rupturas, talvez apenas ruptura estética que não denota a mudança dos costumes morais e éticos, em sua totalidade, junto às elites. Nessa perspectiva, há somente a mudança de roupagem, ou seja, a elite econômica e política permanecem no poder ao manipular pseudomodernização. Assim sendo, o que vemos é a manutenção de grupos no poder. Este gosto pela modernização está presente na configuração das elites oligárquicas que desejam manter o poder e apresentar os espaços urbanos como nova vitrine do homem polido.

O século XX se anunciava e o Brasil caipira se tornava palco destacado de várias mudanças. [...] Varias eram as marcas de inspiração da *Belle Époque*, destacando-se, porém, o apreço pelos

¹⁸⁰ LION, Antonio Ricardo Calori de, op. cit., p. 20.

novos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Com maior ou menos investimentos.¹⁸¹

As mudanças percebidas na nova urbanização da cidade de Uberlândia vão ao encontro da ideia de modernização bucaneira, ou seja, um Brasil caipira que busca a partir do capitalismo abraçado pelas elites política e econômica firmar-se, ao assenhorar-se e beneficiar-se da máquina estatal. Trazem para si, desse modo, o mérito do crescimento modernizador para o qual não fizeram grande esforço.

Para compreendemos melhor esta visão, traremos abaixo foto da Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e, por meio dela, analisaremos o impacto desta edificação no espaço central da cidade.

FIGURA 4 –MATRIZ DE SANTA TEREZINHA (1940)

FONTE: ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA

Ao observar à esquerda, a seta de número um, vemos na fotografia a edificação que abrigou o Fórum de Uberlândia. Sobre esse prédio, Marileusa de Oliveira Reducino afirma:

[...] fórum de Uberlândia inaugurado na década de 1920 o qual permaneceu na rua Duque de Caxias até a década de 1970 quando foi vendido pelo poder público na gestão do então prefeito Virgilio Galassi, para a Caixa Econômica Estadual, não como

¹⁸¹ DOIN, José Evaldo de Mello et. al., op. cit., p. 99

edificação mas praticamente como um terreno, pois em seu lugar foi erguido um arranha-céu desta entidade estadual[...].¹⁸²

FIGURA 5 – FACHADA DO ANTIGO FÓRUM DE UBERLÂNDIA

FONTE: **Caminhos do Cerrado** (blog). Disponível em: <<http://cerradomineiro.blogspot.com.br/2011/08/uberlandia-de-antigamente-parte-1.html>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

A partir desta indicação, vemos que este prédio traz em si as características neoclássicas que durante muito tempo nortearam as edificações de cunho público. Essa arquitetura do Fórum destoa de uma arquitetura moderna no sentido empregado nas décadas de 1930. Ao analisarmos o conjunto arquitetônico do entorno da Matriz de Santa Terezinha, que na foto é apresentada em construção, notamos elementos que respondem ao processo de modernização e progresso desta cidade.

O primeiro elemento marcante é a praça que é vista à frente da matriz. Tal praça mostra-se com ornamentações de jardinagem baixas e aspecto de limpeza acentuado, o que é relevante, porque define as compreensões higienistas e disciplinadoras da época. Apesar disso, é preciso acrescentar que a ideia de

¹⁸² REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **Uma praça e seu entorno**: plasticidades efêmeras do urbano Uberlândia – Século XX. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. p. 72.

higienização e disciplinarização estão interpoladas. A praça reflete não só uma ideia de limpeza, como também organização urbanística, mas em um ordenamento social, como mostramos outras vezes.

O segundo elemento é a própria construção da Matriz de Santa Terezinha. Os elementos empregados, em sua arquitetura, denotam uma mudança de época. Isso se vê na configuração de suas linhas retilíneas, que destoam das linhas arquitetônicas do período Neoclássico. Embora preservasse a identificação religiosa, ou seja, as características dos templos da Igreja Católica Apostólica Romana. As linhas arquitetônicas do período moderno têm recorte mais definido e são designadas como mais “limpas”, por refletir a objetividade e a higienização da própria modernidade. Em relação às outras construções do entorno, vê-se, que ao lado direito da foto, as edificações preservam características tradicionais, que divergem das do novo prédio da Matriz. Entre a Matriz e o Fórum, ainda, é possível destacar que as construções têm princípios de verticalização que, por sua vez, é completamente superada pela torre da Matriz, sendo que esta exponencial característica tornou-a o prédio mais alto da cidade, como mostraremos na próxima imagem.

FIGURA 6 - PANORÂMICA DO CENTRO DE UBERLÂNDIA NA DÉCADA DE 1940

FONTE: **Gazeta do Triângulo**. Disponível em: <<http://gazetadotriangulo.com.br/tmp/edicao-uberlandia/a-catedral-de-santa-teresinha-e-seus-bancos/>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

Essa imagem acima apresenta-nos visão panorâmica do novo centro da cidade de Uberlândia. O que nos chama a atenção são as avenidas largas e longas conectando vários pontos da cidade. Ao lado direito da Matriz, está a Avenida Floriano Peixoto e ao lado esquerdo, por sua vez, a Avenida Afonso Pena. Voltamos, assim, a visualizar a praça e o antigo Fórum e o que mais se destaca é certamente a altura da torre da Matriz que é vista de todos os lados da cidade, bem como o seu relógio com quatro faces, ao marcar a hora do labor e das libações, do ordinário e do extraordinário que o rito litúrgico contemplaria. Como mostramos, o aspecto da verticalização é notório nessa imagem. Já os outros prédios não são tão altos quanto ela. Essa verticalização exponenciada na arquitetura não reflete apenas a ideia de Sagrado que se deve alcançar ou atingir, pois o que a torre transmite enquanto arquitetura é o seu simbolismo de “perfurar” os céus e indicá-lo, mas há a marcação de território destacado como lugar de poder e imponência. Além disso, a verticalização das construções é elemento característico da nova urbanização moderna. Mais uma vez, ressalta-se a ambiguidade que apontamos quanto às arquiteturas: são lugares em que se passam, em que se encrustam, por assim dizer, não só conceitos de arte, mas também conceitos político-sociais de uma época.

No intuito de estabelecer a compressão do grande movimentar de forças para o levantamento deste templo, como afirmado em nosso trabalho a partir do que foi encontrado em documentos, ainda traremos três artigos do Jorna *A Tribuna* abaixo:

O primeiro datado do dia 22 de setembro de 1940 é intitulado “Pronta a cúpula da torre da igreja Sta. Theresinha”.

Agora estamos crenes que as obras da Igreja de Santa Theresinha serão concluídas sem qualquer interrupção. Os católicos de Uberlândia chamam a isso milagre e nós temos que os acompanhar nessa crença augusta da alma dos **místicos que tudo consegue pelo lado pacato e bom.** O homem não teria, efetivamente, necessidade de ser **apressado ou violento.** A sua vida se encurta, os seus haveres sofrem revezes, pelo lado vertiginoso que ele prefere ao lado calmo, aconselhado por aquele ditado que diz: **Devagar se vai ao longe.**¹⁸³[grifo nosso]

Mais uma vez salienta-se como vemos, na citação acima, que a construção foi erguida sem interrupção até seu término, o que caracteriza o quanto esse projeto era importante para a cidade de Uberlândia. Conforma-se no artigo o discurso do povo ordeiro, bom e pacato, porém, rechaça-se o que é violento; e este visto como

¹⁸³A TRIBUNA, Uberlândia, 22 set. 1940, Ano XXII, n. 1433, não paginado.

negativo e, ainda, realça-se que “devagar vai-se longe.” O projeto de progresso tem sua velocidade controlada e arroja-se a longo prazo.

A segunda publicação datada do dia 17 de outubro de 1940, intitulada “As obras da Igreja de Santa Theresinha” essa aborda os mesmos elementos apontados anteriormente, segundo Jornal *A Tribuna*:

Para notar-se a boa vontade do povo desta cidade para com esse **empreendimento que será o nosso maior orgulho**, isto é, será motivo do nosso maior conhecimento, porque representará, efetivamente, **o quanto ama nossa iniciativa para as obras que se prendem a esta cidade**, basta ver-se os balancetes das ultimas festas aqui havidas, cujos saldos foram empregados nessas obras. Mais de uma vez temos asseverado que, si o poder da vontade nosso ilustrado vigário, rvm. Conego Eduardo, foi indescritível, atestado por essa construção, não menos é a liberalidade desse povo que o ajudou, arcando com uma responsabilidade financeira admirável, não só **pelos soma vultuosos como pela presteza com que foram as mesmas entregues**. Este facto que será, mais tarde, e não muito tarde, divulgado em letras de forma, é digno de todo encomio **e nós o havemos de assinalar de maneira a distinguir aquelles que com esse gesto fizeram por esse monumento o que o permitiam as suas forças, a par de sua boa vontade.**¹⁸⁴[sic] [grifo nosso]

O entendimento da dinâmica da construção da nova matriz de Uberlândia passa pela constância do discurso enaltecedor do lugar, ao ressaltar o empenho do povo, bem como o registrar da dinâmica social vivida pela população. O discurso do progresso está sempre presente e para que se consolidasse havia a necessidade de que a população, objetivamente, estivesse envolvida, assim todos os meios – elites, imprensa escrita e Igreja – são aparelhados para dizer de forma uníssona a mesma ideia.

A conclusão abaixo feita pelo Jornal *A Tribuna*, mostra a significância do templo e o significado da junção de esforços da população para o projeto de progresso materializado nessa urbe em um monumento que marca o espaço urbano registra-o no tempo do “progresso”:

Sem nenhuma interrupção de continuidade, desde o inicio das obras – que datam já de dois anos – prosseguem os serviços da construção desse majestoso templo católico, que o espírito religioso

¹⁸⁴A TRIBUNA, Uberlândia, 17 out. 1940, Ano XXII, n. 1440.

de nosso povo resolveu levar a efeito, secundado pela ação dinâmica do nosso estimado e virtuoso viagariossr. Conego Eduardo Santos. Já agora na sua fase final, pode-se assim considerar, com a terminação em breves dias do ajustamento do forro do teto, em toda a nave principal e partes laterais, restarão, para a conclusão final do templo, os serviços de caiação, pintura, ladrilhamento, vitrais, etc, estando, portanto, terminados os serviços mais custosos e que demandaram maiores sacrifícios.¹⁸⁵

No dia 25 de dezembro de 1941 foi inaugurada com grandes festejos a nova Matriz de Uberlândia com intensa programação. O desfecho de um processo que se apresenta como um marco do feito na cidade. O Jornal local *Correio de Uberlândia* traz:

Um belo programa de festejos para a inauguração do suntuoso Templo de Santa Terezinha, está organizado desde hoje, data do nascimento do Menino Jesus, programa vasto, abordando os dias entre 23 de dezembro corrente ano e 1º de janeiro vindouro. As solenidades da inauguração do Templo de Santa Terezinha, são motivos de júbilo, geral da população cristã de Uberlândia, pois culminam o grande poder edificador do espírito religioso. Quando por todos os lados da Terra os materialismos alastram-se fulminando a crêncã da espiritualidade, arrasando civilizações outrora tranquilas sob a influência religiosa, a pretexto de obedecer-se um ciclo evolutivo, ciclo esse forjado nas confabulações donde nasceram as maiores tramas contra a Paz Universal, assistir-se ajuda aos monumentais resultadosduma cooperação tão estrêita e de tão elevados proveitos, como a obra em caso, é uma demonstração de que, longe daquelas civilizações que se presumem genetrises da do Novo Mundo, nas américas vive uma grande esperança de salvação do Mundo. [...] O povo que erige altaneiros campanários, parece querer expressar a própria altivez vitoriosa através dos tempos. E aquela altanaria da torre do Templo de Santa Terezinha, é a expressão soberba de tudo quanto pulsa dentro da alma uberlandense.

Suas características exteriores são gigantescas. Altura da torre – 46 metros; largura do templo – 50 metros; 8 altos falantes, com aparelhos de funcionar discos de carrilhão sensível; 10 ricos vitrais gravados a fogo na Casa Conrado, s. Paulo, que forneceu a vidraça utilizada na construção; portáis em ótimo balsamos. Toda a estrutura arquitetônica é em concreto armado, gastando-se ai 80 toneladas de ferro e 5 mil sacos de cimento, ou sejam 8 ou 9 vagões lotados. No alto da torre foi instalado pela Municipalidade um relógio gigantesco, adquirido por intermédio da Relojoaria Merola, á firma de S. Paulo, VitalinoMicchellini, e medem diâmetro 3 metros, de repetição, com quatro mostradores iluminados. Suas linhas simétricas, traçadas sob a técnica insuperável de um engenheiro suíço, são dos mais bÉlos efeitos, imagináveis, dada a expressão que contem. Internamente,

¹⁸⁵A TRIBUNA, Uberlândia, 10 jun. 1941, Ano XXII, n. 1509, não paginado.

tudo é assombrôso, e tem-se a impressão que, toda aquela cúpula ou nave formidável e demasiado gigantesca para caber dentro do espaço; as dimensões são todas agigantadas, como se pode deduzir do seguinte: nave central ou grande corpo, comprimento de 35 metros por 12 largura em vão livre, com quatro colunas de bancos de 2 metros e amplos corredores em numero de 3 por onde transitarem os fiéis; acapela-mor, mede 10 de comprimento por 9 de largura, e a sua náve é também espaçosa, alta e suntuosa. Sua iluminação, toda embutida, consta de luz indireta, com mais de 500 lâmpadas, sendo que dezenas em globos luminosos e outras tantas em lustres riquíssimos, completando as magnificências daquela obra monumental. Muito importante, a grande cripta em toda a extensão da capéla-mor, amplamente ventilada e iluminadas, destinada a reuniões e catecismos e outros atos relativos à vida religiosa. No dia da inauguração, hoje, dessa magestosa realização lembra-se com profunda gratidão daqueles que, ombreados à frente do empreendimento, tomaram a si a grave, responsabilidade de iniciar e terminar, custasse o que custasse. Esses nomes, que os uberlandenses jamais deverão esquecer, são os componentes da Comissão de obras para a construção do Templo de Santa Terezinha do Menino Jesus – Dr. Cicero Macedo de Oliveira e Antonio Santa Cécilia. Srs. Arlindo Teixeira, Joaquim Fonseca e Silva, Custódio Pereira Sobrinho, que seguindo o sagrado e jesuitíssimo entusiasmo do Conego Eduardo A. dos Santos, levantaram aquela maravilha da Cidade-Menina. [...] Acontecimento de relevante importância, a benção da Igreja de Santa Terezinha, marcada para hoje às 10 horas, terá o comparecimento de S. Revma. O Sr. Bispo Diocesano, sendo executada por um câoro de cem vozes a parte do canto religioso, acompanhado de vários instrumentos de corda, seguindo-se então o batismo e o câo o batismo e o crisma. Após, a Procissão do S.S. Sacramento.

No dia 1º de janeiro, dar-se ão os festejos da padroeira do templo, que culminará com grandiosa procissão. Para os grandes festejos anunciados, foi designada uma comissão de festeiros, constituída pelos srs. Higino Guerra, Custódio Pereira Sobrinho e sras. Maria Capanema Rebelo, Maria Angela Pereira. Recebe, assim, o povo uberlandense, e sua dádiva do Natal, como ninguem, - a Igreja de Santa Terezinha do Menino Jesus, erguida sobranceiramente ali na Praça Benedito Valadares, integrando o conjunto daquela formosa praça de nossa cidade¹⁸⁶. [sic]

O caminho percorrido por nós mostrou o processo em que se constituiu o entrelaçamento entre Igreja Católica, elites políticas e econômicas para traçarem em concretude o perfil moderno de Uberlândia. Esse processo não se exhibe de forma linear, pois muitos são os eventos, conversas, parcerias explícitas e implícitas que vai materializando o projeto de ideal modernizador dessa cidade.

¹⁸⁶ TEMPLO Santa Terezinha. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 dez. 1941, p. 09.

A imagem da Matriz de Santa Terezinha apresenta o desejo de fazer de Uberlândia uma urbe moderna. O conceito modernizador foi apresentado nos materiais utilizados nessa construção; esses provêm da técnica e produção industrial. A imagem arquitetônica proporciona em seus traços expressão clara do ideário moderno em consolidação, ou seja, um primeiro resultado desse ideário.

Embora, em um primeiro momento, a imagem da Matriz transmita a impressão do moderno este conceito, ainda, não está completamente presente nesta edificação. Lembramos que a acolhida do ideário moderno, ainda, não foi consolidada pela Igreja o que acontecerá apenas com o Concílio Vaticano II em 1965, com novas orientações para o corpo eclesial católico. Todo o primeiro momento, em que se ergue e consolida-se a nova Matriz é entendido como sinal de mudança e adequação à modernidade por parte da Igreja na diocese de Uberaba e, assim, reflete em suas paróquias como a de Santa Terezinha em Uberlândia.

Sendo assim, a cidade crescerá somente se apresentar a imagem do progresso, o que diferir disto será visto como atraso, por isso, a construção da nova Matriz engendrada na dinâmica de uma “operação planejada”, ou seja, tem-se a impressão que existe um planejamento formal, coerente e crescente que provoca o desenvolvimento da cidade de Uberlândia. Ademais, o discurso de “progresso” implementado pelas elites torna-se a força motriz para todas as alterações realizadas no perímetro urbano da cidade. Na nova Matriz, está a manifestação do movimentar das ideias de progresso, via corpo social, expresso nas diversas instituições que compõem esta cidade.

Outro fator sinalizador que influenciou a imagem do discurso norteador do progresso em Uberlândia foi à construção da nova Capital de Goiás, Goiânia (1933) essa também erguida na mesma perspectiva da imagem do progresso. As informações sobre o erguimento dessa cidade chegaram à Uberlândia e com certeza inspiram a superação do “atraso” urbanístico a partir do avanço modernizador por esta metrópole goiana.

Ainda verificamos que a nova arquitetura vista na Matriz de Santa Terezinha “trabalha o esquecimento” de estilos do passado. Suas formas retas mostram imagem que destaca o traçado inovador; caracterizado como “protomoderno”¹⁸⁷ e estes são os primeiros passos dados na objetivação da arquitetura moderna.

¹⁸⁷ Utilizamos conceito *protomoderno* para designar a mudança no olhar arquitetônico, ou seja, eram dados os primeiros passos em direção a consolidação do que viria a ser a arquitetura moderna no

Com a inauguração da nova Matriz de Uberlândia entra em cena a pergunta: o que fazer com a velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião? Essa não mais servia para a prática do culto, seu valor como casa que agrega o povo para o culto agora foi substituído pela nova e moderna Matriz. Essa edificação Matriz de Nossa Senhora do Carmo seria apenas uma lembrança do velho por não se adequar à configuração da cidade. Assim, em, 1943, derruba-se a velha matriz, o terreno onde estava locada é vendido para o município, e ali foi construída a rodoviária da cidade. Posteriormente, a rodoviária cede lugar à Biblioteca Municipal. O Jornal *A Tribuna*, trouxe um artigo:

A reforma ou melhor a reconstrução da nossa velha Matriz, agora projetada por esse extraordinário espírito que é cônego Eduardo Santos, põe em equação de sentimentos e lembranças imorredouras o coração da nossa gente cujos deveres de religiosidade vêm de realizar o maior feito que nossa querida terra, construindo de um folego, esse monumento à Santa Teresinha do Menino Jesus, ha pouco sagrado por s. exa.Rvma.o senhor d. Alexandre do Amaral e consagrado pelas nossas famílias que ali compareceram, paraninfando o ato, no que possuímos de mais tradicionalmente representativo. O fato da reforma, apesar de vir encima do grande esforço, sacrifício mesmo, que fizemos para a obra monumental que acaba de ser entregue à alma católica de Uberlândia, calou no espírito dos nossoconterraneos como balsamo tranquilizador, porque em nosso meio o fato de se conservar às tradições, graças a Deus sempre foi cultuado e aceito pelo coração de nossa bôa gente. E conservar a nossa velha Matriz, marco inicial desta grande cidade, fundada, como o Brasil, sob a benção do velho cruzeiro, retirado dali, da frente do velho templo em 1913, sempre foi uma aspiração deste povo ao qual vem servindo e guiando espiritualmente o grande e incomparável cônego Eduardo.¹⁸⁸[sic]

O feito da nova Matriz é enaltecido embora haja pequena manifestação a fim de defender o velho templo. Percebemos, neste artigo, que o desejo de preservação da velha Matriz aparece em uma breve nota, não encontra movimentação, com força suficiente, para conservar a igreja. Parece-nos que naquele momento tímida voz levanta-se para buscar solução com o propósito de salvaguardar o marco do início da cidade; voz que não repercutiu.

Brasil. A igreja de Santa Terezinha em sua arquitetura não possui todos os elementos que designam uma arquitetura moderna.

¹⁸⁸ CRÊMOS nas Azas de Uberlândia. **A Tribuna**, Uberlândia, 15 jan. 1942, Ano XXIII, n. 1557, p. 01.

O apagamento da memória nesta cidade sempre foi uma característica, pois sua história está sempre mais ligada à lembrança do que foi, do que em uma memória materializada em conservação, isto é, constatado, principalmente, a partir das construções mais antigas do primeiro núcleo citadino, uma vez que quase todas foram derrubadas.

Em suma, este capítulo apresenta a complexa teia das relações sociais que conforma a cidade de Uberlândia como moderna, ao materializar essa ideia, em parte na nova Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus, a qual compreendemos como imagem e lugar de relações e que nos possibilitou a compressão do “ideário de progresso” nesse município. De forma direta e indireta, essa ideia de progresso vai alastrando-se e acomodando os atores sociais desse lugar ao fazer dessa cidade a grande expressão moderna e progressista entre os municípios do Brasil. O convencimento do ideário progressista é construído a partir das elites que uniram forças e aproveitaram as oportunidades estatais para estabelecer suas ideias como as melhores para o crescimento de Uberlândia. A Igreja Católica Apostólica Romana presente nessa cidade contribuiu, imensamente, para o estabelecimento dessa ideia. Ela participa desse processo não convencida pela elite, mas ao colocar-se no processo de modernização para demarcar seu lugar. No decorrer da história desse município, a Igreja sempre esteve presente com notoriedade e a mesma não ficaria alheia a modernização da urbe. Obviamente, apontamos que a relação entre a Igreja e as outras instâncias de poder na construção histórica de Uberlândia nem sempre foi pacífica, como vimos no decorrer do nosso trabalho os interesses ora aproximavam esta dos grupos dirigentes da cidade, ora distanciavam-se dos mesmos. Olhar para a Matriz de Santa Terezinha propiciou-nos enxergar essa dinâmica e, assim, desvelar parte da história de Uberlândia dada a conhecer nas relações sociais e em sua nova e moderna Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Fazei isto em memória de mim”

A cidade dá-se a conhecer no entrelaçamento de sociabilidades, no dito e não dito, nas suas escritas e narrativas. Ler as entrelinhas do narrado é fundamental, pois, só assim, conheceremos quem é a cidade, sua identidade, alma e corpo.¹⁸⁹

Buscar fragmentos desconexos, perscrutar as entrelinhas do discurso, é ofício exaustivo no qual se deparam os que pretendem desvelar histórias do passado, que ainda ressoam no presente, como afirma Michel de Certeau.

Tal operação me ensinava, e nos ensina – a nós, historiadores - que existe, *oculto* em *tal* passado, certa estruturação que nos oferece resistência; por outro lado, *oculto* em *meus* preconceitos ou nas nossas intenções presentes, um tipo de estruturação que determinava o primeiro olhar da curiosidade focalizada neles. Nestas duas formas do “oculto”, emerge a verdadeira história; ela vai articulá-los em um discurso, em um tecido de Penélope, em um texto jamais encerrado. Tal investigação de um tipo particular desenvolve a surpresa de uma diferença recíproca em que está fora de questão a supremacia de um dos termos porque o passado depende do presente que se apresenta como distinto e ele o relativiza enquanto uma resistência (dos documentos) que obriga o discurso a ser apenas um outro discurso.¹⁹⁰

O discurso estruturado e construído deve ser desfeito como o tecido de Penélope na busca de apreender a história a partir do elóquio apresentado de forma coerente que oculta, nas entrelinhas de uma vida morta, o passado, o irredutivelmente ausente e diferente. A partir do ausente e diferente, busca-se, na trama do tecido social, escutar as vozes que interpelam interpretação das singularidades e certezas de que serão desfeitas e refeitas na leitura dos acontecimentos do passado, produzindo, assim, novo discurso.

As impressões encontradas em vestígios expõem-nos situações, histórias, apagamento destas histórias, que são estudadas de muitas formas por interessados

¹⁸⁹ Cf.: PESAVENTO, Sandra Jatthy, 2007, op. cit.

¹⁹⁰ CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 165-166.

em descobrir este passado, deixado como digitais no fenômeno cidade. Tal passado é percebido em muitos lugares, bem como objetos, arquivos, documentos, instituições, pela cidade afora.

Ler a cidade é procurar os meandros do discurso construído que, às vezes, é velado e dado em doses homeopáticas de convencimento na busca de adesão e, assim, formando o imaginário social em discurso ideológico.

O discurso é construído, delineado em muitos aspectos na teia que o interliga à ideologia, ao espaço relacional vivenciado socialmente. Na relação com o espaço e pelo espaço, o discurso tem pretensão lógica e enreda-se no desejo de coerência e coesão discursivas. Ler o espaço é ler o discurso construído.

A linguagem torna-se linguagem porque faz sentido e inscreve-se na história. A construção da história exhibe-se em processo no qual as ideologias dão-se a conhecer no discurso, por isso a importância de compreender o discurso em desdobramento.

Tendo a cidade e as instituições que a compõem como objeto de análise discursiva, somos convidados a alargar a noção da leitura que problematiza as relações vistas entre o sujeito do sentido, linguagem e história. Sendo assim, a cidade é lida a partir das suas múltiplas linguagens, símbolos e representações.

Para essa compressão é exigido a procura de explicações do processo de significação do enunciado em discurso. O discurso pode estar vazio do sentido verdadeiro e real, ou seja, ele se torna apenas um pronunciamento furtivo que resguarda intencionalidades adjacentes em afirmações. Ler documentos, arquiteturas, mapas, jornais, memorialistas e instituições presentes na configuração do traçado discursivo de Uberlândia fez-se necessário, para visualizar as ideias, fatos, contingências que traçaram a cidade maravilha.

É possível vincular o sentido de memória à prática de fé da Igreja Católica Apostólica Romana, esta instituição está ligada ao movimento da história. Sendo assim, existem duas formas de memória; a celebrada a partir de um Transcendente que dialoga com a história, e a que ela mesma faz de si na sua construção social, nos diversos lugares onde se apresenta. A Igreja trabalha com uma memória que dá a tônica de sua presença em meio à sociedade, ou seja, esta é acolhida pelos crentes que encontram nos ritos, lugares, na doutrina, arquitetura e nas sociabilidades.

Seus espaços de culto passam a ser recintos de memória e vinculam-se à vida daqueles que aí transitarão no decorrer de suas histórias. Assim, os templos tornam-se lugares de vínculo onde se encontram muitas memórias, acontecimentos, fatos.

Este trabalho objetiva compreender o posicionamento desta instituição Igreja Católica Apostólica Romana frente ao processo do discurso de “progresso” instaurado na cidade de Uberlândia. Diante do mundo moderno a Igreja sente-se chamada a dialogar com as novas realidades que são inerentes ao seu papel social, pois o diálogo com a sociedade moderna torna-se exigência para sua sobrevivência como instituição histórica. Novas demandas surgem nos séculos XIX e XX tais mudanças ocorridas nesses séculos, produziu na Igreja, primeiramente um sentimento de negação dos novos modelos de existência, depois de aproximação e acolhimento das novas realidades. A modernidade com seu novo, em relações, vivências, descobertas científicas, novas técnicas trouxe a essa instituição profunda crise. Uma das primeiras respostas provinda dessa instituição diante da modernidade foi a racionalização de suas práticas aproximando o vivido no tempo

A Igreja amoldou-se ao fluxo frenético imposto pelas novas realidades culturais. Sendo assim, quando atentamos para o micro que se relaciona com o macro compreendemos a relação tanto da Igreja em suas instâncias *adintra* quanto a relação *ad extra*, (economia, política, urbanidade e espaço geográfico).

Não foi fácil entender ou pelo menos enxergar o movimento das relações de interesses diante da história entre a Igreja Católica e a elite política e econômica da cidade de Uberlândia.

Ao buscarmos esta Instituição Igreja manifestada em práticas, fatos, escolhas e expressões de seus dirigentes no movimento histórico urbano de Uberlândia não nos propusemos defender, mas, sim, criticar a partir do encontrado em arquivos, jornais e memórias registrados por muitos. Saliemos a importância social da Igreja em elementos que constituíram esta cidade desde o seu nascimento. Esta instituição é vista como partícipe do *hall* das elites a partir de seus interesses próprios em demarcar presença no espaço urbano modernizado via “progresso”. É notório para todos que a Igreja foi sempre formadora de opinião, razão esta, da respeitabilidade por parte da sociedade uberlandense.

Sendo assim, a pergunta que permeou nosso trabalho foi: Será que a Igreja Católica foi convidada a participar do projeto progressista e modernizador instaurado

pela elite política e econômica na cidade de Uberlândia? Concluímos que não. A própria Igreja coloca-se nesse processo para não ficar à margem, erguendo assim em lugar de referência a Nova Matriz de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face.

O exercício realizado por nós foi exaustivo, uma vez que averiguamos a trama da história de Uberlândia na busca das minúcias expressas por nosso objeto o que nos determinou atenção aos detalhes. Outro fato, foi que a crítica exigiu que me mantivesse à parte, ou pelo menos à certa distância da instituição Igreja Católica da qual sou membro participante. Parafraseando Michel de Certeau que diz o historiador fala de um lugar. O meu lugar de fala é a Igreja, distanciar-me para fazer a crítica foi de suma importância, pois esse distanciamento fez com que eu pudesse ir além do primeiro olhar em ver a instituição apenas como altruísta, e, assim, analisar seus representantes e interesses na busca de demarcar seu lugar social.

Poder-se-ia pensar que a Matriz de Santa Terezinha, nosso objeto, seria tratada apenas como uma arquitetura diferenciada algo que não deixa de ser relevante, contudo, o que está por detrás do erguimento dessa edificação tem grande relevância, ou seja, retratamos o conjunto de interesses que se unem na reconfiguração da cidade. Um monumento no centro da cidade diz muito, e há muito por detrás da estética e ornamento.

Os conceitos de “modernização e progresso” permearam nosso trabalho e são de suma importância. Por meio desses conceitos, entendemos as conjunturas que formaram a Uberlândia de hoje. Encontramos em suas ruas, praças, monumentos, o vértice, ponto mais distante que nos ajuda a compreender o caminho histórico feito pelos habitantes e dirigentes dessa urbe.

A cidade não é percebida apenas por um olhar, mas por inúmeras junções, olhares, vieses, e contrapontos de interesses. Oportunizar grandeza a uma cidade requer a junção das diversas expressões sociais que a compõe, ou seja, essas expressões pertencem ao cenário urbano. De uma forma ou de outra, elas se comprometem com as novas realidades sociais e culturais como é o caso da Igreja Católica em Uberlândia.

Historicamente, a Igreja Católica nem sempre esteve confortável diante das relações sociais vividas nesta cidade, pois ela contrariou os ideais pleiteados pelos políticos em negociações para a população.

Outro ponto relevante que apontamos em perspectiva é a memória comentada por nós anteriormente. A cidade de Uberlândia não devota grande atenção à preservação de seus lugares de memória. O apagamento de edificações é constante e em nosso trabalho lidamos com alguns símbolos que foram derrubados como a velha Matriz de Nossa Senhora do Carmo e o antigo Fórum.

Em suma, nosso trabalho abre a janela para pensarmos na aura do “progresso” dessa cidade que se caracteriza pela necessidade do novo contínuo. Assim sendo, a Igreja participa do movimento inovador, contudo, não relega sua própria história construída.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. **Revista História & Perspectivas**, v. 2, n. 04, 1991.

AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANDRADE, Livia Marina de; FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. **Horizonte Científico**, v. 2, n. 2, p. 1-29, dez. 2008.

ARANTES, Jerônimo. **Cidades dos sonhos meus**: memória histórica de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2003.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 04, n. 10, p. 61-89, 1977.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura – vol. I. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Antônio de Pádua. **Reforma urbana e luta de classes**: Uberabinha/MG (1888 a 1922). São Paulo: Xamã, 2004.

BRITO, Diogo de S.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. (Orgs.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: Edufu, 2008.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ENECULT, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CORREA, Iara Toscano. Histórias de Uberlândia. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante (Orgs.). **Caminhos das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia – 1900 / 1980**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

CUNHA, Antônio Afonso da; SALAZAR, Aparecida Portilho. **Nossos Pais nos contaram: história da Igreja em Uberlândia, 1818-1989**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1989.

CURRAL DEL REY. **A demolição da antiga Matriz da Boa Viagem do Arraial do Curral del Rey**. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/06/demolicao-da-antiga-matriz-da-boa.html>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes-Uberlândia (1900-1950)**. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

DOIN, José Everaldo de Mello et al. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemumc. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 91-122, jan./jun. 2007.

FERNANDES, Nelson André. **A história de Patos de Minas: antecedentes históricos, preparação, criação e primeiro episcopado (1866-1968)**. Patos de Minas: Ed. do autor, 2012.

FERREIRA, José. A Liturgia antes do Concílio Vaticano II. **Boletim de Pastoral Litúrgica**, Aveiro, ano VIII, n. 32, p. 3-9, out./dez. 1983. Disponível em: <http://www.liturgia.pt/anodafe/A_Liturgia_antes_do_Concilio_Vaticano_II.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. Lisboa: [s.n.], 1913.

FRADE, Gabriel. **Arquitetura Sacra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2007.

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Recepção e definição da arquitetura moderna brasileira: uma abordagem historiográfica**. 222 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A modernização conservadora e o combate à utopia comunista no centro-oeste brasileiro. In: _____. **Revolução e utopia: embates de um professor comunista em Aquidauana durante a ditadura militar (1964-1985)**. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e Desenvolvimento Econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EDUFU, 2010.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

LION, Antonio Ricardo Calori de. **Equipamentos cinescéricos: usos e simbolizações de espaços culturais nas capitais centro-oesteanas no Estado Novo**. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2016.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberlândia**: história por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços. Uberlândia: EDUFU, 2010.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das Minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). 347 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MACEDO, Ana Paula Rezende. **As poesias da Dança da Zebra**: Capoeira Angola e religiosidade. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

MACHADO, Maria Clara Thomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês**: assistência social institucionalizada (Uberlândia 1965-1980). 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil Terra de Quem?** São Paulo: Nobel: USP, 1991.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Caminhando pela História da Igreja**: uma orientação para iniciantes. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1996.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001. Coleção Igreja na História.

MENEZES, Marcos Antonio de. A dessacralização da vida e da arte no século XIX. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 39, n. 2, p. 221-253, 2003.

OLIVEIRA, José Alves. **História de Abaeté**: temperada com um pouco de sal e pimenta. [Belo Horizonte]: Editora Imprensa Oficial, 1970.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

PACHECO, Rafael Araújo. **A influência das elites e das políticas Públicas na configuração do espaço urbano**: uma crítica a partir do setor leste de Uberlândia (MG). 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

PEREIRA, Gustavo Zuquetto. **Entre práticas e controle**: o círculo operário e os trabalhadores de Uberlândia (1942-1960). 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

PEREIRA, Oscar Virgílio. **Das sesmarias ao polo urbano**: Formação e transformação de uma cidade. Uberlândia: Gráfica Composer Editora, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007.

PEZZUTI, Pedro. **Município de Uberabinha**: história, administração, finanças, economia. Uberabinha: Kosmos, 1922.

PRATA, Thomaz de Aquino. **Memória Arquidiocesana de Uberaba**. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba: Museu de Arte Sacra, 1987.

REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **Uma praça e seu entorno**: plasticidades efêmeras do urbano Uberlândia – Século XX. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste**: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

SCHUBERT, Guilherme. **A arte para a fé**. Petrópolis: Edições Loyola, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____; NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

SILVA, Severino Germano da. Movimento litúrgico no Brasil. **Cadernos do C.E.A.R.P.**, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<https://arquidioceserp.org.br/cearp/edicoes/1/1440703084.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017.

SIVEIRA, Marcos Marciano Gonçalves da. **Templos modernos, templos ao chão**: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da cidade jardim ao Portal do cerrado –** Imagens e representações no Triângulo Mineiro. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TOURAINÉ, A., 1974 apud RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira? In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: história e desafios.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

VALE, Marília Brasileiro Teixeira. **Arquitetura Religiosa do século XIX no antigo “Sertão da Farinha Podre”.** Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VALE, Marília M. B. T.; CUNHA, Claudia dos R.; COCCOZZA, Glauco de P. Praças históricas e seu papel na construção da paisagem urbana na cidade contemporânea: apontamentos sobre Araxá, Uberaba, Uberlândia e Araguari. In: Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto- Desafios e perspectivas, 3., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Instituto IEDS/IPHAN, 2014.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato:** uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: Hucitec: História Social USP, 1997.

VIEIRA, Flávio César Freitas. **Profissionalismos do professor de momentos a trajetórias:** profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional - Uberabinha (1907-1929). 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

Fontes:

A Tribuna, Uberabinha, 11 jun. 1933, Anno XIV, n. 696.

_____, Uberabinha, 18 jun. 1933, Anno XIX, n. 698.

_____, Uberabinha, 20 dez. 1925, Anno VIII, n. 315.

_____, Uberabinha, 22 set. 1925, Anno VIII, n. 305.

_____, Uberabinha, 23 nov. 1919, Anno I, n. II.

_____, Uberabinha, 26 jan. 1920, Anno I, n. 20. Coluna “Varias”.

_____, Uberabinha, 9 maio 1920, Anno I, n. 35. Coluna “Varias”.

_____, Uberabinha. p. 26. Seção religiosa.

_____, Uberlândia, 10 jun. 1941, Anno XXII, n. 1509.

_____, Uberlândia, 17 out. 1940, Anno XXII, n. 1440.

_____, Uberlândia, 22 fev. 1940, Anno XXII, n. 1379.

_____, Uberlândia, 22 out. 1939, Ano XXII, n. 1348.

_____, Uberlândia, 22 set. 1940, Ano XXII, n. 1433.

_____. Uberabinha, 25 jan. 1920, Anno I, n. 20. Coluna “Uma necessidade”.

_____. Uberabinha, 9 nov. 1919, Anno I, n. 9. Coluna “Várias”.

_____. Uberabinha, 6 nov. 1922, Anno IV, n. 164.

CAMPOS, Juca. **A Tribuna**, Uberabinha, 28 set. 1919, Anno I, n. 4.

O CARRO de bois. **A Tribuna**, Uberabinha, 22 fev. 1920, Anno I, n. 24.

PAES, Agenor. Dr. Vasco Giffoni. **A Tribuna**. Uberlândia, 19 out. 1935, ano XIX, n. 938.

CRÊMOS nas Azas de Uberlândia. **A Tribuna**, Uberlândia, 15 jan. 1942, Ano XXIII, n. 1557.

OS NOSSOS ESGOTOS. **A Tribuna**, Uberabinha, 6 jul. 1922, Ano III, n. 151.

LEUENROTH, Edgar. Sala. **A Lanterna**, São Paulo, 02 set. 1911, ano X, n. 102.

AS PREZAS do padre Arrigue e do seu parceiro Dr. Mosquito. **A Lanterna**, São Paulo, out. 1913.

PENSADOR, Livre. “A Lanterna em Uberabinha” - As santas missões de dois padres furibundos. **A Lanterna Anticlerical**, São Paulo, 18 abr. 1914.

OLIVEIRA, Ari de; OLIVEIRA, Alves. Vida Católica. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 08 ago. 1940, ano III, n. 505.

TEMPLO Santa Terezinha. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 dez. 1941.

Outras fontes:

1º SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE UBERLÂNDIA - MG. Livro 2 - Registro Geral. Matrícula 44. 395 Ficha 1. Uberlândia, [191-].

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, PROMULGADO POR S.S. O PAPA JOÃO PAULO II. São Paulo: Loyola, 2001.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE UBERABINHA. **Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha.** Uberabinha: 1904.

_____. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha.** Uberabinha: 1906.

DIOCESE DE UBERLÂNDIA. Collocação do crucifixo no jury desta cidade. In: _____. **Livro de Tombo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo (1909-1930)**. Uberlândia: Cúria diocesana, [19--].

_____. **Livro de Tombo da Igreja Matriz Nossa senhora do Carmo (1909-1930)**. Uberlândia: Cúria diocesana, [19--].

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO CARMO. **Livro de batismo n. 1**. Uberabinha: 1858.

WIEGERINCK, Jan. **Carta ao Pároco da Catedral de Santa Terezinha, Pe. Olimar Rodrigues**. São Paulo, 2011.